

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
L

Rio de Janeiro, GB — Maio/Junho de 1964

Número
595

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em fólio autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDERECO

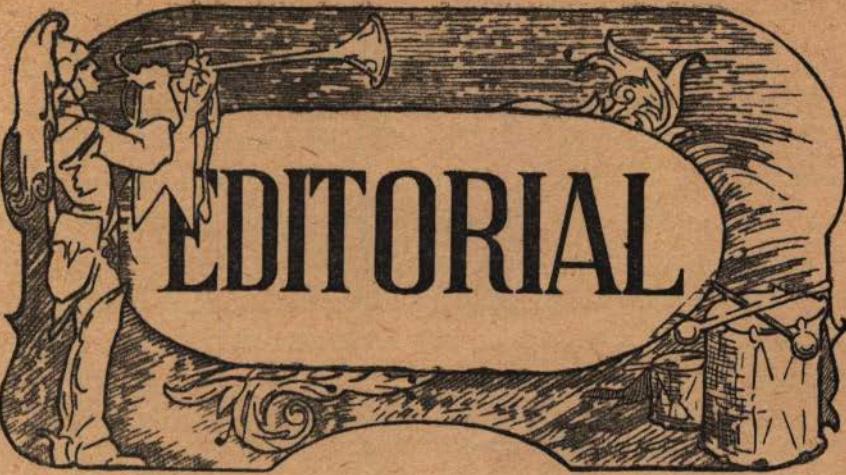
Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
Onze de Junho, data da Marinha — Carlos Maul	5
Comandar ... — Gen A. Franco Ferreira	7
O Oficial da Reserva e a Segurança Nacional — Gen Almério de Castro Neves	11
Aspectos Doutrinários da Guerra Revolucionária — Maj Kleber Frederico de Oliveira	27
Reivindicação Histórica Pró-Mortos da Guerra 1864-70 — Gen Raul Silveira de Mello	47
Relação sumária da gloriosa carreira de Santo Antonio de La Vera Cruz, dito de Lisboa e de Pádua, desde soldado raso até sua reforma como Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro — Nonato Masson	55
Problemas do Brasil — Gen Adalardo Fialho	57
Vamos dinamizar o Serviço de Material Bélico ? — Ten-Cel Tógo Lobato	71
Estudo Geográfico da Bacia do Rio Doce — Ten-Cel Asdrubal Estêves	77
O Homem : Um problema complexo num Comando Coligado — Maj Everaldo de Oliveira Reis	99
Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro (1ª Parte — Antecedentes Históricos) — Cel Moacyr Ribeiro Coelho	135
Onde Che Guevara errou — Ten-Cel E. J. Dollard (Trad do Cap Roberval de Guimarães Carvalho)	147
Disciplina — Major-General E. B. Sebres (Trad do Cap Roberval de Guimarães Carvalho)	153



EDITORIAL

Ao ensejo da comemoração de mais um aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, hoje como ontem, repousam no altar da Pátria as excelsas figuras de Barroso e Marcílio Dias que souberam legar à nossa Marinha e ao Brasil exemplos dignificantes de disciplina e bravura que, com o perpassar dos anos, ainda mais se avultam no consenso dos brasileiros, pois que o dever para com a Pátria determina sempre a renúncia do cidadão, civil ou militar, e indica-lhe a meta a cumprir, mesmo que esta lhe custe a própria vida.

No panteão soberbo de nossa gloriosa Marinha nomes há que dignificariam qualquer Marinha. Uns, foram assinalados por seus feitos épicos em campo de batalha e, assim, perpetuaram-se, ocupando lugar de destaque nas páginas de nossa História. Outros, a providência divina reservou-lhes a luta do tempo de paz, em verdade menos gloriosa, mas também edificante e construtiva, onde o esforço individual anônimo e diuturno superposto a cada hora que passa, dá como resultante uma instituição como a nossa que, fiel às suas tradições históricas, não se afasta, contudo, do presente e mantém-se com o coração a pulsar de patriotismo, em busca da construção de um Brasil cada vez maior, sempre livre e independente.

Cruzando os mares nacionais, ou de além, levando o pavilhão brasileiro em seus mastros, a Marinha de Guerra do Brasil é uma afirmação de nossa soberania, onde quer que esteja. E, perante outros povos, retrata o valor de nossa gente, o que somos e o que seremos, como que a proclamar que, no continente americano, há um País — o Brasil, o qual, mercê de suas debilidades ou deficiências, será sempre um baluarte inexpugnável de defesa da democracia contra qualquer forma de despotismo ou tirania.

Com destinação constitucional clara e objetiva, e por isso autêntica, nossa Marinha sempre soube sobrepor-se às paixões dos radicais e aos vendavais traiçoeiros que vez por outra têm soprado em nosso País e continuar a velejar serena e com rumo certo, em sintonia com as aspirações e interesses nacionais. Criada por imperativo geográfico e histórico, tendo, portanto, papel destacado na segurança nacional, constitui ela um dos elos seguros da garantia continental na defesa dos postulados democráticos do mundo livre.

Ao saudar, assim, nesta oportunidade, nossa valorosa Marinha — punhado de bravos a serviço de nobre ideal —, a DEFESA NACIONAL está certa de poder afirmar que a serviço do Brasil a Marinha jamais estará só, em qualquer jornada, de vez que do Exército e da Aeronáutica, seus companheiros de tôdas as lutas na paz ou na guerra, não lhe será regateado ou negado o apoio irmão e amigo, pois nossa Pátria é una, indivisível, não dando lugar a lutas inglórias ou fratricidas que ponham em perigo a nacionalidade brasileira.

Avante, pois, Soldado do Mar! Vosso timoneiro está no rumo certo — o Brasil! Vosso ideal reflete centelha divina! Vossa vontade é de servir à Pátria! Avante!

ONZE DE JUNHO, DATA DA MARINHA

CARLOS MAUL

Na guerra em que estêve empenhado o Brasil contra a tirania de Solano Lopez no Paraguai, destacam-se dois episódios culminantes: a batalha do Avaí, em que se agiganta a figura de Caxias, e a do Riachuelo que representa a cooperação heróica da Marinha de Tamarandaré e de Barroso na luta em que se engajaram as fôrças de terra. Aos soldados do Exército coube a tarefa de definir naquele combate emocionante as linhas da vitória final que se aproximava. Aos marinheiros, embora em época diferente, tocou a glória de vencer o inimigo num dos mais violentos encontros que a nossa história registra, num corpo a corpo trágico a bordo da frota que conduzia a nossa bandeira nas águas do Rio Paraná. Muitos foram os entreveros fluviais que se verificaram em vários pontos em que a Marinha era chamada a intervir no conflito, mas o choque de Riachuelo é uma síntese da presença dos nossos marujos na maior luta internacional sul-americana do século XIX.

Com acerto escolheu o Exército o 24 de maio para assinalar a importância de seus feitos, num dos pontos altos dos acontecimentos. Foi nessa ocasião que se apagaram as sombras das incertezas e se iluminaram os horizontes de sinais evidentes de que, dali por diante, iríamos em marcha acelerada no caminho do triunfo definitivo de nossas armas, em tempos muito próximos.

Com a Marinha dar-se-ia o mesmo a 11 de junho. A esquadra brasileira romperia as dificuldades que se opunham ao seu avanço, e daria, na oportunidade, uma das provas mais robustas de sua eficiência e da sabedoria de seu comando. Barroso se apresenta nessa fase como um grande condutor de homens, e os subordinados se comportam como esplêndidos discípulos do mestre insigne. Em poucos traços se evocara o épico e o dramático desse quadro sangrento. Os navios paraguaios tentam a abordagem das nossas naves e enfrentam, então, uma resistência violentíssima. No balanço das vidas que aí se sacrificaram ressaltam diversos nomes, todos de oficiais e marinheiros que desafiaram a morte com heroísmo soberbo. Mas se o Almirante simboliza a direção, há um marinheiro que simboliza a bravura da tropa: Marcilio Dias. Com o corpo mutilado pelas machadinhos dos atacantes, só deixou de lutar quando nada mais lhe

restava de possibilidades físicas para resistir ao adversário. Esses dois bravos eram tôda a Marinha unida por um só pensamento, o da vitória do Brasil. Do 11 de junho recolheu a Marinha as lições magníficas que lhe serviriam de guia para o futuro. Na evocação desse passado ilustre que já tem um século de idade, têm os nossos soldados do mar o alimento espiritual de sentido profundo na sua formação. As belonaves de hoje, com o seu poderio bélico aumentado pelos progressos da técnica, serão muito diferentes das pequenas embarcações de madeira que singravam o curso d'água nas vizinhanças de Riachuelo. Dentro delas, porém, vibram as mesmas almas, os mesmos sentimentos de patriotismo e de coragem cívica que marcaram a grandeza do 11 de junho. Há na Marinha de agora uma consciência de sua missão nacional imensa, na guarda de trezentas léguas de costa, mas essa consciência tem raízes que se nutrem do céu derramado há uma centúria na tremenda refrega de 1864. Ao recordar essa guerra em que o nosso êxito significou a libertação de um povo oprimido por um despotismo, devemos assinalar que tão importante como o 24 de maio é o 11 de junho, porque talvez sem o primeiro o segundo não chegasse a ser uma realidade. Ambos se confundem como etapas decisivas para o desfecho da tragédia.

Quem não ama à Pátria, não pode ser sequer um homem honrado.

Ricardo León

Se queremos que os povos sejam virtuosos, começemos por fazê-los amar à Pátria.

J. J. Rousseau

Uma boa política de Defesa Nacional deve obter que todo o povo se sinta soldado.

Gen Von Metzsch

Um soldado pode perder tudo, inclusive a vida, mas não pode perder sua honra.

Cel Fuller

COMANDAR

Gen. A. FRANCO FERREIRA.

O estudo que pretendemos apresentar não ausculta a qualquer aspiração filosófica sobre a sublime "arte de comandar", nem intenta dissecar as famosas "qualidades de Chefia", tão atualmente em voga.

O problema que equacionamos se prende essencialmente à vida prática, e decorre, de um lado, das observações pessoais que temos podido fazer sobre as dificuldades que alguns camaradas têm encontrado no exercício do comando de unidades, de subunidades independentes ou mesmo de Grandes Unidades, e, por outro lado, se apóia no hábito que temos de reler, nos momentos de lazer, as velhas revistas, folhetos e libretos atinentes à profissão.

Nos exércitos pobres dos países em vias de desenvolvimento os programas de equipamento nem sempre podem seguir o ritmo febrilmente do momento e, por vezes, certo material recém-chegado a uma guarnição longínqua já está obsoleto para acompanhar a evolução da tática ensinada nos centros mais adiantados. Também pode ocorrer que a dificuldade de acesso a determinada guarnição seja a causa do retardo da chegada de meios materiais ou mesmo, do pessoal nelas classificado, verificando-se, então, claros nos efetivos e deficiências de recursos, geralmente de difícil solução para a vida material e instrucional das unidades. Outras vezes o isolamento de certas guarnições cria problemas de ordem social, que só a habilidade do comandante logra resolver a contento. No reverso da medalha temos encontrado oficiais portadores de invejáveis títulos de instrutores e professores das mais respeitáveis escolas superiores do exército a se queixar por não haverem conseguido o sucesso que seriam capazes de alcançar, mercê de suas inteligências e culturas, quando, em verdade, os resultados foram amplamente satisfatórios e a contento dos chefes inspecionadores que souberam bem aquilatar as dificuldades que o angustiado queioso teve que suplantar para realizá-los. Em alguns casos, mesmo, vemos certos camaradas vituperar a ignorância dos subordinados que não souberam compreender o "espírito" de suas acertadas ordens, levando o conjunto a um "status" de confusão e decrescida eficiência.

Estes seriam alguns dos muitos contratemplos que o oficial encontrará quando tiver que se desincumbir das funções de comandante de alguma organização militar e que, para enfrentá-los e superá-los, terá que se munir de condições psicológicas favoráveis a uma decidida elevação de espírito capaz de permitir arrostá-los com êxito.

E foi com o pensamento orientado nesse sentido que passamos a folhear umas antigas revistas de 1957 — Armor, Maio e Junho —, e encontramos interessantíssimo artigo pertinente, de autoria do General USA Bruce C. Clark, com o sugestivo título "Com que, então, V. quer um comando..." e constituído de um interessante questionário que, data vénia, passamos a traduzir e adaptá-lo ao nosso ambiente, por considerá-lo um verdadeiro teste a que devem se submeter todos quantos almejam funções de comando.

Conta, pois, o articulista, que freqüentemente ouvia jovens oficiais dizer: — Estou fazendo fôrça para conseguir um comando.... —, e de tanto ouvir tal frase, lançava um repto aos leitores, com o seguinte "contra-ataque", — se V., prezado leitor, fôr um dêles, pergunto, estará V., realmente, fazendo isso? — terá V., realmente, meditado nos afanosos encargos que decorrem do exato exercício de um comando e chegado à conclusão de que está cabalmente apto para exercê-lo? — Pois bem, vejamos quais seriam as suas respostas ao seguinte questionário:

— Estará V. disposto a devotar ao seu comando tôdas as horas do dia e da noite, durante os sete dias da semana?

— Estará a sua espôsa disposta a proceder da mesma forma, visando a assegurar a "Comunhão da Família Militar", na guarnição da sua unidade?

— Estará a sua família disposta a se ver colocada em segundo plano, se necessário, em relação à sua Companhia, seu Esquadrão, seu Batalhão, seu Grupo, seu Regimento, seu Grupamento Tático, sua Brigada ou sua Divisão?

— Saberá V. apreciar o convívio de gente mais jovem, estará V. preparado para enfrentar suas energias, considerar seus pontos de vista e solucionar, sem "parti-pris", os problemas que êles costumam criar?

— Estará V. suficientemente disposto a sofrer os duros embates decorrentes do gesto nobre de arcar com a responsabilidade pelas falhas de seus subordinados?

— Será V. capaz e terá habilidade bastante para fazer com simultaneidade malabarismos com as "bolas" da instrução, da manutenção, dos testes periódicos, da administração, das comunicações, do rancho, dos suprimentos, da educação física, do tiro, das inspeções, da disciplina e das relações públicas, sem deixar "cair" qualquer delas?

— Estará V. habilitado a fazer muitas coisas ao mesmo tempo, ou, pelo contrário, prefere fazer uma coisa de cada vez?

— Como V. se sente diante de uma tarefa complexa?

— Estará V. convenientemente habituado a receber ordens e executá-las sem detença nem ponderações?

— Julga-se V. tão bom executante quanto líder?

— Estará V. preparado para suportar, com esportividade, a dura concorrência das unidades congêneres dentro da organização a que V.

pertencer, conservando, a despeito de tudo, elevado espírito de cooperação e de trabalho em equipe com elas, em proveito do êxito da organização?

— Estará V. física e emocionalmente apto para suportar a carga que se propõe enfrentar?

— Terá V. a coragem bastante para tomar, e, sobretudo, para manter decisões duras?

— Estarão V. e sua família dispostos a viver em foco, observados como se fôssem "peixinhos dourados de um aquário", sujeitos ao exame atento, por parte dos subordinados e dos superiores, de todos os atos de suas vidas?

— Saberá V. conservar o seu entusiasmo e seu bom-humor ao se defrontar com tarefas aparentemente impossíveis de serem realizadas, com os deficientes meios de que dispuser?

— Estará V. disposto a assumir responsabilidade pessoal pelas coisas que forem mal na sua unidade, corrigindo-as convenientemente, em vez de tentar transferir a culpa dos insucessos para os seus auxiliares imediatos, para o comando superior, ou mesmo para algum de seus subordinados?

— Estará V. disposto, e saberá V. fazer "milagres", com o pouco de que V. dispõe, mesmo que esse pouco seja, aparentemente, inadequado?

— Estará V. firmemente persuadido de que seja capaz de elevar o elemento que comandar à categoria de "unidade de escol", embora saiba ser ele recrutado dentre o contingente de pessoal comum?

— Sentir-se-á V. capaz de empolgar o pessoal de sua unidade e de inspirar nêle o obsidente desejo de desempenhos destacados?

— Terá V. feito cuidadosa eleição dos êxitos a que deseja alçar a sua unidade, ou espera apenas os que a sorte lhe puser ao alcance?

— Sentir-se-á V. realmente "em dia", física e técnicamente para conduzir a sua unidade aos bons êxitos a que deseja algá-la?

— Estará V. psicológicamente preparado para aceitar o risco de ser substituído no comando por haver obtido resultados apenas medianos, no seu desempenho, a despeito dos esforços que houver feito para melhorá-los?

— Por fim, diga sinceramente, estará V. realmente desejando um comando, ou contentar-se-á com a averbação nas suas alterações de haver exercido um comando?

Prezado camarada, se as suas respostas a este questionário forem incondicionalmente positivas, V. deverá lutar para obter um comando, porque, então, V. estará em condições de exercê-lo com êxito. Caso negativo, transfira a oportunidade, a fim de ganhar tempo para resolver as dificuldades da sua vida que poderão levá-lo a um insucesso de comando, por falta de condições psicológicas ideais para exercê-lo.

E, mais tarde, quando depender de V. o investimento de um comando para um camarada, ou quando algum oficial disser perto de V. — estou precisando de um comando —, apresente-lhe este questionário; se as respostas do candidato forem "SIM", sem hesitantes condicionais, ele indubitavelmente estará sendo sincero para sentir-se apto ao comando. Será o momento de V. fazer todo o empenho para que ele obtenha tão almejado comando, pois nenhuma outra designação ou nomeação dará, jamais, maior satisfação ao oficial, nem capacita-lo-á melhor para bem servir ao Exército e à Pátria.

Pode-se perdoar uma vénia mal feita, num momento de pressa; mas nunca uma mentira, uma falta de lealdade ou uma covardia.

Napoleão

O mando pesa mais que a morte ao que não tem ambição.

Simón Bolívar

Não existe em verdade fracasso, se não fracassa o ânimo; a menos que vossa derrota tenha sido nesse terreno, vossa vitória é certa.

Austin

Não se trata tanto de aniquilar os combatentes como de aniquilar sua coragem. A vitória será vossa desde o momento em que fizerdes nascer no inimigo a convicção de que sua causa está perdida.

Von Der Goltz

O OFICIAL DA RESERVÁ E A SEGURANÇA NACIONAL

General ALMÉRIO DE CASTRO NEVES

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO

- Significado de uma abertura de ano letivo.
- O problema da formação do combatente no Exército.

2. CONCEITO DE SEGURANÇA NACIONAL

- Nos países totalitários, democráticos e subdesenvolvidos.
- Da Escola Superior de Guerra do Brasil.
- O Poder Militar.

3. EXÉRCITO BRASILEIRO

- Histórico.
- Organização do Exército em tempo de paz.
- O Exército Brasileiro é o POVO EM ARMAS.

4. FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA RESERVA PELOS CPOR

- Histórico.
- Entrosamento UNIVERSIDADE-EXÉRCITO

5. PAPEL DO OFICIAL DA RESERVÁ NA SEGURANÇA NACIONAL

- Em tempo de guerra: defesa da nação pelas armas.
- Em tempo de paz: combate aos agentes das forças desagregadoras.
- Compromissos com os antepassados.
- Compromissos com os descendentes.

I. INTRODUÇÃO

No calendário das atividades de um estabelecimento de ensino, duas datas são marcantes: aquela em que são acolhidos, após uma apurada seleção, os novos alunos, como estamos fazendo agora, e a em que, após cumprida a missão, voltam êles aos seus labores normais.

Abre hoje o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva as suas portas para receber os novos alunos.

Ao mesmo tempo, reinicia as atividades com os antigos.

Ao declarar abertos os trabalhos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 10ª Região Militar neste ano letivo, devo inicialmente formular os melhores votos de pleno sucesso nas suas tarefas para o Comandante, instrutores e alunos dêsse estabelecimento de ensino.

Comandante e instrutores conscientes da importância da sua missão, e também de que é através dêles que a mocidade universitária julga o Exército.

Alunos que compreendem a finalidade do esforço que dêles é exigido, e se empenham com todo o entusiasmo e energia no sentido de um melhor rendimento do seu trabalho.

Comandantes, instrutores e alunos que, através de longos anos de trabalho conjunto, impessoal e anônimo, conseguiram para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva uma justa reputação de estabelecimento modelar de ensino, de eficiência e disciplina.

Uma escola pouco vale na sua estrutura material e menos ainda no vazio das salas e murais e na sobriedade das suas instalações.

Uma escola existe no mérito dos seus trabalhos, na austeridade dos seus julgamentos, na opulência das suas tradições, mesmo contrastando com a pobreza das suas instalações, na eficiência dos seus professores, no desejo de aprender dos seus alunos e, sobretudo, na honestidade de propósitos de professores e alunos, trabalhando juntos no sentido da aquisição de maiores conhecimentos e do aprimoramento das qualidades necessárias à boa utilização dêsses conhecimentos.

Disse uma vez o Gen Eisenhower:

“Há um elemento no vasto arsenal do nosso poderio militar que tem precedência sobre todos os demás, como a principal garantia da nossa segurança: O HOMEM.

Constitui êle a base de todo o poder ofensivo e defensivo.

De nada adiantarão as melhores armas que a ciência puder produzir, se não houver, para manejá-las,

combatentes capazes e corajosos, dotados principalmente de um elevado moral e de um espírito indomável.

O homem ainda é a "arma decisiva".

O Exército Brasileiro, cujo efetivo é pequeno para não sobrecarregar o orçamento do País, e renovando anualmente os seus efetivos por força do serviço militar obrigatório, sente de perto e na sua própria carne esse imperativo: formar o combatente.

Formar o combatente com rapazes de todos os níveis sociais e culturais, saídos das escolas, das fábricas e da lavoura, e de todas as raças e religiões, porque o nosso Exército brasileiro é democrático, não tem preconceitos.

E não apenas formar o combatente ensinando-lhe o manejo das armas — seria perigoso — mas também aprimorando suas qualidades morais ensinando-lhe o PORQUÊ da sua missão, de forma a que ele possa cumpri-la conscientemente.

Por esse motivo, a principal atividade do Exército em tempo de paz é a instrução e são olhados com tanto carinho os estabelecimentos de ensino; é porque existe a convicção de que, mesmo admitindo a possibilidade de importação, através de acôrdos e alianças, do equipamento moderno necessário para fazer a Guerra, de nada serviria esse material, sem homens capazes de manejá-lo.

Principal preocupação em tempo de paz, o problema da formação do combatente, oficial ou soldado, tem evoluído através dos tempos conforme o conceito de guerra da época, ou, em sentido mais amplo, o conceito da Segurança Nacional.

2. CONCEITO DE SEGURANÇA NACIONAL

O conceito de Segurança Nacional de um determinado país é função da doutrina política que o seu governo professa e das suas possibilidades humanas, industriais, econômico-financeiras, etc.

Um governo totalitário, fascista, nazista ou comunista, é sempre agressivo, porque precisa exportar as suas idéias, impô-las aos demais povos, como única forma de convencer o seu próprio povo de que a sua forma de governo é a melhor.

Para os países democráticos, a Segurança Nacional é apenas uma necessidade de defesa.

Por outro lado, um país subdesenvolvido não pode pensar em fazer a guerra da mesma forma que outro altamente industrializado, rico e de maiores possibilidades humanas.

Entretanto, os países subdesenvolvidos podem participar ou sofrer as consequências diretas das lutas entre as grandes potências, porque hoje em dia é muito difícil um país se conservar neutro em uma luta de grandes proporções, e, além disso, instinto de conservação leva as nações, assim como os indivíduos, a se gruparem, formando alianças defensivas, em que um ataque a um de seus membros provoque a reação de todos os demais.

A formação de alianças defensivas é, portanto, uma forma de ser obtida a Segurança Nacional, mesmo com os riscos decorrentes.

No Brasil, o conceito de Segurança Nacional, formulado pela Escola Superior de Guerra, pode ser definido de forma sintética, como o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas externas e internas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado pode proporcionar à nação, para a consecução e salvaguarda dos seus Objetivos Nacionais.

A Segurança Nacional não é, portanto, um fim, mas sim uma condição para que o povo possa atingir e manter os seus Objetivos Nacionais, que são os seus anseios e aspirações.

O conceito de Segurança Nacional é portanto amplo, pelos quatro campos que abrange, político, econômico, psico-social e militar, e eminentemente dinâmico pela necessidade de atualização dos meios necessários à ação, face ao constante aparecimento e aperfeiçoamento de novas e formidáveis armas de destruição e de propaganda de idéias não menos destruidoras.

A existência e o fortalecimento de um Poder Militar se impõe ante a possibilidade de uma guerra declarada e mesmo como um poder de intimidação do possível adversário.

A paz mundial é, por algumas autoridades internacionais, atribuída ao formidável potencial bélico de que dispõem as duas nações líderes dos mundos ocidental e oriental: Estados Unidos da América e Rússia.

É uma demonstração de que continua perfeitamente atual o velho axioma latino, "si vis pacem, para bellum" — se queres paz, prepara-te para a guerra.

Se na Roma antiga, o poder militar evitava a luta aberta pelo respeito mútuo, a potência destruidora das armas modernas, particularmente atômicas, faz com que cada vez menos se busque a decisão da luta nos campos de batalha, pela possibilidade de não haver vencedores nem vencidos.

Em consequência, a guerra moderna, antes de chegar aos campos de batalha, apresenta-se sob uma forma insidiosa e subterrânea, procurando cada contendor dominar o adversário pela exploração e agravamento das suas tensões e antagonismos existentes, de ordem econômica, psico-social, política e militar, de forma a enfraquecer sua capacidade de defesa, facilitando assim a consecução dos seus objetivos, se possível sem luta armada.

Essa forma de fazer a guerra, faz com que nenhum país possa conseguir a Segurança Nacional apenas com medidas no campo militar.

Nestes últimos anos o papel desempenhado pelas forças militares tem sido de importância relativa, comparado com as vitórias obtidas mercê dos métodos e técnicas revolucionários.

Grande parte da humanidade foi dominada pelos comunistas, após a última guerra mundial, sem necessidade de operações militares.

No passado, havia uma perfeita distinção entre a paz e a guerra e a transição de uma situação para outra era precedida pela clássica "Declaração de Guerra".

Hoje não se faz mais a "Declaração de Guerra"; a luta entre as nações se trava e evolui quase que imperceptivelmente, através da Guerra nos campos político, econômico e psico-social, muitas vezes atingindo os seus objetivos sem chegar ao campo militar.

O conceito antigo era bem definido na frase de Clausewits: "a guerra é a continuação da política por outros meios".

O conceito moderno segundo a definição de Lénin é: "a política é a continuação da guerra por outros meios".

Antigamente, existia uma "linha de frente", onde se combatia, e uma retaguarda, onde se trabalhava para alimentar o combate.

Hoje, a luta é um estado permanente na retaguarda e eventual na linha de frente.

E quando as nações chegam à luta armada, esta atinge a totalidade do seu território e da sua população; não há linha de frente nem retaguarda, bem caracterizadas.

As ações dos guerrilheiros e sabotadores, da aeronáutica e dos projéteis de longo alcance, fazem quase desaparecer a diferença entre linha de frente e retaguarda.

Essa é a guerra para a qual devemos nos preparar.

Para enfrentá-la, a nação tem que viver em estado de permanente vigilância e, caso seja necessário, deverá empregar a totalidade das suas forças vivas, como um todo coordenado, a fim de destruir o adversário, quer ele se apresente na linha de frente, quer na retaguarda.

O Exército é apenas uma das forças vivas da Nação.

3. EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro era, até os começos deste século, exclusivamente profissional, não possuindo uma reserva que merecesse esse nome.

Em todas as nossas campanhas do passado, inclusive na Guerra do Paraguai, os efetivos eram ampliados pelo recrutamento indiscriminado, que arrancava os homens dos seus lares, sem nenhuma preparação nem instrução e os lançava à luta.

Muitas histórias pitorescas ou trágicas são contadas a esse respeito.

Conta Gustavo Barroso que o recrutamento, no começo do século passado, era feito de 3 maneiras: o recruta à força que servia 16 anos, o voluntário 8 e o semestreiro, filho de lavrador ou ricaço, que servia 6 meses no primeiro ano de praça e 3 nos sete anos seguintes.

Conta também que durante a noite as patrulhas percorriam os bares e tabernas prendendo todos os homens; entre eles, as autoridades escolhiam os que deviam assentar praça.

Também havia a prática dos filhos de ricos serem substituídos pelos escravos.

Durante a guerra do Paraguai, a necessidade de mobilizar efetivos maiores fez com que fosse intensificada a busca de homens para servir ao Exército, não sómente nas cidades, como também nos campos.

Os famosos "voluntários de pau e corda" eram conduzidos amarrados e algemados, a fim de prestar serviço.

Em consequência, no começo deste século a simples menção da palavra "recrutamento" em um povoado do interior, fazia com que todos os homens fugissem para o mato.

Como tentativa de organizar uma reserva militar foi criada, no período da Regência, a "Guarda Nacional".

Inicialmente prestou grandes serviços, mas depois suas unidades passaram a ser compostas quase todas de oficiais superiores, escolhidos pela sua posição social ou prestígio político e não pela qualificação intelectual.

Ninguém queria ser soldado e isso acontecia também nos chamados "Corpos Auxiliares".

Também muitas histórias pitorescas são contadas.

Conta Gustavo Barroso que um batalhão foi dissolvido porque tinha 40 oficiais e 4 praças.

O nível intelectual era baixíssimo.

O Visconde de Taunay conta a história de um brigadeiro, na Guerra do Paraguai, muito conhecido pela sua bravura mas que durante uma tempestade ficava muito preocupado com as pontas de cigarros espalhadas pelo chão, porque ele já havia ouvido falar no "poder das pontas em electricidade".

Os fios telegráficos também intrigavam muito a outros que não comprehendiam por que se estendiam cercas de arame tão altas.

Com o decorrer do tempo porém essa situação mudou.

ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO EM TEMPO DE PAZ

Exército Ativo	Oficiais	— elementos permanentes (militares profissionais)	— oriundos das escolas de formação — oriundos de praças (QOA — QOE)	Efetivos na 10ª R M (arredondado) 350	Percentagem 87%	Percentagem total Militares profissionais 900 — 20%
		— civis convocados para prestar serviço militar (não profissionais)	— oriundos dos CPOR — do corpo de saúde (méd. dent. — farm.)	55	13%	
		— elementos permanentes (militares profissionais)	— oriundos das escolas de formação — formados na tropa, porém com estabilidade assegurada	550	14%	
		— civis convocados para prestar serviço militar (não profissionais)	— engajados sem estabilidade — Contingente de conscritos	3.400	86%	Civis convocados para o serviço militar 3.455 — 80%
	Praças					

QUADRO 1

A instituição do serviço militar obrigatório e a pregação cívica do grande Olavo Bilac, levaram o nosso Exército a deixar de ser uma casta militar fechada e a misturar-se com o povo, dentro do sábio princípio de que o Exército é o povo em armas.

Entretanto, o serviço militar era obrigatório inicialmente só para praças.

Daí a formação de uma reserva numerosa de praças sem um número correspondente de oficiais.

Essa necessidade foi sentida pelas autoridades militares que criaram então os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, que são hoje os principais formadores de oficiais da reserva altamente qualificados, porque são recrutados no meio universitário.

A organização atual do Exército em tempo de paz é a constante quadro 1.

Examinando-se a organização do Exército Ativo, verifica-se que ele é constituído, na sua maior parte, de elementos convocados para prestar serviço militar, ou seja, elementos não profissionais.

Comparando-se alguns números (arredondados), tirados do efetivo da 10ª Região Militar, observa-se:

Entre os oficiais, a percentagem de não profissionais é de 13%, ou seja, 55 civis convocados para 350 permanentes.

Entre as praças, a percentagem de não profissionais é 86%, ou seja, 3.400 civis convocados para 550 permanentes.

No total, a percentagem de militares não profissionais é 80%, ou seja, 3.455 civis convocados para 900 permanentes.

Esses dados são relativos aos efetivos em tempo de paz e na 10ª Região Militar, ou seja, nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Para todo o Exército Brasileiro, as percentagens podem ser consideradas as mesmas.

Em tempo de guerra, com a convocação das reservas, a percentagem de civis convocados aumenta muito, ficando muito reduzida a percentagem dos militares profissionais.

Esses dados mostram claramente que o Exército Brasileiro, constituído na sua grande maioria por civis convocados para o serviço militar é verdadeiramente o POVO EM ARMAS, organizado e dirigido por um pequeno núcleo de militares profissionais.

ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO EM TEMPO DE PAZ

Exército da Reserva	{	Oficiais	{	— 1 ^a classe: oriundos do Exército Ativo			
				— 2 ^a classe — oriundos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros			
				— oriundos dos CPOR			
Praças				— 3 ^a classe: Civis habilitados ao desempenho de funções técnicas e especializadas			
				— 1 ^a Categoria: oriundos do Exército Ativo			
				— 2 ^a Categoria: oriundos das linhas de tiro, contingentes e Polícias Militares e Corpos de Bombeiros (quando não forem de 1 ^a categoria)			
— 3 ^a Categoria: sem instrução militar.							

QUADRO 2

Examinando a organização do Exército da Reserva, Quadro 2, observamos o seguinte, quanto aos oficiais:

Os da reserva de 1^a classe, oriundos do Exército ativo, têm uma boa formação, entretanto dois fatores dificultam a sua convocação:

1º — a idade, uma vez que o oficial ou o sargento transferido para a reserva como oficial só o pode fazer após 25 anos de serviço;

2º — as leis de transferência para a reserva em um ou dois postos acima do que o militar tinha na ativa, muitas vezes sem habilitação para isso.

Os da reserva de 2^a classe, oriundos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, dificilmente poderão ser convocados, porque a necessidade dos seus serviços nas suas respectivas corporações em tempo de guerra, longe de diminuir, só pode aumentar, uma vez que a guerra tanto se desenvolve na linha de frente, como na retaguarda.

Os oriundos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, constituem a reserva de oficiais ideal, pela sua idade, nível universitário, grau de preparação militar e disponibilidade para ser convocada, excetuados apenas aquêles que exercerem atividades consideradas vitais para a Segurança Nacional.

Os de 3^a classe só poderão ser convocados para o exercício de funções técnicas e especializadas; durante a guerra foram convocados e mandados para a Itália funcionários do Banco do Brasil e elementos para a Justiça Militar.

Quanto aos praças, a sua categoria corresponde ao seu grau de preparação militar e de interesse do Exército por êles.

Vamos examinar agora o problema dos oficiais da reserva de 2^a classe, oriundos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, que é o motivo principal da nossa palestra.

4. FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA RESERVA PELOS CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

Não é possível fazer nenhuma referência aos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva sem mencionar o nome do seu criador e patrono, Cap Luis de Araújo Correia Lima.

O Cap Correia Lima foi ao mesmo tempo um idealista e um realizador.

Sentiu o problema com que se defrontava o Exército: anualmente eram formados milhares de reservistas, praças, e nenhum oficial.

Pior ainda.

Enquanto os jovens universitários, para não prejudicar os estudos, prestavam o serviço militar nos Tiros de Guerra, sendo relacionados

como reservistas de 2^a categoria, soldados, outros jovens, de nível intelectual muito mais baixo, prestando o serviço nos corpos de tropa, passavam para a reserva como reservistas de 1^a categoria, sendo que os melhores, por terem freqüentado cursos de formação de cabos e sargentos, eram relacionados nesses postos.

Havia portanto uma verdadeira inversão de valores na reserva: enquanto os universitários eram reservistas de 2^a categoria, soldados, homens de nível intelectual muito mais baixo eram reservistas de 1^a categoria, cabos e sargentos.

Idealizou então o Cap Correia Lima uma forma de corrigir essa inversão de valores, aproveitando a juventude universitária para a formação de oficiais da reserva, porém sem prejudicar os estudos: era o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.

Criado em 1926, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva não foi bem aceito inicialmente.

Uma mentalidade excessivamente civilista, na época, fazia com que houvesse um grande desinteresse em relação aos assuntos referentes à preparação para a guerra, e não havia mesmo uma compreensão perfeita das necessidades da segurança nacional.

Com a humanidade ainda sofrendo as consequências da 1^a Guerra Mundial, os comunistas, já consolidados no poder na Rússia, procuravam estender o seu domínio aos demais povos.

Para isso, usando a técnica que ainda hoje usam, procuravam enfraquecer a capacidade de defesa dos países que não aceitavam as suas idéias, procurando desmoralizar os seus governos, agravar as suas tensões e antagonismos e solapar as suas instituições e forças vivas.

Desenvolviam uma campanha de propaganda intensa, de âmbito mundial, em que, entre outras acusações e insinuações tendenciosas aos países capitalistas, procuravam criar um sentimento antimilitarista, apontando os exércitos como os responsáveis pelas guerras, a serviço do imperialismo e pela injustiça social, a serviço dos ricos.

E a mocidade brasileira, expressão da índole do nosso povo, jamais aceitaria um Exército que fôsse instrumento de opressão, interna ou externa, divorciado do povo e participando de guerras de conquista.

Mas o Cap Correia Lima, além de idealista, era também um realizador.

Ele comparecia às escolas e faculdades e dirigia a palavra aos alunos expondo-lhes os problemas nacionais, a situação do Brasil no plano internacional e explicava a missão do Exército, claramente definida na Constituição Federal, que proíbe guerras de conquista.

Mostrava a organização do Exército brasileiro que, pelo serviço militar obrigatório, é realmente o povo em armas, bem diferente dos Exér-

citos de outros países, que se dizem populares mas que são constituídos por maioria de profissionais e até mercenários estrangeiros.

Suas pregações encontraram forte oposição, provocando violentos debates e até mesmo tumultos.

Mas, a mocidade brasileira, capaz de reagir às vezes com violência, a qualquer tentativa de imposição pela força, é sensível às boas idéias.

Uma idéia só se combate com outra idéia.

A violência nunca destruiu idéias.

Os jovens acadêmicos vencidos pela argumentação e convencidos da honestidade de propósitos do Cap Correia Lima, aceitaram as suas idéias e passaram a se apresentar aos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, voluntariamente, uma vez que não havia obrigatoriedade, na época.

A idéia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva vencerá e graças à compreensão da mocidade, o Exército Brasileiro é hoje verdadeiramente o povo em armas, com um pequeno núcleo de militares profissionais para organizá-lo e dirigí-lo.

Infelizmente, o Cap Correia Lima não viveria o tempo suficiente para apreciar o resultado da sua grande obra.

Foi morto durante a revolução de 1930.

Foi morto porque, como verdadeiro soldado que era, jamais poderia participar de uma subversão.

Morreu fisicamente, porém a sua memória permanece ainda no espírito dos verdadeiros soldados, com admiração e respeito, e continua a orientar o seu trabalho, pelas idéias e exemplos que deixou, fixando diretrizes que jamais poderão ser esquecidas.

A melhor homenagem que podemos prestar a um herói que tomba é continuar a sua obra.

Sob a inspiração do Cap Correia Lima e rigorosamente dentro das suas idéias, os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva estão hoje perfeitamente integrados na comunidade e cada vez mais entrosados com as Universidades na sua missão de formar oficiais para a reserva do Exército.

Cabem aqui as brilhantes palavras proferidas pelo Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho, na aula de abertura deste Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, em 15 de dezembro de 1961 e dirigida aos alunos.

“Enquanto a Universidade vos aprimora a inteligência, o Exército vos tempra e enriquece o caráter. Enquanto a Universidade vos habilita a contribuir, com os vossos conhecimentos gerais e especializados para o enriquecimento do país, sob todos os seus aspectos materiais e espirituais, o Exército vos prepara para defender esse patrimônio, que estareis pessoalmente ajudando a construir.”

5. PAPEL DO OFICIAL DA RESERVA NA SEGURANÇA NACIONAL

Alunos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.

Visteis aqui preparar-vos para o desempenho da missão de oficial da Reserva do Exército.

Sabemos da vossa disposição de fazer todos os esforços e aceitar todos os sacrifícios para que êsse objetivo seja atingido.

Sabemos também que, atingido êsse objetivo que é o oficialato da reserva, justo prêmio dos vossos esforços, estareis sempre prontos a acorrer ao primeiro chamado, caso seja necessário, para defender, com as armas, a integridade da pátria, os poderes constitucionais e a manutenção da lei e da ordem, como manda a nossa Constituição.

Mas, sómente isso não é suficiente: não é só com as armas que essa missão constitucional poderá ser cumprida.

A Segurança Nacional depende de tôdas as fôrças vivas do país e o poder militar é apenas uma delas.

E sem a Segurança Nacional, não será possível a um povo realizar os seus Objetivos Nacionais, que representam as suas aspirações e anseios; é pela consecução e salvaguarda dos seus Objetivos Nacionais que um povo se realiza e afirma a sua maturidade e personalidade.

Sereis oficiais da reserva do Exército, porém vivereis no mundo civil, no exercício das tarefas as mais variadas, de acordo com as vossas profissões.

Estareis ajudando a construir o nosso Brasil, com o vosso trabalho e a vossa integração nos variados setores de atividade.

Sereis os componentes das fôrças vivas do país.

Sentireis então, no exercício das vossas atividades e na vossa própria carne o impacto das fôrças desagregadoras visando ao solapamento das nossas instituições e fôrças vivas e procurando enfraquecer a nossa capacidade de defesa.

A guerra não declarada existe em estado permanente, explorando e procurando agravar as tensões e antagonismos existentes, internos ou externos.

Tensões e antagonismos que são normais em qualquer país que viva em regime democrático, com liberdade de manifestação de pensamento,

como sejam movimentos políticos ou sociais, reivindicações de classe ou salariais, etc. porque a vida de um povo, como a de um indivíduo, é uma sucessão de lutas e tensões.

Desses movimentos e reivindicações resultam entrechoques de idéias e opiniões, ou mesmo lutas políticas, sociais e econômico-financeiras, que também são normais no regime democrático.

Não os devemos temer, e sim respeitá-los enquanto eles se processarem dentro da lei e da ordem e em ambiente de respeito mútuo e acatamento à vontade da maioria, e às decisões de quem está legalmente credenciado para isso; o Brasil é a terra da liberdade, onde o futuro de um homem depende de si mesmo, do esforço que ele quiser fazer.

Entretanto, essas lutas e entrechoques são hábilmente exploradas por aqueles que, a serviço de ideologias extremistas ou de potências estrangeiras, dominados pela paixão política partidária extremada ou mesmo buscando apenas o seu proveito pessoal, aproveitam-se da liberdade que o regime democrático proporciona para atentar contra esse regime, consciente ou inconscientemente, solapando as instituições e forças vivas do país, tentando menosprezar ou desacreditar a autoridade legalmente constituída e destruir nos homens a confiança em si mesmo e nos seus dirigentes.

Uns procuram revolucionar a estrutura social, tentando impor, pela violência, as suas idéias reformistas.

Outros querem sufocar quaisquer tentativas de evolução ou reforma, com receio de que isso possa significar uma diminuição nos seus privilégios.

E cada dia que passa, mais avulta o papel do Poder Militar como fator de estabilidade e equilíbrio concorrendo poderosamente para a obtenção da Segurança Nacional.

E com o Poder Militar, avulta o papel das reservas, particularmente a dos oficiais, pela sua integração nas forças vivas do país e posição de destaque que alguns ocupam ou virão a ocupar.

Não é sómente em caso de guerra que os serviços dos oficiais da reserva são necessários.

Mesmo em tempo de paz e sem necessidade de convocação, é imprescindível a cooperação dos oficiais da reserva no combate a esse inimigo comum: o agente das forças desagregadoras, estrangeiro ou nacional, consciente ou inocente útil.

Agentes das forças desagregadoras são todos aqueles que exercem atividades que visem a solapar as forças vivas do país, lançar o desânimo e a descrença, semear a discordia e a indisciplina, e ferir o princípio da autoridade, procurando desacreditar o governo legalmente constituído.

Alunos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, futuros oficiais da Reserva.

O Exército vos considera seus representantes no mundo civil, inicialmente no meio universitário e depois no setor profissional por vós escolhido.

E espera de vós o apoio no sentido do combate às ações desagregadoras, particularmente daqueles que vierem a exercer posições de chefia.

Para esta cerimônia, o vosso Cmt convidou altas Personalidades da nossa terra, homens que exercem posições de chefia.

Por quê? Qual a razão da presença desses homens em uma cerimônia de abertura de ano letivo?

É para associar a este ato homens que são os construtores da nossa Pátria e cuja vida é um exemplo a ser seguido por vós.

Conquistaram êles uma posição de relêvo na vida, tornando-se merecedores do respeito dos seus semelhantes, pelo muito que lutaram. E continuam lutando, não por si mesmos, mas pela coletividade, por um Brasil melhor.

Merce especial destaque a presença a este ato do Exmo. Sr. Governador do Estado, Cel Virgílio Távora, assim como a do Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, Dr. Antônio Martins Filho, pelo muito que fizeram e continuam fazendo pela nossa terra e nosso povo.

Agradeço a êles a colaboração que prestaram comparecendo a este ato e a paciência com que me ouviram.

A todos, agradeço a atenção que me prestaram.

Finalizando, eu vos direi: atravessamos uma fase difícil da nossa história, mas nossos antepassados atravessaram fases bem mais difíceis do que essa e enfrentaram obstáculos e dificuldades bem mais sérios do que êsses que estamos enfrentando agora.

Se êles venceram, nós temos que vencer também.

Sómente assim seremos dignos dêles.

Sómente assim nos engrandeceremos perante nossos descendentes

Muito obrigado.

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES
MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : Cr\$ 150.00

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Maj Art KLEBER FREDERICO DE OLIVEIRA
Oficial de Estado-Maior

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO
2. GÊNESE HISTÓRICA
3. CONCEITUAÇÃO
4. TÉCNICAS REVOLUCIONÁRIAS
 - a. Referências
 - b. Técnicas destrutivas
 - c. Técnicas construtivas
5. DESENVOLVIMENTO
 - a. Estática
 - b. Dinâmica
6. CONDIÇÕES DE ECLOSÃO
7. ARMAS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA
8. AS FORÇAS ARMADAS NA AÇÃO ANTI-REVOLUCIONÁRIA
9. CONCLUSÕES

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi organizado com base em uma sessão de instrução para oficiais, realizada no QGR-5 como parte de um Exercício de Quadros versando sobre Guerra Revolucionária.

Sua finalidade é dar difusão dentro das organizações militares da 5ª RM-DI de aspectos relevantes do assunto.

Em face da inexistência de uma doutrina já sedimentada sobre guerra revolucionária, este trabalho procurará focalizar pontos de interesse, coligidos em diversas fontes.

É oportuno lembrar, antes de se examinar propriamente a questão, que os processos e ações da guerra revolucionária não envolvem apenas os elementos militares; atingem com os seus tentáculos a população civil em todos os grupos sociais. A universalidade dos campos de operação da guerra revolucionária permite mesmo afirmar que ela atua muito mais no âmbito civil do que no militar.

2. GÊNESE HISTÓRICA

No ano de 1917 chegou Lenine a Petrogrado, hoje Leningrado. Da Suíça — onde vivia exilado — à Rússia, viajou ele com a complacência, senão sob a inspiração do governo alemão que, em guerra com a Rússia, via em Lenine o líder revolucionário adequado para dentro da Rússia provocar pela insurreição popular a queda do governo tzarista, e em conseqüência a vitória das armas alemãs.

“Terra e paz” — eis as palavras com que Lenine, orador de escol e político habilíssimo, dirigiu-se ao povo russo. Sobre estas duas promessas, aspirações máximas do povo, edificou-se a revolução de Novembro.

Decorridos 45 anos, está a Alemanha dividida em campos irremediavelmente opostos, sofrendo em seu próprio corpo de nação os resultados da revolução que estimulou em 1917.

Após se apossarem do poder, os bolchevistas proclamaram o novo governo uma “ditadura do proletariado”. Depois de 1920, derrotados em sangrenta guerra civil os “brancos” reacionários, os dirigentes comunistas começaram a desenvolver a doutrina da guerra civil, sua estratégia e sua tática.

Nestes estudos, após as divergências entre Lenine e Trotsky, triunfou o primeiro que pronunciou a seguinte diretriz: “A Rússia assumirá imediatamente a pesada responsabilidade de levar a revolução a todo o globo, conduzindo a humanidade para o comunismo”.

Para a luta que se prenunciava, o instrumento de combate seria o Partido Comunista, a elite dirigente que teria a missão de conduzir as massas passivas ao redil soviético.

Os primeiros teóricos da guerra revolucionária começaram a surgir: Frunze imaginou, então, a associação da guerra clássica e da guerra civil, em uma mesma direção estratégica, “usando as reservas revolucionárias do Exército Vermelho, criadas além das fronteiras da URSS”.

Em 1924 desaparece Lenine, o último líder da revolução de 1917. Foi sucedido por Stalin, que conseguiu eliminar os seus rivais, inclusive Trotsky. Um ano mais tarde, sob o influxo das idéias de Stalin, o Komintern expede a seguinte prescrição aos comunistas de todo o

mundo: "Sustentar os movimentos nacionais revolucionários dos povos oprimidos e impeli-los para um caminho bem definido — o da luta revolucionária, sem esquecer de criar células no seio das organizações nacionais revolucionárias".

A primeira vista, a finalidade da diretriz acima seria a formação de reservas para a revolução na Ásia e na África.

Entretanto, a análise cuidadosa da mesma diretriz mostrava duas contradições básicas com a doutrina oficial do Partido:

1^a) Sendo o Comunismo um movimento por sua própria natureza internacional, preconizava-se o nacionalismo como força propulsora da Revolução;

2^a) Fundamentando-se a doutrina marxista em que "a desigualdade econômica das classes sociais, materializada, em particular na luta entre o capitalismo e o proletariado, constitui o motor da história" (Marx), não havia como aplicá-la em regiões onde não existia o "proletariado" da concepção marxista — pois este era o caso da Ásia e da África.

A perturbação dos teóricos comunistas foi grande.

Coube a Bukharin solucionar o problema, admitindo que muito embora os movimentos de emancipação dos povos asiáticos e africanos nada tenham de conteúdo marxista — sendo, pelo contrário, de fundo burguês — são em última análise hostis ao capitalismo ocidental; poderiam assim ser aproveitados em benefício da Revolução. A síntese do seu pensamento foi traduzida em uma diretriz do Komintern, datada de 1928:

"Se queremos acelerar o fim do capitalismo, se queremos fazer aproximar no tempo a vitória da Revolução, notemos que a máquina capitalista não se nutre apenas do proletariado operário, mas também das matérias-primas. Ora, as matérias-primas estão espalhadas por todo o globo terrestre. Um levante geral dos povos privará o ocidente capitalista das matérias-primas, dos mercados consumidores dos seus produtos, e levará os países burgueses ao caos econômico e o operariado à revolução social".

Em consequência da diretriz acima, distribuída na época às seções extranacionais de todo o Partido, a guerra revolucionária tornou-se global: o seu campo de batalha é o mundo, e o seu objetivo a destruição final do sistema capitalista privado.

Na Escola de Guerra Política da Criméia, fundada como órgão de pesquisa, estudo e formação de líderes revolucionários, surgiu alguns anos depois um novo nome, que iria projetar a força de suas idéias muito longe das fronteiras da URSS: Mao-Tse-Tung. Ao pesquisar os motivos de diversos fracassos da guerra revolucionária, eis como ele aponta os motivos dos insucessos:

"A nossa guerra será perdida, tal qual a concebeis. Perdida porque não tendes em conta um caráter essencial, porque lhe falta um caráter essencial: esta guerra é uma guerra total. Ela é total porque cada indivíduo é um objetivo da guerra revolucionária; porque todas as atividades de um estado, duma sociedade, contribuem para criar neste indivíduo-objectivo um estado de espírito. Em consequência, todas as atividades de um estado, de uma sociedade, devem ser consideradas em função da guerra revolucionária".

Definia-se assim o caráter total da guerra revolucionária: além da extensão geográfica mundial, ela se aplicava agora também na extensão social, estabelecendo como objetivo essencial o domínio do homem e da sua mente.

É esta nova modalidade de luta, nova em suas concepções, nova em seus princípios, que tem dado realidade à profecia de Lenine, que em 1917 afirmou:

"Daqui a cinqüenta anos, os exércitos deixarão de ter grande sentido. Teremos corrompido suficientemente os nossos adversários antes que o conflito armado de desencadeie, de forma que o aparelho militar do inimigo não possa ser utilizado na hora própria".

Esta breve síntese da história da guerra revolucionária não estaria completa sem citar a afirmação de Vishynsky, em 1954, feita da tribuna da ONU:

"Nós não venceremos o ocidente por meio da bomba atômica. Venceremos com qualquer coisa que o ocidente não comprehende: as nossas cabeças, as nossas idéias, as nossas doutrinas".

A tese acima se harmoniza com o que preconiza Bulganin:

"A guerra moderna é uma guerra psicológica, devendo as Fôrças Armadas servir apenas para deter um ataque armado ou, eventualmente, ocupar território conquistado pela ação psicológica".

3. CONCEITUAÇÃO

Baseado nos estudos realizados principalmente por autores franceses, cuja experiência se firma na guerra da Indochina, da Argélia e do Marrocos, o EMFA recomenda as seguintes conceituações (F-E-01/61).

a. Guerra Insurrecional

É a guerra interna que obedece a processos geralmente empíricos, em que uma parte da população — auxiliada e reforçada, ou não, do exterior, mas sem estar apoiada em uma ideologia — empenha-se contra a autoridade (de direito ou de fato) que detém o poder, com o objetivo de a depor ou, pelo menos, forçá-la a aceitar as condições que lhe forem impostas.

b. Subversão ou Guerra Subversiva

É o conjunto de ações, de âmbito local, de cunho tático e de caráter predominantemente psicológico, que buscam — de maneira lenta, progressiva, insidiosa e, pelo menos inicialmente, clandestina e sem violência — a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas, através da destruição das bases fundamentais da comunidade que integra, da decadência e da perda da consciência moral, da falta de fé em seus dirigentes e do desprezo às instituições viventes, levando-a a aspirar uma forma de comunidade totalmente diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício.

c. Guerra Revolucionária

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que — apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo auxiliados do exterior — visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida.

d. Ação Psicológica

É o conjunto de ações de âmbito local, de cunho tático, de tipo defensivo e de caráter predominantemente psicológico, desenvolvidas nos diversos campos da esfera governamental, tendo em vista: de um lado, enrijecer a formação moral e cívica da população, fortalecer sua consciência política, aglutiná-la aos seus dirigentes e às suas instituições, fornecer-lhe meios eficientes de autodefesa individual e coletiva face à ofensiva da Subversão ou da Guerra Psicológica que sobre ela se desencadear; de outro, robustecer a moral das tropas amigas, tornando-as invulneráveis aos efeitos da Guerra Psicológica.

e. Guerra Psicológica

É o conjunto de ações, de âmbito local ou geral, de cunho tático ou estratégico, de tipo ofensivo e de caráter predominantemente psicológico, que complementam as operações militares, objetivando: de um lado, minar o moral da população inimiga, enfraquecer sua vontade de lutar, pela inoculação do desânimo e do desespero, obter o desequilíbrio espiritual de seus líderes civis e militares e incutir, naquela e nestes, a idéia de derrota honrosa como a melhor solução; de outro, destruir, neutralizar ou, pelo menos, reduzir a determinação e a capacidade combativa das tropas inimigas, de tal forma que a vitória venha a ser lançada pelo menor custo possível.

f. Guerra Fria

É o conjunto de ações e reações que se situam no âmbito mundial e nos domínios da Estratégia Geral, levadas a efeito, direta ou indiretamente, pelas potências líderes de coligações de nações antagônicas, cujas relações são mantidas em permanente estado de tensão, mediante a utilização, à base do fator psicológico, dos mais diversos meios, inclusive o apoio, velado ou não, a focos isolados de luta armada, com

a finalidade de exercer pressão sobre os dirigentes da coligação antagônica, no sentido de que adotem decisões que facilitem a consecução dos interesses vitais em vista, bem como sobre a opinião pública respectiva, tendo em vista a criação, em seu seio, de um ambiente psicológico favorável à concretização desses interesses, tudo sem a abertura das hostilidades entre as forças armadas principais.

4. TÉCNICAS REVOLUCIONÁRIAS

A finalidade da guerra revolucionária é substituir a atual sociedade, baseada no homem-indivíduo, pela nova sociedade, baseada na massa-estado.

Para cumprir esta tarefa, é preciso destruir tudo que há organizado, e tudo reconstruir.

a. Referências

Antes de analisar as técnicas revolucionárias, procuraremos assimilar referências a termos peculiares à guerra convencional, o que facilitará a compreensão do mecanismo deste novo tipo de guerra.

- (1) Terreno: A guerra revolucionária se desenvolve quase exclusivamente nos sentimentos e no pensamento das populações. O "campo" da batalha é, assim, subjetivo: trata-se de uma luta psicológica e a ação militar, materializada em princípio pela guerrilha, é uma decorrência do fato político. A vitória das armas é apenas uma implicação da vitória mental; é como que o aproveitamento do êxito depois da ruptura de uma posição defensiva. Em 1949 as forças de Chiang-Kai-Chek se "dissolveram" diante do exército revolucionário de Mao-Tse-Tung. Sem perdas, sem dificuldades, ocupou êle tôda a China — engrossando em tôda parte suas fileiras com os desertores e com os "espectadores" que se apressavam a aderir ao vencedor. Em Cuba, depois de fixar-se na opinião pública como líder-libertador, Fidel Castro com 6.000 partidários fez capitular o exército de Batista, forte de 25.000 homens porém desorientado e desmoralizado.
- (2) Objetivo: O que a ação revolucionária procura conquistar é, então — e essencialmente — o pensamento do homem: primeiro como unidade, depois como grupo social e finalmente como nação. O domínio das "massas populares" é o objetivo primordial e chave do sucesso — é quase o único fator constante em tôdas as guerras revolucionárias. Tudo o mais é mutável, flexível, extremamente variável.

(3) Vias de acesso: Em tôdas as sociedades, ainda que sadias e fortes, há o que se denomina "contradições internas". São as linhas de menor resistência, as brechas da armadura social. Podem ser de várias espécies:

- políticas: como tendências separatistas; de emancipação nacional; de aversão a determinada nação vizinha; ditadura despótica; etc.
- econômicas: como extrema desigualdade na distribuição da renda nacional; desequilíbrio entre grandes regiões geo-econômicas supostas ou reais espoliações por grupos capitalistas; inflação exagerada; etc.
- sociais: discriminação racial; má distribuição da justiça; deficiente organização administrativa; etc. Eis aí as fendas pelas quais se instila gôta a gôta, dia a dia, a idéia da revolução.

(4) Acidentes capitais: São as partes componentes do corpo social, cujo domínio poderia permitir manter em marcha o processo destrutivo da estrutura social vigente, e substituí-la pela sociedade marxista. Por exemplo:

- a população agrícola ("campesinos", na terminologia revolucionária), que, produzindo alimentos para as cidades, precisa ser "trabalhada" para no momento oportuno criar a crise na produção dos alimentos;
- o sistema de transportes (marítimo, fluvial, ferroviário, rodoviário e urbano) com o fim de imobilizar e retardar o fluxo dos bens produzidos;
- o sistema bancário, para controlar e sustar, se necessário, a circulação financeira, essencial para o mundo capitalista.
- o sistema estudantil, com vistas a propiciar a penetração nos líderes do futuro;
- as fôrças armadas, para solapar sua união e pela cisão enfraquecer-lhe a capacidade de resistir na defesa da ordem estabelecida;
- a imprensa, com o fim de conduzir a opinião pública na direção favorável aos desígnios revolucionários;

- e muitos outros, conforme as circunstâncias.
- (5) Obstáculos: a ação revolucionária é prejudicada quando a população visada apresenta:
- bom padrão de vida do povo, e sobretudo, índices relativos de melhoria neste padrão;
 - adequada legislação protegendo o operário, o lavorador, o comerciário, etc;
 - espírito religioso da população;
 - coesão social e política;
 - repartição razoável da renda nacional;
 - líderes democráticos valorosos, capazes de pelo seu alto padrão moral criar correntes de opinião anti-revolucionária.

b. Técnicas destrutivas e construtivas.

A guerra revolucionária procura destruir a sociedade constituída, e construir progressivamente a sociedade revolucionária com o material obtido.

Uma imagem esquemática seria a de uma casa, da qual diariamente se tirassem alguns tijolos, e com êstes se construisse ao lado outra casa.

As técnicas destrutivas e construtivas, como se vê, longe de serem antagônicas ou sucessivas no tempo, são complementares, simultâneas e intimamente relacionadas: o seu campo de ação é tanto o plano moral como o material. A apresentação das principais técnicas será feita em grupos separados apenas por motivos didáticos e expositivos; é preciso considerar que em cada caso estas técnicas serão aplicadas segundo as circunstâncias locais.

(1) Técnicas destrutivas:

Para fraturar a estrutura social:

- Greves, justas ou injustas.
- Resistência passiva.
- Motins, depredações e agitação.
- Terrorismo seletivo.

Para intimidar os membros da sociedade (individualmente ou como grupo social):

- Manejo das massas (comícios, passeatas, etc).
- Terrorismo sistemático;
- Sabotagem
- Campanhas de “amaciamento”, pela imprensa simpatizante.
- Guerrilhas, na fase final.

Para desmoralizar as elites sociais (em particular são visados os dirigentes político-militares):

- Negação dos êxitos
- Ampliação e divulgação dos erros
- Proclamação da ineeficiência da justiça
- Estabelecimento de dúvidas sobre a honorabilidade dos chefes, magistrados, etc.
- Para eliminar os resistentes, os "duros" (na terminologia revolucionária):
 - Liquidação física, isto é, assassinato
 - Execuções em grupo ou em massa
 - Deportações.
 - Depurações
 - Batalhas de aniquilamento.

Para intoxicar os neutros (melhor seria dizer: os que se julgam neutros):

- Garantias fictícias, que serão desprezadas mais tarde.
- Utilização de cobertura, levantando causas justas como ideologia intermediária.

(2) Técnicas construtivas:

- Selecionar e formar elementos ativos, segundo as especialidades necessárias (líderes, propagandistas, agitadores, sabotadores, voluntários para missões de sacrifício).
- Semear a pregação revolucionária para nuclear a população segundo o padrão marxista: os ativistas e os quadros, individualmente e sempre que possível, pregar a revolução como solução do problema social.
- Impregnação psicológica: criação de estímulos para dar ânimo à população indiferente e catequizá-la. Materializados em "slogans" que se repetem incessantemente, buscá-se aí não o domínio da opinião individual (objetivo da "semeadura") mas da população em conjunto.
- Enquadramento da "massa": insuflado pelos ativistas e doutrinados pelos "slogans" o povo precisa ser enquadrado por um sistema de "hierarquias paralelas", que o conduzirá. Trata-se de preparar o arcabouço da nova ordem social: ao lado de cada representante da administração pública,

aparece um elemento controlado pelos revolucionários, uma "sombra" que dilui e esvazia a sua autoridade. São as associações de todo o tipo, como:

- sindicatos diversos, articulados em todos os níveis, desde a fábrica ao âmbito nacional.
- organizações estudantis, estruturadas e articuladas em todos os graus do ensino;
- associações rurais pleiteando a posse da terra.
- sociedades esportivas diversas.
- comitês locais, organizados em pirâmide desde a célula do bairro até o Comitê Central;
- finalmente o próprio Partido.
- Edificações da sociedade revolucionária, pela criação de pontos e bases de apoio, que se multiplicam e se associam, criando progressivamente "zonas liberadas" controladas pelo Governo Revolucionário.

5. DESENVOLVIMENTO

Estudaremos o processo evolutivo revolucionário de duas formas: sob o ponto de vista estático, dividindo-o em fases, segundo o pensamento dos autores franceses e recomendação do EME; depois, sob o ponto de vista dinâmico, em uma descrição sumária do seu mecanismo de ação.

Observe-se entretanto que os conflitos revolucionários apresentam enorme diversidade pela multiplicidade dos fatores que neles intervém, situações iniciais, objetivos a atingir, ambiente humano a trabalhar, atitude dos países estrangeiros, regime social vigente, etc. As variantes são muito numerosas, o que dificulta a padronização do estudo.

a. Estática da revolução.

ACEITA-SE a divisão da guerra revolucionária em dois períodos, compreendendo estes cinco fases. Não se deve supor que esta divisão seja rígida. As reações do poder legal, as condições peculiares de cada caso, os êrros dos revolucionários, podem conduzir a retrocessos ou a superposição das fases.

(1) Período preparatório:

Este período se caracteriza pela clandestinidade da organização revolucionária, pela implantação da sua infra-estrutura no organismo social e pela ação psicológica visando criar de um lado ambiente favorável à ideologia e de outro solapamento do regime constituído (note-se a associação das técnicas destrutivas e construtivas). Suas fases são:

- (a) Organização: trata-se, primeiro da "envenenar" as contradições internas da sociedade visada. Núcleos ativos e secretos são constituídos. Uma agitação bem

coordenada e intensa focaliza as falhas da administração, exagerando suas consequências. A opinião pública é exacerbada por meio de artigos na imprensa, reuniões públicas, cartazes ou pichamentos. Organiza-se a rede revolucionária, sob as condições do mais rigoroso sigilo.

- (b) Ampliação: a segunda fase visa à criação do clima para a revolução. As ações necessárias serão as graves, a sabotagem, manifestações de rua. É como o crescimento da "febre social", começada na 1^a fase. Começa a infiltração dos elementos revolucionários nos órgãos da administração pública, a princípio veladamente e depois ostensivamente: assim a pressão sobre o núcleo dirigente é feita de forma convergente e com o apoio legal daqueles. Organiza-se a rede de informações revolucionárias. No fim desta fase produzem-se atentados de efeitos espetaculares: incêndios, descarrilamentos, etc. A imprensa sensacionalista agrava os seus resultados e os seus efeitos sobre a economia nacional. A consequência de tudo isto é o descontentamento com a administração pública e o aparecimento do "clima revolucionário": está concluído o período preparatório.
- (2) Período revolucionário (ou período da violência).

A violência torna-se fator comum na ação. A população, efetivamente controlada pelas hierarquias paralelas, toma parte — a princípio passivamente, depois ativamente — na luta: termina por engajar-se a fundo, ao cabo de um tempo mais ou menos longo. Neste período distinguem-se três fases:

- (c) Ativação das massas: começa a tomar corpo a construção da sociedade revolucionária. Com a generalização da violência sistemática e do terrorismo, ultimase a ruptura do contato físico e psicológico entre as massas e as elites; surge a administração revolucionária que enquadra a população e assegura a sua cumplicidade passiva, em "bases" liberadas onde se desenvolve o espírito de guerrilha. No fim da fase os primeiros guerrilheiros começam a atuar, beneficiando-se daquelas bases.
- (d) Criação das forças semi-regulares: nucleares em torno dos bandos guerrilheiros que apareceram em torno das "bases", as forças semi-regulares ampliam sua zona de ação. Com o crescimento da organização, e o alargamento das bases, diferencia-se a estrutura revolucionária nos planos militar e civil. Surge o "coletores de contribuições", o "juiz", o "agente de segurança". Nas bases onde já se sente em segurança,

instaura-se o "governo provisório" que lança as suas primeiras proclamações e assegura com sua ação administrativa o apoio logístico à revolução.

- (e) Aparição do exército regular: as "zonas liberadas" ou "bases" crescem progressivamente e se aglutinam tornando-se afinal maiores que o resto do país. Quando a hierarquia legal já está tão sem substância, tão desmoralizada que não possa opor uma resistência coordenada, o Exército regular revolucionário, estruturado nos estágios sucessivos de "tropas locais" "guerrilheiros" e "tropas regionais", faz sua aparição triunfal. Este exército surge depois que os chefes subversivos controlam uma área considerável de território, em geral situada em um terreno difícil e apoiada na fronteira de um país amigo. Nos últimos estágios da 5^a fase, a sociedade já é como o fruto podre que basta um sopro mais forte da brisa para ser derrubado. Este sopro é exatamente a aparição do exército revolucionário, como ocorreu na China em 1949, embora a revolução tenha tido suas sementes naquele país em 1930.

A componente mais valiosa do exército revolucionário é o apoio popular. Ele só é empregado quando passa a ser o sonho de toda a moçidade ingressar nas suas fileiras: foi assim que se criou a infantaria do Viet-Minh, que nas selvas e nos pântanos da alta fronteira com a China infligiu derrota sobre derrota às treinadas forças francesas inclusiva à famosa Legião Estrangeira. Para ilustrar a assertiva acima nada mais oportuno do que este conhecido pensamento de Mao-Tse-Tung:

"Em nossa guerra, o povo armado e a pequena guerra de guerrilhas, de uma parte, e o Exército Vermelho como a força principal de outra parte, são como os braços de um homem. Um Exército Vermelho, força principal, sem o apoio da população em armas e das guerrilhas, será um guerreiro aleijado".

b. Dinâmica da revolução

Fizemos a análise, a dissecação da guerra revolucionária; procuramos agora fixá-la em um quadro contínuo e geral, em uma síntese esquemática.

O primeiro passo é fixar uma ou várias ideologias básicas, que naturalmente não possuem conteúdo marxista. Com efeito, reconhecemos teóricos revolucionários que a ideologia comunista apresentada desde logo não obteria senão fraquíssima adesão. Ademais, o marxismo tem todo interesse em atuar a coberto de outras ideologias, pois em caso de insucesso não sofrerá os efeitos da derrota; a subversão, se realizada por um movimento reconhecidamente não-marxista, lança nos espíritos uma confusão que permite amortecer as reações e recrutar elementos que não seguiriam o comunismo declarado. Eventualmente

esta "cobertura" pode conseguir aliados fora do país ou pelo menos garantir neutralidades. A ideologia escudo varia de país para país: o essencial é que seja aceita pela população como aspiração nacional.

Fixada e difundida a ideologia intermediária, criou-se "ponte" para penetrar na mente do homem do povo: é o tema de agressão à sociedade constituída.

Organizam-se as células de agitadores e propagandistas que vão semeiar em toda a parte e a todo instante a idéia da revolução, explorando e agravando a contradição interna mais indicada a cada ouvinte, segundo o seu grupo social ou nível intelectual.

Forma-se uma rede, que coleta e difunde informações. Nesta rede só se admitem elementos bem conhecidos; cada elo conhece apenas os imediatos. O sigilo de sua ação é a sua garantia de sobrevivência.

Monta-se assim o partido, clandestinamente. Nada transparece na sociedade atacada; mas, como o câncer no organismo humano, o seu ataque já começou.

Aos poucos, nutrindo-se da força das idéias e da gravidade das contradições internas, a organização se amplia, através de associações aparentemente inocentes, mas nas quais uma minoria muito ativa garante o controle do partido.

Transcorre calma e rotineira a vida nacional. Poucos são os que, tendo estudado o problema, vêm os primeiros sinais que denunciam a atividade revolucionária: os seus avisos às autoridades são desprezados. Despercebida pela sociedade, a semente da revolução continua a germinar, insidiosa e virulenta.

Um belo dia começam os atentados. Tudo é inexplicável pois as acusações de sua execução são de parte a parte, e a confusão nos espíritos é enorme. A autoridade, brutalmente colocada diante de um fato extraordinário, reage com sua polícia no quadro das leis ordinárias. Instintivamente a população se retrai, e assiste aos golpes trocados entre policiais e revolucionários.

Determinado tipo de imprensa aumenta a confusão dos espíritos, procurando divorciar a população do governo.

Em seu estágio primitivo, o terrorismo golpeia indiscriminadamente: seu único fim é provocar o medo; é preciso que cada um julgue que será a próxima vítima. As vítimas não são — como se poderia supor — generais, magistrados ou funcionários qualificados; são o simples policial, o contínuo, o carteiro o guarda noturno — em suma os pequenos, os modestos, os humildes. Há razões para isso: é muito mais fácil matar na base da pirâmide social do que no seu vértice; além disto o terror difundido será muito maior, pela incerteza da próxima vítima. Os que caem trazem um letreiro: "Eis a morte reservada aos traidores!" Certamente muito poucas vítimas chegaram a dar informações à polícia; talvez nenhuma — mas o resultado é o mesmo, pois

os mortos não se defendem e todos pensam que "o Sr. X era um informante da polícia".

A população aterrorizada concentra-se sobre si mesma; está assim construído o "muro de silêncio": ninguém viu nada, ninguém sabe de nada. Está rompido o contato físico e psíquico entre o povo e o governo.

O inimigo ganhou a sua batalha, isto é, garantiu a cumplicidade do silêncio. Domina o país a atmosfera propícia à revolução, pois a estrutura social está perigosamente minada — e no entanto, não houve ainda motivo para emprego da máquina militar do estado, que vê impotente o desmoronamento da sociedade.

A partir deste momento a atividade revolucionária começa a se dissociar em dois planos: civil e militar. No plano militar, aparecem os primeiros elementos armados que, acobertados pela população atomizada, apenas terão de esconder-se das forças policiais. De dia, são lavradores, operários, comerciários; à noite, guerrilheiros, sabotadores agitadores. Ninguém os denuncia, pois a cumplicidade do silêncio é mantida por alguns assassinatos ou atentados oportunos.

No plano civil aumenta a penetração dos revolucionários na máquina do governo, que muitas vezes procura contemporizar e negociar, sofrendo cada vez mais, em sua passividade, os efeitos da ação revolucionária.

Cada vez mais a população se engaja na luta, apoiando as guerrilhas, que se propõem a destruir pela força ou neutralizar pelo terror as organizações ainda sãs.

Diz-se então, no jargão marxista, que "as massas estão ativadas".

O terror e a aliciação aumentam as fileiras dos guerrilheiros. Os bandos começam a se hierarquizar, e apóiam-se logisticamente em uma organização civil paralela, a qual tira os meios necessários das primeiras "bases" liberadas. Extensas ou pequenas, clandestinas ou defendidas, estas são regiões onde a população, submetida a cerrado controle revolucionário, tudo dá aos guerrilheiros e tudo nega ao exército legal. Os guerrilheiros são cobertos pela cumplicidade geral, obtêm informações e guias; seus feridos são tratados e escondidos; o reabastecimento é assegurado por depósitos dispersos e que ninguém sabe onde ficam. Ao contrário, os agentes do poder legal são sabotados, não obtêm guias nem informações, senão erradas; são sempre denunciados; sucedem-se os desastres às suas vias de comunicações e aos seus órgãos logísticos.

Sangrada em combates sem glória, a força militar legal começa a se desmoralizar e tende a retrair para as cidades, mais fáceis de defender.

A propaganda e o terror continuam a atuar sobre a população levando-a a enfileirar-se sob a bandeira revolucionária. As "hierarquias

paralelas" crescem a tal ponto que ao lado de cada personagem oficial há o seu "duplo" revolucionário, que com sua ação esvazia a autoridade do primeiro.

Neste momento, a legalidade muda de campo.

Começa a fase final da luta.

As bases liberadas crescem e se aglutinam. Aparece afinal o exército regular revolucionário, que constitui mais um atributo da soberania do governo revolucionário, reforçando a sua posição nos planos nacional e internacional. Em uma espécie de marcha triunfal, o exército regular revolucionário desencadeia a "contra-ofensiva geral". Sendo qualquer situação neste tipo de guerra avaliada pela capacidade de cada campo em controlar a população, esta "contra-ofensiva" se desenvolve em três componentes: psicologia, política e militar. A intervenção militar muitas vezes é desnecessária pois o organismo social envenenado, desmoralizado e enfraquecido desmorona sem tentar defender-se pelas armas.

6. CONDIÇÕES DE ECLOSÃO

Para que a guerra revolucionária possa irromper, subsistir e eventualmente vencer, é necessária a existência de condições favoráveis, que melhor podem ser entendidas após o estudo do seu processo evolutivo.

Sendo a guerra revolucionária um instrumento de domínio político-psicológico, ela precisa de ambiente para nutrir-se, impulso para progredir e chefes para conduzi-la.

O ambiente é, como vimos, atmosfera que envolve e alimenta a revolução — "a população é para o revolucionário o que a água é para o peixe" — com suas contradições sociais, políticas e econômicas. Este ambiente se encontra nos países subdesenvolvidos, nas regiões oprimidas por um domínio colonial estrangeiro, nas nações submetidas a um governo despótico, ou exploradas por organizações econômicas poderosas e prepotentes.

Não basta, porém, a condição de opressão — seja qual for o seu tipo — para que como numa geração espontânea apareça o processo revolucionário.

É necessário o impulso para o inicio da ação e para a manutenção do movimento, tanto mais necessário quanto menos adiantado estiver o processo. Este impulso vem de um apoio externo, que pode ser:

— moral: sob forma de propaganda destrutiva e construtiva e na formação dos quadros revolucionários;

— material: fornecimento de suprimentos civis e militares, e assessoramento técnico.

Entretanto, parece que a condição mais importante é a existência de líderes nacionais ativos e hábeis, capazes de polarizar a opinião pública, e ganhar o respeito e a dedicação das forças que chefiam. Não há insurreição sem um líder: a história aponta Lenine na Rússia, Mao-Tse-Tung na China, Ho-Chi-Minh na Indochina, Fidel Castro em Cuba.

Só a presença do líder dá união e caráter nacional à revolução, que o interesse e o apoio proveniente do exterior poderiam desfigurar.

Além disto, os partidos nacionais revolucionários freqüentemente fogem ao controle externo, o que pode levá-los ao cometimento de erros oriundos da impaciência em galgar o poder: daí a importância do líder nacional, único elemento capaz de moderar a precipitação dos menos prudentes, com a autoridade moral e material da sua presença.

7. ARMAS DA GUERRA REVOLUCIONARIA

Aqui o conceito de "arma" se afasta do que nos é familiar, oriundo da guerra clássica; talvez coubesse melhor o termo "instrumentos", que são os seguintes:

- Ideologia intermediária: é o meio defensivo com que a revolução se cobre para disfarçar sua verdadeira intenção.
- Propaganda: provavelmente a principal ferramenta da guerra revolucionária, pois se presta para destruir (desmoralizando, dividindo, intimidando, excitando) como para construir (exaltando, exagerando, encorajando os tímidos).
- Para atuar, a técnica moderna dispõe de um arsenal completo à disposição da propaganda: imprensa falada e escrita, TV, panfletos, livros, revistas.
- Agitação: a agitação é uma forma local da propaganda, em geral com fins destrutivos. Surge aí a figura do agitador; podemos dizer que a propaganda é uma arma estratégica, e agitação é uma arma tática.
- Terrorismo: os estudiosos distinguem dois tipos de terrorismo — o seletivo, com a finalidade de eliminar determinadas pessoas, capazes de manter a população fiel à ordem vigente (élites tradicionais e o sistemático que não visa indivíduos, mas o povo em geral, com o fim de difundir o medo. Incide também sobre "coisas" de interesse coletivo, como sistema de transportes, colheitas, energia elétrica, etc.
- Sabotagem: é uma forma mitigada do terrorismo.
- Guerrilha: é a ação revolucionária materializando-se no plano militar.

8. AS FÔRÇAS ARMADAS NA AÇÃO ANTI-REVOLUCIONARIA

A ação das forças armadas para se contrapor à Guerra Revolucionária deve ser considerada sob dois aspectos:

- no período preparatório (1^a e 2^a fases).
- no período revolucionário (3^a, 4^a e 5^a fases).

No primeiro, sobreleva a importância de um Serviço de Informações bem montado, capaz de agir de forma contínua e profunda: não basta saber o que o inimigo tem ou pode fazer; preciso saber o que terá, e o que poderá fazer, para planejar em decorrência as ações necessárias.

É essencial também proteger a organização militar contra a penetração revolucionária — e para isto é também essencial o trabalho do pessoal de informações, a par com a adequada instrução dos quadros, em todos os níveis, dentro de uma mesma doutrina.

O comando único é de capital importância em todas as atividades, que nesta oportunidade podem ser de dois tipos: repressão e segurança, com preponderância para os últimos.

As operações de segurança visam neutralizar a pressão da propaganda revolucionária pelo emprégo de uma contrapropaganda eficaz e proteger a população civil contra a violência, dando-lhe ânimo e confiança no governo. Eventualmente poderão ser ocupados pontos críticos, com a realização de demonstração de força para obtenção de efeito psicológico favorável. É condição importantíssima a mobilidade das forças armadas, para que possam acorrer rapidamente ao local necessário; para diminuir os prazos de possível intervenção, e para infundir confiança pela simples ação de presença, é desejável a dispersão até o nível compatível com a segurança de cada fração da força — isto é, dispersão sem pulverização.

No segundo período, as ações das forças armadas regulares contra as guerrilhas deverão nortear-se pelos seguintes princípios (Hogard):

- (a) Não tratar de igual para igual o movimento revolucionário; se assim o fizermos, estaremos trabalhando pelo seu sucesso.
- (b) Todo território onde eclodiu uma revolução armada deve ser material e moralmente isolado do exterior.
- (c) O processo revolucionário pode ser tanto mais facilmente bloqueado, quanto mais cedo fôr combatido.
- (d) A tática e a estratégia da luta anti-revolucionária devem ser gerais e combinar meios de toda natureza: psicológicos, administrativos, econômicos, sociais e culturais, visando conservar com o governo o apoio da população, que deve ser dissociada dos guerrilheiros.
- (e) Todas as ações anti-revolucionárias devem ser sujeitas a um comando único.
- (f) O objetivo principal e permanente deve ser a destruição da máquina político-administrativa do adversário.

- (g) As guerrilhas serão reduzidas à impotência pela ação de unidades adequadas, em qualidade e quantidade, que atuarão sempre na mesma área, conhecendo perfeitamente o terreno e a população.
- (h) A segurança dos eixos e pontos sensíveis repousa não sólmente na proteção estática, mas principalmente na criação de um clima de insegurança para os guerrilheiros.

Dos princípios acima parece-nos merecer destaque particular o quarto. A ligação guerrilha e população é um fator fundamental; ainda é em Mao-Tse-Tung que vamos encontrar o seguinte preceito, que é a antítese do referido princípio:

"Se a guerrilha não tiver um objetivo político, fracassará. Se o tiver, porém incompatível com os objetivos políticos do povo, também falhará pois não contará com o apoio dêste. Esta é a razão básica porque a guerrilha só pode ser uma forma de guerra revolucionária. Ela é alicerçada pelas massas, que a organizam e nutrem; uma vez divorciada destas, ou não contando com a sua cooperação e participação, é impossível a sobrevivência ou a evolução da guerrilha".

Para combater a guerrilha, é preciso conhecer os seus métodos e táticas. Na guerra do Vietnam, considerada por muitos observadores como o mais perfeito caso histórico de guerra revolucionária, valem como diretrizes para os guerrilheiros as seguintes regras:

- (a) Combater sempre com inteligência; usar ardil, emboscadas, escaramuças — aplicação do princípio de "Economia de Fôrças".
- (b) Conservar a liberdade de movimento — aplicação do princípio da Manobra.
- (c) Estimular no guerrilheiro a vontade de atacar — no avanço, na retirada, nas aldeias, na retaguarda: aplicação do princípio da ofensiva.
- (d) Manter o espírito de resolução, não tardar, não vacilar, não hesitar — aplicação do princípio de Unidade de Comando.
- (e) Saber guardar segredo: aplicação do princípio da Segurança.
- (f) Fazer a guerra de extermínio total; impor o terror nas fileiras inimigas e na população não colaboracionista: aplicação do princípio de Massa.

Estas regras se harmonizam com a conhecida síntese de Mao-Tse-Tung sobre a tática de guerrilhas:

"Se o inimigo avança, nós recuamos;
Se o inimigo pára, nos o inquietamos;
Se o inimigo cansa, nós o atacamos;
Se o inimigo se retira, nós o perseguimos".

9. CONCLUSÕES

A guerra revolucionária, como elemento componente da guerra clássica, compreende operações de âmbito muito mais vasto do que as da guerra clássica.

Disse Clausewitz que "a guerra é a continuação da política com outros meios". Coube a Lenine, o apóstolo da doutrina marxista, caracterizar a impossibilidade da coexistência dos sistemas capitalista e comunista com uma frase que reflete bem a perenidade do estado de guerra entre aquêles sistemas: "A política é a continuação da guerra com outros meios".

Entre êstes meios, destaca-se a guerra revolucionária, pois ela objetiva uma vitória política-social e só tem condições para triunfar com o apoio ou pelo menos a complacência (obtida pelo terror) do povo. Nos países em que ela obteve êxito, o uso da força foi apenas o coroamento de um processo canceroso do organismo social.

Por motivos óbvios, o processo menos desejável para combater o movimento revolucionário é o emprégo exclusivo da força militar. Eis porque na introdução dêste trabalho declara-se que o âmbito dêste tipo de guerra é muito mais na esfera civil do que na militar.

No trabalho de solapamento da estrutura político-social das nações ocidentais, os comunistas empregam uma técnica sorrateira, procurando atuar sobre o espírito público por uma ação subliminal, em que as idéias são inculcadas sem que o indivíduo se aperceba; muitos, os chamados inocentes úteis, servem de instrumento à política marxista.

O Plano de Operações realmente eficiente é aquele que eliminar as causas que provocam o descontentamento do povo: reformas sociais, legislação trabalhista e agrária, remoção enfim das contradições internas.

Os aspectos essenciais das guerras revolucionárias, que facilitam a sua identificação, são os seguintes:

- origem marxista-leninista.
- adoção possível por movimentos não-marxistas.
- importância das técnicas peculiares.
- adaptação a tôdas as formas de guerra.

Deve-se ao espírito francês uma definição muito sintética, mas também muito feliz:

"A guerra revolucionária é uma guerra abstrata contra um inimigo invisível".

Para combater o processo revolucionário é indispensável, antes de mais nada a VONTADE NACIONAL para resistir às suas táticas desa-

gregadoras. Esta vontade se exerce através do comando único, na concepção e execução das diretrizes governamentais, que devem atuar em todos os campos: político, psicológico, econômico e militar.

A proteção física da população é essencial, a fim de se evitar o seu isolamento da máquina de governo; enquanto não se materializar a dissociação povo x governo não há condições evolutivas do processo revolucionário.

O êrro mais comum, o que se poderia dizer o calcanhar de Aquiles da guerra revolucionária, é a impaciência em concluir o processo antes de criadas as condições necessárias: com isto o poder legal adquire autoridade para a repressão pela força — a organização revolucionária, prematuramente exposta e sem o amparo da opinião pública, é facilmente destruída.

Por outro lado, o caráter mais perigoso da guerra revolucionária é a sua perenidade no tempo. Obra que se julga imortal, independe dos prazos curtos da vida humana para a consecução dos seus fins. A semente plantada pode esperar: tanto quanto possível, o "risco calculado" é abolido dos seus planejamentos.

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

REIVINDICAÇÃO HISTÓRICA PRÓ-MORTOS NA GUERRA 1864-70

General RAUL SILVEIRA DE MELLO

RESUMO — Milhares de brasileiros mortos na guerra de 1864-70 lá ficaram ao léu, sepultados, insepultos e incinerados, nos campos de batalha. Até hoje, há um século do início da guerra, não receberam honras ostensivas, de rigorosa justiça, conquistadas durante seis anos de cruentes sacrifícios.

Outrossim, milhares de mortos das três outras nações beligerantes jazem em idênticas condições, indiscriminadamente, misturados com os nossos, no chão comum do teatro de operações.

SUGESTÃO — Construir-se um monumento de confraternização comum aos mortos das quatro nações envolvidas na guerra.

A DEFESA NACIONAL associa-se a esta campanha reivindicatória. Na Guerra do Paraguai, forjaram-se os grandes Chefes que são o paradigma dos Chefes de hoje e do Exército de sempre.

O ano de 1864, há um século, foi prenúncio e comêço de uma gravíssima tragédia desenrolada nesta parte do continente. Nesse ano sinistro, encresparam-se de pouco em pouco as relações políticas, e, tal qual arrasante e súbito pampeiro, desencadeou-se, no último trimestre, o turbilhão da guerra. Quatro nações irmãs viram-se arrastadas no conflito. O mais longo e sangrento na América. Chamou-se *Guerra do Paraguai*, por haver sido este país o teatro principal de operações. Chamou-se mais propriamente *Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, porque três nações vizinhas, Brasil, Argentina e Paraguai, uniram-se para repelir a agressão daquele. Houve também quem o chamasse *Guerra contra Lopez e Campanha Lopezguaya*, pela simples razão de que a Guerra não era contra a nação e o povo paraguaio e sim contra o governo daquele.

O Brasil, por êsse tempo, atravessava uma fase difícil. Além da conjuntura econômica que o afligia, entrara em disputa com o Uruguai, por danos e violências sofridos, de há muito, por patrícios nossos ali residentes, e, não logrando as satisfações reclamadas, interveio militarmente no país vizinho, como estava em uso naqueles tempos, em casos idênticos, por parte de países mais fortes contra menos fortes.

Foi dessa disputa e da invasão de nossas tropas ao Uruguai, em 12 de outubro de 1864, que Francisco Solano Lopez, o governante paraguaio, se tomou de dôres para romper com o Brasil, sem medir as funestas conseqüências, que, dêsse ato temerário, poderiam resultar para o seu nobre povo, obediente e sofredor.

O que aconteceu então para o Brasil, e para os mais países participantes da guerra, naquele último trimestre de 1864, e o que lhes foi o quinquênio de 65 a 70, di-lo a história imparcial das quatro nações. Uma calamidade entre irmãos. Uma tragédia, que bem merece filmação retrospectiva para fins educativos e para inspirar horror à guerra. Uma tragédia em que apareceu de tudo. Heroísmo sem igual. Sacrificios sem conta. Luto secular. Multidões de mortos, feridos mutilados, inválidos, desajustados, viúvas, órfãos. Sómente o Brasil, de sua parte, contou mais de cem mil vítimas de guerra. As estatísticas até hoje não foram levantadas a rigor e se chegassem a resultados, embora aproximados, pasmaria pelos números e pela sangria causados à nossa Pátria. Para ilustrar com um exemplo o que foram as nossas perdas nessa infesta guerra, basta dizer que nos hospitais de Tuiuti e Curuzu pereceram, pela cólera mórbus, em apenas dois meses, quatro mil soldados brasileiros, e, sómente no ano de 1866, de Passo da Pátria a Curupaiti, comêço da guerra em território paraguaio, ficaram-nos cerca de dois mil mortos nos campos de batalha, afora os que faleceram nos hospitais por ferimentos recebidos. Nos mais anos da guerra a média de mortos foi de 2.000 por ano. Mas não foi só em números o nosso sacrifício na guerra. Foi também em qualidade e valores individuais. Além de outros gêneros de valores, convém lembrar que, de 1865 a 70, perdemos em batalhas, de ferimentos recebidos e de graves enfermidades adquiridas no curso das operações, nada menos de seis generais, um almirante e acima de uma centena de comandantes de batalhões e regimentos. Nenhuma guerra americana apresentou tão numerosa perda de chefes.

Isso quanto ao número global e à qualidade de mortos. Mas, quem poderá dizer hoje onde jazem, um a um, os mortos brasileiros que lá ficaram? Quem poderia fazer uma indagação a esse respeito? Tal indagação, seja quanto ao número exato de mortos, seja quanto aos destinos de seus restos, ficaria sem resposta. Sómente o silêncio, a omissão e as lágrimas, em sua linguagem muda, poderiam exprimí-lo.

Demos agora um salto no tempo para observar como se procede atualmente em relação às vítimas das guerras. Quão diverso e cada vez melhor é esse tratamento. Ainda bem que se tenha operado uma favorável mudança de procedimento. Assim vem acontecendo, face à influência cada vez maior da opinião pública, à melhor compreensão do que vale o sacrifício pela Pátria, à mais nítida consciência da dignidade humana. Mercê de um tal progresso nas idéias, os mortos de guerra passaram a ser tratados como relíquias. Seus nomes são inscritos nos locais em que ficaram sepultados, ou em cemitérios privativos, de onde suas urnas passam para criptas de monumentos cons-

truídos em sua honra. Felizmente, mudaram as mentalidades. Mesmo quanto aos mais humildes, apenasmnte conhecidos em suas aldeias e lugarejos. E até os que não lograram ser identificados depois das batalhas, tiveram também monumento privativo e um epitáfio: *Soldado desconhecido*. Todos, indistintamente, passaram a receber tais e quais honrarias com a finalidade de perpetuar-se-lhes, de público, a gratidão da Pátria e dos seus concidadãos. Quantos, porém, nem chegam a ter um gesto de bravura! Quantos, vitimados por doenças ou acidentes na retaguarda. Mas quanta deferência e distinção por todos e cada um.

Ainda mais. Cada ano, em datas comemorativas, os seus jazigos mortuários cobrem-se de flores. Diante dêles, clangoram os clarins, rufam tambores, desfilam tropas. E o *dies illa* dos capelões e o verbo inflamado de oradores ressoam aos quatro ventos, encomendando a Deus e à Pátria os mortos queridos. Assim procedem hoje todas as nações. As prerrogativas, porém, não ficam só com os mortos. Os feridos e inválidos de guerra, viúvas e órfãos dos que pereceram, gozam de assistência especial das nações. Também os sobreviventes válidos, quando necessitados, recebem a proteção do Estado.

Outrossim, para participar dessas regalias *post bellum* é suficiente que alguém se haja exposto aos riscos da guerra, perto ou longe das operações, desde que, mobilizado, esteja pronto e à espera da ordem de marcha. Bastam estas disposições para que se lhes creditem serviços de guerra, como aconteceu com os nossos expedicionários na Itália. Voltamos, porém, aos nossos mortos na guerra de 1864-70. Quem será capaz de dizer uma palavra exata a respeito dêles? Onde ficaram aquêles milhares de vítimas da inominável tragédia? Mortos no fragor das batalhas e escaramuças. Mortos durante marchas penosas, em bivaques e acampamentos desconfortáveis, ao sol e às chuvas das estivais, às geadas e minuanos daquelas terrificas invernias. Através de cursos d'água, esteros e campos inundados. Mortos em miserandos hospitais de campanha. Mortos à míngua, em campos de prisioneiros. Mortos nas selvas e alhures, onde só Deus sabe. Lá ficaram esquecidos, jogados em valas, aos montões, ou queimados em pilhas, depois das batalhas. Outros, não encontrados no momento, lá ficaram insepultos, devorados por corvos, feras e cães famélicos.

Quem poderia explicar a milhares de pais, espôsas, filhos, onde ficaram os restos mortais de seus entes queridos? Muitos nem tiveram menção nas listas de perdas. Ossadas desconhecidas ainda lá aparecem a granel, lambidas pelo vento, revolvidas pelas enxurradas e aluviões, postas a nu na contrução de estradas... Quem poderá explicar a origem ou nacionalidade dessas relíquias humanas? Brasileiros, argentinos, paraguaios, uruguaios?... Ninguém há. Sómente lágrimas e preces de almas compassivas é que, de algum modo, rememoram essas relíquias anônimas, lembrados que poderiam ser parentes e amigos, de quem não mais tiveram notícia. Rememoram, mas sem o alívio ou a idéia de saber onde e como pereceram, se de armas nas

mãos, no ardor das batalhas, de acidentes, de enfermidades, ou outro gênero de morte.

Apenas algumas famílias de recursos, que tiveram conhecimento das sepulturas de seus entes queridos, inumados isoladamente em cemitérios de campanha ou locais certos, bem identificados, sómente essas famílias, à própria custa, tiveram de volta os restos mortais de seus consangüíneos.

Grandes chefes, como Caxias, Tamandaré, Osório, Câmara, Pôrto Alegre, Conde d'Eu receberam, mas só depois de mortos, os seus monumentos. Rememora-se Riachuelo cada ano em atenção à nossa Marinha de Guerra. Tuiuti, por causa de Osório. Caxias, por ter sido o grande comandante-chefe.

Mas que se fêz até hoje para honrar a memória dos que lá ficaram? Que demonstrações de reconhecimento e distinção se prestaram à multidão de mortos deixados ao leu no teatro da guerra? Para argumentar, nada há como um confronto, um exemplo. E este confronto nos é oferecido pela invasão de Mato Grosso, que não passou de teatro secundário de operações. No entanto, alguns de seus episódios tiveram já a sua consagração. Os participantes da Retirada da Laguna têm aqui no Rio o seu monumento. Erigiram-se bustos do Guia Lopez. Marcos comemorativos assinalam os locais em que sucumbiram Camisão e as vítimas por ele arrastadas naquela tresloucada expedição. Antônio João revive em pequeno monumento no local da antiga Colônia de Miranda, onde tombou heróicamente. A Antônio Maria Coelho ergueram, em Corumbá, vistosa estátua, pelo seu espetacular feito na retomada daquela cidade, em 1868.

Outrossim, mais recentemente, para honrar os mortos na campanha da Itália, o Governo construiu-lhes grandioso mausoléu, onde reposeram em urnas individuais, identificadas pelos próprios nomes. E aí eu-lhes, ademais, a insigne distinção de uma guarda permanente das três Forças Armadas, que se revesam no monumento mês a mês. Insigne honra que sómente Caxias viria a receber mais tarde, de parte do Exército, quando sua estátua eqüestre foi removida para a praça fronteira ao Quartel-General.

Nada há alegar contra, senão a aplaudir, tão distintas homenagens aos mortos na campanha da Itália. Consólo às famílias enlutadas. Preito de gratidão e saudades de seus companheiros sobreviventes. Testemunho e estímulo perene, à posteridade, de que a Pátria não esquece os filhos sacrificados por ela.

Muito judiciosa esta nova conduta para com os mortos na guerra. Volte-se, porém, um olhar ao passado, e, de ouvido à escuta, observe-se atentamente se não estão a clamar pela disparidade de tratamento os que perceram outros tempos e outros teatros de operações, em defesa da Pátria. Esquecidos. Até os seus nomes se perderam no torvelinho dos anos. Tratando-se, porém, nesta circunstância, do caso especial da guerra de 1864-70, conclamam céus e terra que não

se devem postergar dívidas de honra de semelhante padrão. Estamos no centenário da guerra. Ocasião sobremodo oportuna para uma tomada de contas. Ocasião mais do que oportuna para dizer o *mea culpa*, em linguagem de gratidão, àqueles milhares de mortos brasileiros que nela pereceram. De lhes reconhecer e reparar, na medida do possível, por via de realizações, mas de realizações expressivas e eficientes, a gravíssima injustiça e a incompreensível omissão que contra êles perpetrados, deixando seus nomes e suas relíquias esquecidos, e ao léu, longe da Pátria.

Resta-me ainda uma consideração e um argumento em abono d'estes nossos queridos mortos. Os participantes da repressão contra os holandeses já tiveram o seu monumento em Guararapes. Também os de Dois de Julho, na Bahia. E não é fora de propósito alegar que até nossas rebeliões internas, pouco recomendáveis, umas, e outras, de discutível recomendação do ponto de vista patriótico, vêm obtendo consagração, no granito e no bronze, em praças públicas. Estão neste caso a revolução farroupilha, em Pôrto Alegre, e a de 9 de julho, em São Paulo. Por seu lado, os herois do cérco da Lapa e os próceres da República, antes mesmo dos centenários dêsses acontecimentos, já tiveram seus vistosos monumentos.

É evidente, pois, clama e urge uma fervorosa reivindicação em prol dos mortos na guerra de 1864-70. O momento é auspicioso. Está a abrir-se o centenário da terrível hecatombe. Não se poupem esforços nesta oportunidade comemorativa para se lhes dar um testemunho ostensivo de gratidão da Pátria. Um tal testemunho deve ser tanto maior e mais vibrante quanto omisso e ausente lhes foi até hoje, ao passo que a outros, de campanhas de menor vulto e de menores sacrifícios, se vêm emprestando honrarias excepcionais.

Chegado assim à tônica d'este palpitante assunto, tive o impulso de redigir um apêlo para que se concretizassem neste centenário a ereção de um monumento aos mortos brasileiros da guerra de 1864-70. Assaltou-me, porém, neste ponto um pensamento de inefável expressão humana e cristã. Estamos exatamente a um século da guerra. Nenhum participante, nenhuma testemunha dos acontecimentos resta hoje para dizer uma palavra, proferir um comentário, expressar um depoimento diferente daquilo que se conhece ou se tem por verdadeiro. Os ressentimentos e ódios tendem a dissipar-se à medida que se distancia o espetro da guerra. Cresce, por outro lado, a sadia compreensão de que as gerações presentes são irresponsáveis pelos desacertos e injustiças, de boa ou má fé, ciente ou inadvertidamente, perpetrados por governos e prepostos seus nas gerações passadas. Os dentes dos filhos não embotam, como sentenciam as Sagradas Letras, pelo fato de os pais haverem comido uvas amargas. Por outro lado, as atuais gerações sofrem ainda pelos danos da guerra. Pelos danos, mas não pela culpa da guerra. Nem respondem moralmente pelos erros das gerações anteriores.

Não sendo possível, como ficou dito, reunir os restos, ou as cinzas, separadamente, dos mortos de cada uma das nações beligerantes, para recolhê-los a mausoléus nacionais, admita-se, contudo, que uma das quatro nações, não tendo em conta este raciocínio, resolvesse erigir um monumento aos seus mortos na infesta guerra, levando para êle uma urna de terras, punhado a punhado, recoilhidas nos campos de batalha, e alhures, onde tivesse por certo haverem tombado e se haverem consumido corpos de seus combatentes. Quem poderá afirmar que essa urna não conteria também algo do sangue e cinzas dos filhos das outras três nações? Qualquer, pois, das quatro que pretendesse levantar um monumento nessas condições, tê-lo-ia de conteúdo incerto e duvidoso. E, por isso mesmo, poderia reavivar polêmicas e indisposições.

Um monumento ou mausoléu desse gênero, nos dias de hoje, ao ensejo do centenário da guerra, para ser legítimo, expressivo, deveria ter por destino — elevado destino — a participação dos espíritos, a reconciliação dos corações, a confraternização das quatro nações irmãs.

A título de argumento decisivo, cumpre alinhar aqui mais uma circunstância. A guerra de 1864-70 não teve, a bem dizer, vencedores. Foi uma sangria para as quatro nações. Triunfadores, sim, é justo confessar que os houve. E, se tiverem dúvidas, direi quem foram êstes afortunados. Foram os lídimos heróis das quatro nações beligerantes que se portaram realmente como bravos, observando com retidão e dignidade as leis de guerra. Vencidos também houve e por centenas de milhares. Êstes infelizes — únicos verdadeiramente vencidos — foram os mortos e demais vítimas da guerra.

Eis aí, como, face aos postulados humanos e cristãos, devem classificar-se hoje os vencedores e vencidos nessa inominável guerra. As gerações atuais das quatro nações irmãs, cada uma por seu lado, sentem-se também, de certo modo, vítimas da guerra, porque lhes punge amargamente a lembrança dos sofrimentos experimentados, seis anos a fio, pelos seus antepassados.

Ao invés, pois, de um monumento de supostas cinzas de soldados brasileiros, tombados aqui e ali em centenas de quilômetros no teatro operacional de 1864-70, decida-se o Brasil por um mausoléu comum, de confraternização, para guardar quatro urnas, contendo cada uma, punhados da mesma terra recolhida naqueles campos de batalha, em que digladiaram os exércitos das quatro nações irmãs. Assim deliberado, confie o nosso governo, de comum acordo com os demais, aos presidentes das respectivas Cruzes Vermelhas, as providências para recolhimento da terra funerária daqueles antigos campos de batalha e a escolha dos tipos de urnas que a contiverem.

Construa então o Brasil o monumento, segundo projeto de arquitetos das quatro nações. O dia aprazado para a comemoração seja um dia já consagrado no consenso dos povos: o dia do descobrimento da América, o da Paz Universal ou o Dia Universal de Ações de Gra-

cas. Dê-se preferência para a inauguração do mausoléu ao ano de 1970, centenário do fim da guerra. Por convite especial do nosso governo, será de sumo regozijo, estejam presentes à inauguração os chefes de Estado da Argentina, Paraguai e Uruguai. Serão benvindos também tantos quantos jornalistas e patrícios seus desejarem participar das solenidades.

Uma tropa de nossas Fôrças Armadas fará guarda de honra ao monumento no dia da inauguração e prestará continência aos chefes de Estado ali presentes. Não haverá, porém, guarda permanente ao mausoléu. Para substituir essa guarda, postar-se-á ali, dia e noite, uma guarda simbólica composta de quatro estátuas de bronze, representando soldados das quatro nações irmãs ao tempo da guerra.

Este monumento revestir-se-á, portanto, de excuso significado humano e cristão, exprimindo perpétua exortação à fraternidade e à paz. Sem embargo, porém, destas ótimas disposições, longe de mim supor cheguem as quatro nações ao ponto de iludir-se quanto à possibilidade ou não de sobrevirem-lhes aqui e ali, entre elas, no correr dos anos, questões a debater. Não vivemos no Paraíso. Certo é que ocorrerão arrufos, desentendimentos, rusgas de vizinhança, interesses em jôgo, frutos da contingência humana e da convivência cotidiana. É de reconhecer, pois, a oportunidade e os altos motivos da ereção e perpetuação dêsse monumento, para que ele se torne presente a todo tempo nas relações de governo a governo, de povo a povo, entre as quatro nações. Seja ele um símbolo de afirmação e de confiança a conclamar que as divergências de opinião e de interesses, tão comuns entre irmãos, devem pairar na região superior dos cérebros sem descer jamais aos corações.

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais
um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e
estará assim contribuindo para o engrande-
cimento de sua Revista, QUE PRECISA DE
VOCÊ.

O que aspira a ser um Chefe sensato e não vulgar aplicador de preceitos regulamentares, deve penetrar em sua essência com espírito filosófico.

Cel Cernadas

—
O soldado não é um autômato, senão um homem, e o bom soldado é aquêle que, por sua elevada moral, excluiu toda possibilidade de fugir ao dever.

Gen Vicente Rojo

—
Um homem que não tem considerações pelas necessidades do soldado, não deveria nunca comandá-lo.

Napoleão

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

Relação sumária da gloriosa carreira de Santo Antônio de la Vera Cruz, dito de Lisboa e de Pádua, desde soldado raso até suà reforma como Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro

NONNATO MASSON

Fernando de Bulhões, que adotou, ao ser ordenado sacerdote, o nome de Frei Antônio de la Vera Cruz, e que virou santo, cultuado por uns como Santo Antônio de Lisboa, porque nasceu em Lisboa, e por outros como Santo Antônio de Pádua, porque morreu em Pádua, desenvolveu também no Brasil, três séculos apôs a sua morte, uma brilhante e gloriosa carreira militar.

Em 1595, assentaram-lhe praça como soldado raso na Bahia por ter ajudado os portuguêses a vencer os franceses que tentaram conquistar a Cidade do Salvador.

Em 1685, o Governador e Capitão-General de Pernambuco, Dom João da Cunha Souto Maior, mandou, por portaria de 13 de setembro, assentar praça de Soldado a Santo Antônio, ordenando-lhe que seguisse para Palmares, a fim de defender as armas reais na conquista dos quilombos.

Em 1704, o Governador da Colônia do Sacramento, General Sebastião Xavier da Veiga Cabral deu a Santo Antônio a patente de Capitão da Guarda da Colônia pela sua ajuda para a vitória contra as fôrças espanholas.

Em 1705, Santo Antônio foi promovido na Bahia a Capitão, pelo Governador Dom Rodrigo da Costa, em atenção a um pedido da Câmara da Cidade do Salvador e intertenido no Forte da Barra, devendo seu sólido ser aplicado nas festas em sua honra.

A 7 de abril de 1707, o Rei de Portugal enviou "aos oficiais da Câmara da Cidade da Bahia", uma Carta Régia que começava assim: "Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Fui servido resolver se continui com a dita praça de Capitão que vós assentastes a Santo Antonio no Forte da Barra com o sólido que atribuíste-lhes".

O Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, João de Maia da Gama, em 1709 mandou assentar praça de soldado a Santo Antônio na Companhia do Capitão Inácio Diogo de Caminha, com sólido de 30 mil réis mensais.

Por ter ajudado os estudantes a derrotar João Francisco Duclerc na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o Governador Francisco de Castro Moraes deu a Santo Antônio, em 1710, o pôsto de Capitão de Infantaria. Para perpetuar o feito foi colocada uma imagem de Santo

Antônio num nicho no alto da porta de entrada do Convento de Santo Antônio, sendo uma lâmpada de azeite acesa diante da imagem — como ainda hoje se observa.

Por Provisão de 30 de abril de 1717, o Governador de Pernambuco, Dom Lourenço de Almeida, promoveu Santo Antônio a Tenente de Artilharia da Fortaleza do Buraco, com sôlido mensal de dois mil e setecentos réis.

O 4º Vice-Rei do Brasil, Dom Vasco Fernandes César de Meneses, em 1720, por solicitação do Senado da Câmara de Salvador, deu a Santo Antônio o pôsto de Alferes de Infantaria.

Em fins de 1749, Dom Marcos de Noronha, Capitão-Mor da Capitania de Goiás, mandou assentar praça de soldado a Santo Antônio.

Em 1750, foi expedida umá Carta Régia determinando que Santo Antônio fôsse promovido, em Goiás, a Capitão de Infantaria Ligeira, com o sôlido de 16 mil réis por mês.

O Capitão-Mor do Espírito Santo, José Gomes Borges, mandou, em 1752, assentar praça de soldado a Santo Antônio, na Companhia de Infantaria da Vila de Nossa Senhora da Vitória, determinando que o sôlido fôsse pago, não pela Fazenda Real, mas por subscrição, à razão de um vintém por mês de cada soldado, e de dois vinténs de cada oficial.

Santo Antônio passou a figurar, em 1759, nos estandartes das fôrças brasileiras em operações em Pernambuco.

Dom Luís Antônio de Sousa, Capitão-Mor de São Paulo, deu, em 1771, a Santo Antônio a patente de Coronel dos Regimentos da Capitania.

A Rainha Dona Maria I, de Portugal, atendendo a um manifesto dos mineiros, em 1799, deu a Santo Antônio da Matriz do Pilar de Vila Rica de Ouro Preto a patente de Capitão de Cavalaria das Minas Gerais.

Acreditando que a Família Real Portuguêsa chegou a salvo no Brasil por uma graça de Santo Antônio, Dom João VI deu-lhe a patente de Major de Infantaria da Guarñição do Rio de Janeiro.

Em 1814, Dom João VI promoveu Santo Antônio a Tenente-Coronel de Infantaria, "por serviços relevantes prestados ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves", e o condecorou com a Grã-Cruz de Cristo.

Pelo Aviso n. 42, de 15 de outubro de 1890, o Ministro da Guerra, Marechal Floriano Peixoto, determinou, que continuasse sendo pago a Santo Antônio o sôlido a que tinha direito como Tenente-Coronel da Guarñição do Rio de Janeiro.

Santo Antônio deixou de receber em 1908 o sôlido como Alferes de Infantaria na Bahia, pois o Delegado Fiscal impugnou a inclusão do seu nome na fôlha de pagamento do Tesouro..

Finalmente, o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, e o Ministro da Guerra, General Dantas Barreto, determinaram, em 1911, a suspensão do pagamento do sôlido a Santo Antônio, que foi reformado.

PROBLEMAS DO BRASIL

Gen ADALARDO FIALHO.

Transcrito, "data venia", da "Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil", 1º semestre de 1964.

I

PLANO RODOVIÁRIO FEDERAL E SUAS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

O governo deposto publicou, em outubro de 1963, o plano rodoviário que pretendia construir no biênio 64-65 (Ver esquema n. 1). Este plano, estudado à luz de considerações de ordem militar, suscitou-nos as linhas que se seguem, escritas sem espírito de crítica demolidora. Aliás, tudo que vamos apresentar é com a mesma liberdade de crítica, por assim dizer, de um Walter Lippmann, ou de um Drew Pearson, que abordam os mais importantes assuntos estratégicos da América do Norte sem que o Pentágono os impeça. Isso porque o que importa é a opinião dêle, Pentágono (no nosso caso do EMFA) e não de um rabiscador qualquer A ou B. Examinando-se o plano do esquema n. 1, notamos logo três falhas: o seu caráter litorâneo, a falta de interiorização das estradas na região norte-nordeste e o agravamento, sob o ponto de vista estratégico, do estrangulamento de Salvador, na Bahia, que se está tornando o "punctum dolens" do esquema defensivo do país. Quando se faz um plano rodoviário nacional, claro está que se deve levar em consideração as questões de ordem econômica, mas as de ordem estratégica não podem ser descuradas. O ideal é cobrir os dois aspectos. A estrada litorânea que ligará Curitiba a Florianópolis e a Pôrto Alegre nenhum valor estratégico possui. É perfeitamente substituível pelo mar, mas nós estamos abandonando o mar como meio de transporte. Se não tivermos o domínio do mar, no litoral sul, é via impraticável. Mera estrada de turismo. A litorânea Rio—Vitória—Salvador sofre do mesmo mal. É uma duplicação da BR-4, com a agravante de fazer de Salvador o ponto final de mais uma estrada (2 rodovias e 1 ferrovia). Desenvolveremos êste ponto mais adiante. A litorânea Salvador—Recife—Natal—Fortaleza serve pouco, igualmente, para fins estratégicos. Notamos com satisfação a Fortaleza—Salgueiro—Feira de Sant'Ana e a Recife—Salgueiro, que estas, sim, têm valor estratégico. Mas notamos que a Brasília—Fortaleza, de alta expressão estratégica, ficou definitivamente no tinteiro e notamos ainda a falta de longitudinais que se adentrem na região leste e nordeste, como uma

Salvador—Oliveira dos Brejinhos—Taguatinga—Pôrto Nacional e uma Salgueiro—Alto Parnaíba. Não comentaremos as rodovias da região centro-sul porque só vêm acrescer mais vias de comunicações à densa região sul do país. Registrados com agrado a rodovia Vitória—Belo Horizonte—Cuiabá—Pôrto Velho, de alto sentido econômico e estratégico. Passemos agora à questão que mais nos preocupa e que é o estrangulamento de Salvador. Podíamos limitar-nos a considerar esse caso isoladamente, mas ele é melhor focalizado se o enquadrarmos num estudo geral da defesa marítimo-terrestre do Brasil. Para isso,



Esquema Nº 1

organizamos o esquema n. 2, onde dividimos o litoral do país em 5 zonas que numeramos de 1 a 5 (aliás, correspondem aos Distritos Navais). Cada uma destas zonas corresponde a um trecho específico do litoral a defender. Não foram escolhidas a êsimo, mas cobrem parcelas do território pátrio de significação econômico-militar perfeitamente distintas. O dispositivo militar, em terra, deve responder às necessidades de defesa de cada uma destas zonas. E as rodovias e ferrovias devem ser construídas de modo a servirem êsse dispositivo militar terrestre. É por isso que, levando em conta as novas rodovias do país e o fato de a mudança da Capital do país para Brasília, organizamos, no esquema n. 2, como sugestão, um dispositivo militar terrestre apenas das reservas de cada setor militar encarregado da defesa de cada zona naval. São as elipses de 1' a 5'. A reserva geral na região Brasília-Goiânia. Devermos capacitar-nos que a mudança da Capital para o planalto central e novos fatos econômicos surgidos ultimamente, no cenário nacional, e também a situação internacional, alteraram profundamente o esquema de defesa do país. Não é tanto com os países do continente, a braços com crises permanentes de caráter político-econômico-social, que nos devemos preocupar, mas com o perigo provindo do ultramar. As nações africanas, que defrontam com o Brasil, estão em permanente estado de ebulação, podendo trazer a Rússia, a qualquer momento, para a frente do nosso país. Zanzibar aí está como prova. Por isso, as considerações sobre a defesa do país que vamos apresentar, primeiro de caráter geral, e depois em detalhe, só levam em conta um ataque, em estilo convencional, provindo de ultramar. Isto posto, temos que reconhecer que, sob o ponto de vista da defesa do nosso litoral, as 5 zonas que apontamos se apresentam na seguinte ordem de importância: 3, 2, 4, 5 e 1. Por que a região leste setentrional (Salvador) foi considerada a mais importante? (Em oposição à clássica região sul dos nossos antiguados esquemas?) Porque ela é a que, desde logo, oferece ao inimigo de ultramar as maiores vantagens. A queda de Salvador imobiliza o Brasil, porque põe nas mãos do inimigo todo o seu petróleo. Dá-lhe, de mão beijada, todo o Nordeste, porque cometemos, senão a tolice, pelo menos a extravagância de construir 1 ferrovia e 2 rodovias terminando em Salvador, de forma que a queda desta cidade isola o Nordeste, tanto mais quanto não existe a rocade Brasília—Fortaleza e nem a longitudinal Salvador—Oliveira dos Brejinhos—Taquatinga. Recorrer ao rio São Francisco, nem é bom pensar, devido à lentidão dêste meio de comunicação. Caído Salvador, ou seja, o punho do leque de estradas que se dirigem para o sul e para o norte, o inimigo procurará ganhar profundidade e alargar a brecha, mas nós não possuímos uma estrada por onde rocar fôrças e lançá-lo ao mar. A operação inimiga implica em superioridade naval e aérea face a Salvador e salienta a importância dessa base para a nossa esquadra. Dirão: mas por que o inimigo prefere a região 3 e não procura tomar, desde logo, a região 4 (Santos—Rio—Vitória) que cobre a parte mais importante do país e, assim, acabar logo a guerra? É fácil pensar nisso,

mas a guerra não se faz só com pensamentos e sim, também, com operações reais. É muito mais custoso tomar a região 4, bêlicamente preparada e face a um inimigo poderoso, do que apossar-se de Salvador, fazer cair de podre o Nordeste e o Norte e, em seguida, virar-se para o sul. Nenhum estrategista deve olvidar o efeito psicológico na guerra. A queda de grande parte do território pátrio terá um efeito demolidor sobre o resto. A cabeça de ponte de Salvador permitirá à Aviação e ao Exército inimigo saltarem sobre Belo Horizonte, chave da tomada de Vitória e Brasília, de um lado, e do Rio e São Paulo, de outro. Os teatros de operações cairiam nesta ordem: 3, 2 e 1, 4 e 5. Seria um desabar de castelo de cartas. Desçamos agora ao detalhe, examinando, ainda que superficialmente, a defesa de cada teatro de operações, e sempre considerando o inimigo provindo de ultramar.

Teatro 1: A defesa dêste teatro é feita mais por via indireta, mantendo os teatros 2 e 3, do que propriamente por ação direta. A queda da embocadura do Amazonas poria nas mãos do inimigo toda a Amazônia. A colocação da reserva 1' dêste teatro na região de Pôrto Franco, sobre a Belém—Brasília, atenderia à defesa seja de Belém, seja de São Luiz.

Teatro 2: O rio São Francisco poderia ser utilizado como posição defensiva para contrapor-se a quem, apoderando-se de Salvador, procurasse encaminhar-se para o Norte. A reserva 2' na região do grande nó de comunicações de Salgueiro. Deve assinalar-se que a SUDENE está gastando mais de 100 bilhões de cruzeiros nesta região que, aliás, está reagindo bem. Pernambuco é, hoje, o Estado de maior incremento do impôsto de renda. A queda dêste teatro deixaria em mãos do inimigo grandes riquezas: açúcar, algodão, óleos vegetais, fosfatos, sal, etc. Poria em suas mãos, igualmente, a chave do estreito Dakar-Natal, suprimindo todo o comércio internacional do Brasil.

Teatro 3: A defesa de Salvador é vital. Deve começar no ar e depois no mar (Salvador deve ser a base naval n. 1 do país.) Em terra, pode fazer-se do rio São Francisco a última posição de defesa em profundidade. Para contrapor-se ao alargamento da brecha, há muitos cursos d'água, tanto para o norte como para o sul. Reserva 3' em Oliveira dos Brejinhos (embora não haja aí nem rocada nem longitudinal). A queda dêste teatro daria ao inimigo todo o petróleo do Brasil.

Teatro 4: Já vimos que, escorado no efeito psicológico, é mais fácil investir este teatro atacando Belo Horizonte, vindo do norte, pelo ar e por terra, do que destruir as defesas costeiras e subir a serra do Mar. Belo Horizonte, punho de leque de estradas para São Paulo, Rio, Vitória e Brasília, é a chave da defesa dêste teatro. Quem segurar Belo Horizonte, tem nas mãos a Capital do país e mais São Paulo, Rio e Vitória. Basta olhar um mapa para nos capacitarmos disto. Minas Gerais é, por assim dizer, na atualidade, o "heartland" do Brasil. Quem dominar militarmente Minas Gerais, domina o Brasil.

A sua posição geográfica central, o seu território montanhoso e o nó vital de comunicações de Belo Horizonte, de onde partem estradas para todos os quadrantes do Estado e do país, fazem das alterosas uma região de valor estratégico inestimável. Prova-o, embora pálidamente, os recentes acontecimentos políticos, durante os quais a sublevação da tropa do grande Estado central arrastou as dos demais Estados. Militarmente falando, Brasília não passa de uma dependência de Minas Gerais. Por isso ousamos dizer que a tropa de confiança do governo federal deve estar em Minas Gerais. Pelo menos enquanto não se levar para o novo Distrito Federal um volume de tropas maior do que o atual. Já no nosso trabalho "Reflexões sobre a mudança da Capital", batíamo-nos para que fossem levados para lá os contingentes da futura reserva geral do país. Brasília precisa ter forte guarnição. Candangos mobilizados por pelegos e sindicatos comunizados puseram em xeque, várias vezes, o Congresso Nacional. Pode supor-se que o Congresso não votou o "impeachment" do presidente deposto por não se sentir em segurança para tal. A insegurança em que se encontram os três Poderes da República, em Brasília, provocou, já mesmo depois da vitória da revolução, o reforço da guarnição da Capital do país com tropas provindas de Anápolis e Goiânia. Solução apenas transitória... Voltando ao assunto que tínhamos em mira, a reserva 4' deve ser localizada em Belo Horizonte, portanto. A queda deste teatro dará o país ao inimigo, no que tem de mais importante, e, de resto, acarretará a queda do teatro 5, pois é a base de operações deste teatro.

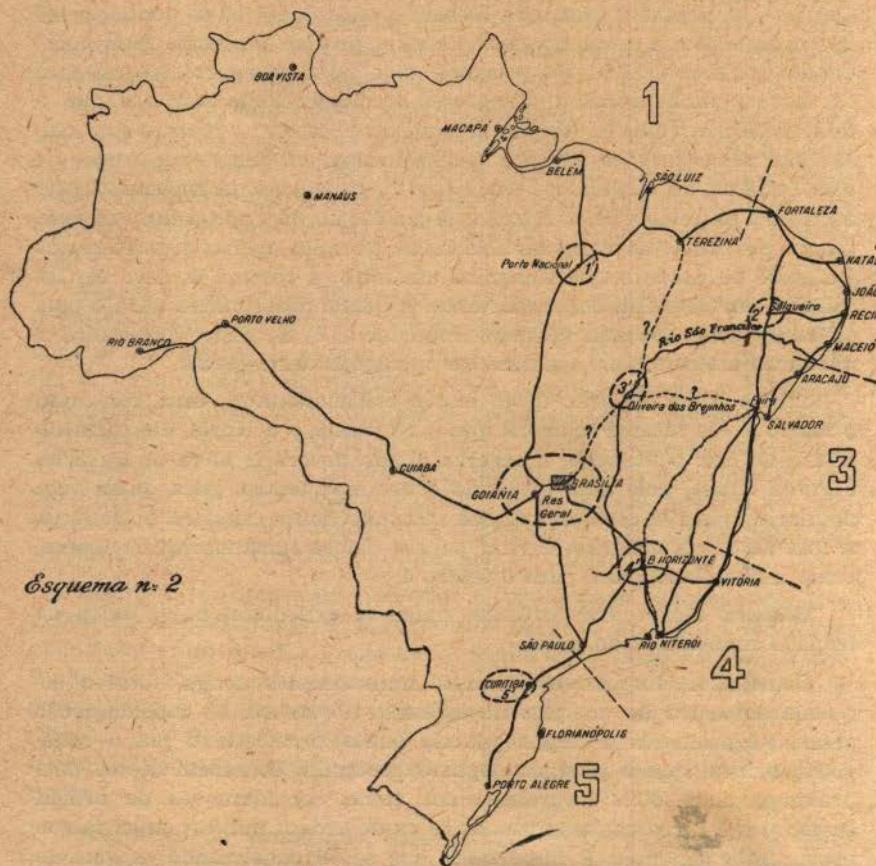
Teatro 5: A situação deste teatro é insustentável, uma vez caído o teatro 4. Da mesma maneira que o Nordeste e o Norte, ele cairá de podre, ao cair o teatro 4. A reserva 5' não deverá ir além de Curitiba e Ponta Grossa, pois uma investida sobre este teatro, para quem vem do mar, colherá os melhores frutos atacando Santa Catarina ou Paraná. A ilha de Santa Catarina é vital para a defesa marítima deste teatro, como a Ilha Grande o é para o teatro 4.

Reserva Geral: Em Brasília, onde se articulam, hoje, todos os troncos rodoviários do país.

Conclusão: Impossível delinear, num simples artigo, todo o esquema defensivo de um país da extensão do Brasil. As considerações acima surgiram-nos à mente quando vimos publicado o plano rodoviário federal que o governo deposto pretendia construir nestes dois próximos anos. Nêle levaram-se em conta considerações de ordem econômica e turística, desprezando-se as de ordem militar, cujas falhas procuramos salientar. É importante que se vá construindo as vias de comunicações que respondam ao dispositivo de defesa do país, pois é na paz que ele se prepara para a Guerra. Salvador está-se transformando num ponto chave artificial da defesa do país, por isso que, por nossas próprias mãos, estamos fazendo dela o punho de um leque de estradas. Precisamos arejar o plano rodoviário nacional, interiorizando mais as longitudinais norte-sul e, principalmente, construindo mais

rocadas leste-oeste. O esquema de defesa que apresentamos, face a um inimigo de ultramar, é apenas um dos planos de defesa do país. Outros planos poderão contemplar a guerra continental. Mas, naquele, o dispositivo das fôrcas seria o seguinte:

- um Exército em Salvador
 - um Exército em Recife
 - um Exército em Belo Horizonte
 - um Exército em Curitiba
 - um Destacamento de Exército em Belém
 - Reserva Geral, a base de fôrças motomecanizadas, em Brasília.



Esquema n.º 2

Cada teatro deve ser equipado, em fôrças de mar, terra e ar, com os efetivos necessários para sua defesa. Construir, desde logo, as rodovias e ferrovias indispensáveis. As bases navais de Belém, Recife, Salvador, Rio e Florianópolis devem ser elevadas ao seu máximo de eficiência. Uma aviação tática, à disposição de cada teatro e uma aviação estratégica, à disposição do alto comando, devem responder ao dispo-

sitivo militar propriamente. Não podemos encerrar êstes rabiscos sem fazer menção à necessidade de uma grande esquadra moderna para o Brasil. Ressalta das considerações acima feitas a imperiosidade da liberdade no mar, a fim de impedir que o inimigo escolha o ponto inicial do ataque. Dada a grande extensão do nosso litoral, só uma forte esquadra, complementada por aviação própria, ou com base em terra, conseguirá atingir esse desiderato.

II

JUSTIÇA SOCIAL

Agora que saímos do túnel escuro, agora que se aclararam os horizontes da Pátria, é interessante que façamos, de cabeça fria, um exame de consciência sobre certos assuntos da atualidade. Entre êstes sobrava em importância, senão pela fidelidade com que é lembrado, ao menos pela freqüência com que é focalizado, o conceito de a justiça social. Nunca se deturpou tanto o sentido dêste conceito como em nosso país, nestes últimos tempos. Poderíamos dizer, parodiando Madame Roland, a propósito da liberdade: Oh ! Justiça Social ! Quantos crimes se praticam em teu nome em nosso Brasil ! Como se usou e abusou da ingenuidade das massas explorando-lhes os sentimentos em nome da justiça social ! Pode dizer-se que não havia discurso de político ou plataforma de candidato a cargos eletivos que não levantasse alto a bandeira das reivindicações sociais. Promessas e mais promessas eram feitas em nome de supostos anseios das massas populares, fôssem êles legítimos ou espúrios, e sem nunca atender para a sua viabilidade financeira, ou melhor, para as disponibilidades do tesouro público ou para a solvabilidade das empresas privadas. Desde que, com o advento da legislação social Getúlio Vargas, inventou-se, entre nós, o Estado patriarcal, a justiça social ganhou foros de cidade. Justiça social ! Sem dúvida, os mais comezinhos princípios de humanidade exigem que se dê ao homem um mínimo de bem-estar compatível com a dignidade da pessoa humana. Principalmente que se cerque o trabalho do homem de condições e garantias que façam dêle não uma vítima da sociedade, mas um elemento propulsor dela. Tais aspirações se acham codificadas nas encíclicas papais como um evangelho de convivência social. Mas nem na "Rerum Novarum", nem na "Mater et Magistra" e nem na "Pacem in terris" encontramos nada que abrogue deveres ou supersature o trabalhador de direitos. Ao contrário, se elas exigem da sociedade aquêle "minimum" de bem-estar, por outro lado exortam o trabalhador a cumprir a sua tarefa com honestidade. O verdadeiro sentido das encíclicas papais é a procura dêsse equilíbrio — a razão de ser, por assim dizer, das lutas sociais — entre os interesses patronais e os das classes trabalhadoras. Entre nós, porém, a demagogia eleitoral lesfigurou de tal forma o sentido da justiça social que ela se transformou, de fim que é, em meio escuso de obter vantagens ou posições

políticas. A legislação social que ai está reflete o espírito da justiça social, como a entendemos entre nós. É um acervo de concessões à custa do erário obtidas por caçadores de votos. É a mais adiantada do mundo, mas, como também é a mais demagógica, só existe "de jure", mas não de fato. Daí esse melancólico espetáculo de filas de candidatos frustrados aos serviços assistenciais dos institutos. Daí o ambiente sórdido em que, em multidão de oficinas, em todo o território nacional e até no próprio Estado da Guanabara, trabalham milhares de operários. E isso sem citar o ambiente de miséria e abandono em que vive o nosso rurícola, para o qual só agora, e para fins interesseiros, começaram a voltar-se as vistas dos nossos licurgos, através de reforma agrária de cunho nitidamente demagógico e comunizante, em boa hora derrogada pela revolução triunfante. Daí, ainda, as condições sub-humanas em que trabalham os mineiros de carvão de Santa Catarina, a ponto tal que técnicos americanos contratados para estudarem o melhor processo de mecanização das minas, declararam, em relatório final, que antes mesmo de indicarem qualquer processo, o aumento da produtividade, e por conseguinte, da produção, poderia ser conseguido com a simples providência de se melhorarem as condições de iluminação e aeração de todas as minas catarinenses. Aos pobres mineiros faltam-lhes luz e ar! E no entanto, lá há fiscais do Ministério do Trabalho e toda uma luxuosa Delegacia do IAPI. Sim, porque a máquina da exploração da justiça social está exuberantemente montada. Sobram os polpudos empregos! Só num dos Institutos há 100, procuradores com ordenados nababescos. Em determinado hospital dêles há 12 tesoureiros. E aqui chegamos ao ponto em que os interesses do indivíduo colidem com os da Nação, em sua ânsia de progredir. Isso porque, para pagar todo esse "trem da alegria social", há que onerar os custos da produção, o que arreda o Brasil da competição do comércio internacional, baseada essencialmente na lei da oferta e da procura. Saibam os leitores que nos honram com a sua atenção que os encargos sociais, na construção civil, para citar um exemplo, já sobem à fantástica porcentagem de 52,8%!!! Somos um país que se suicida, que comete haraquiris diários em detrimento de seu futuro. Somos um país que confunde justiça social com desenvolvimento econômico (melhor seria dito com interesses eleitorais), e por isso, estamos marcando passo. Somos país novo que deve trabalhar, e contudo amolecemos o trabalhador com concessões de toda a espécie. Somos um país que coloca o carro da justiça social à frente dos bois e por isso não progride. Os bois, no caso, são o trabalho árduo e produtivo em ambiente de livre iniciativa. A Justiça Social, para o Estado, é, antes de tudo, a humanização do ambiente de trabalho. Sanear pântanos é fazer melhor justiça social que erguer hospitais. Atacar causas e não efeitos. Abrir escolas, onde se ensine, a par do a, b, c, noções de higiene, é abrir os olhos da alma e do corpo do homem para os perigos das doenças. Erguer escolas rurais técnico-profissionais é mais produtivo do que sindicalizar as massas camponesas. Diminuir impostos,

fixar preços mínimos justos para a produção agropecuária, abrir estradas, dar assistência creditícia e técnica ao lavrador, combater doenças infectocontagiosas por meio de vacinação em massa das populações, baixar, enfim, o índice de mortalidade, principalmente da mortalidade infantil, tudo isso dá mais bem-estar ao homem do que tôda uma biblioteca de leis sociais. Porque então haverá aquelas condições básicas que desperta no homem livre o desejo de progredir. E o seu progresso acarreta o da Nação. A legislação social dos Estados Unidos da América é inferior à do Brasil. E, contudo, êles estão à frente de nós. Lá o cidadão, baseado num sistema de livre iniciativa e oportunidade para todos, constrói o seu futuro pelas suas próprias mãos. Lá élê recorre, não a órgãos estatais, mas a companhias de seguro particulares (emparelham-se com as maiores indústrias do país) para cercar sua vida e a da família de tôdas as garantias contra morte súbita, doença ou acidente. Lá não há farmácias, como as entendemos entre nós, regurgitando de fregueses. Lá todos são sadios porque as condições de salubridade do país são ótimas, porque os alimentos são baratos e abundantes, porque há trabalho bem remunerado para todos. Lá não há SAMDUS, expressão máxima do Estado-mãe brasileiro, em que o Estado socorre o indivíduo a domicílio. O papel do Estado é criar condições. Postas estas, o indivíduo se desenvolve por si. O trabalho do indivíduo gera o progresso econômico e, com êste, e como subproduto dêle, o progresso social, ou melhor, a decantada justiça social. Esta frase faz-nos reportar às admiráveis conferências proferidas no Brasil, ao tempo do ditador Vargas, pelo famoso economista, professor Arthur E. Burns, a convite do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Tais conferências foram sepultadas no esquecimento, como o foi o relatório Klein e Sacks, e tôda a valiosa coleção de estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Porque êsses relatórios diziam verdades duras que, por motivos políticos, não convinha ao ditador divulgar. E, contudo, as conferências do Prof. Burns são uma Bíblia que deveria figurar à cabeceira de cada brasileiro, principalmente dos que têm a seu cargo a mínima parcela de responsabilidade pública. Para élê, não é possível progredir econômicamente e, ao mesmo tempo, elevar o padrão de vida do povo por meio da redistribuição, no terreno social, dos resultados do progresso. São objetivos incompatíveis. Progresso exige reinversões e estas só se conseguem com a poupança. É a razão pela qual nós marcamos passo. Benefícios sociais são coisas decorrentes e não antecedentes do crescimento econômico. "É essencial — dizia élê — a adoção de um sistema de valores que atribua grande importância à parcimônia, ao trabalho difícil e às suas recompensas materiais". Em outras palavras, quando se está num estágio de desenvolvimento como o nosso, é preciso viver sóbriamente, renunciar à suntuosidade, à ostentação, aos gastos pernudários. É preciso trabalhar honestamente durante 8 ou mais horas e não esperar recompensas materiais senão em futuro distante, quando elas virão naturalmente, como coroamento ou prêmio à promoção do

país a um estágio superior de desenvolvimento. Ainda recentemente e já vitoriosa a revolução, disse o grande jornalista João Calmon: "deveremos perder o amor às regalias, aos monopólios, ao luxo excessivo, à "dolce vita". Burns cita o caso do Japão como modelo de país pobre que aspira ao desenvolvimento econômico. Sem carvão e ferro e habitando minúsculo território, o povo japonês alçou-se, contudo, às culminâncias do poder. A sua expansão foi financiada, antes de tudo, pela poupança nacional, e pela sobriedade do povo. A poupança permitiu reunir capitais que foram bem investidos em empreendimentos de base. Trabalho árduo, sobriedade, talento organizador, espírito empreendedor e política de estímulo a longo prazo por parte do governo foram os ingredientes responsáveis pelo sucesso do desenvolvimento japonês. Os produtos nipônicos, pelo seu baixo preço, conquistaram o mundo. Já quanto a nós, brasileiros, quase todos os nossos produtos são gravosos. Produto gravoso significa produto invendável. E invendável principalmente porque, entre as parcelas de seu custo figura, com valor ponderável, os benefícios sociais. O Brasil paga, com o congelamento de todos os seus produtos, o luxo de possuir a legislação social mais avançada do mundo. O quadro da economia brasileira que se desenhava até há pouco é representado como se segue:

- produção diminuta e cara por força de legislação fiscal escorchanter e social demagógica, entravada também pela intervenção estatal;
- consumo estimulado por constante alta de salários e por uma elevação artificial do "standard" de vida.

Resultados:

- balanço de pagamento deficitário;
- alijamento do comércio internacional;
- gravosos;
- inflação;
- afugentamento de capitais alienígenas;
- política de chapéu na mão (emprestimos).

É o que se pode delinear como uma política suicida.

Em conclusão, não somos advogados da extinção dos Institutos de Previdência Social e nem da derrogação da legislação social em vigor. O que fazemos é apenas chamar a atenção para os excessos que se praticam. Moralizar e não esbanjar. Mudar a mentalidade, arrancar a máscara dos tartufos exploradores das aspirações do povo. Retificar conceitos, encarando os problemas econômicos com realismo. Principalmente ater-se às consequências de concessões impensadas sobre os custos da produção, onde está o segredo do êxito. Não tomar a nuvem por Juno, colocando benefícios sociais antes de resultados econômicos,

o que é o mesmo que cortejar efeitos e desprezar causas. Um governo honesto que crie condições, papel precípuo do Estado, faz mais pela justiça social que outro que se desmande em favoritismos inconsequentes, em detrimento dos superiores interesses da Pátria. Cremos que o atual governo, formado por técnicos de alto gabarito e chefiado por um homem honrado e de larga visão há-de conduzir o povo brasileiro pelo bom caminho que leva à concretização dos ideais de paz e propriedade. Já o antevemos quando o Exmo. Sr. Marechal Castello Branco disse, em seu discurso de posse: "Não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária".

III

DIVERSOS

Respinguemos, agora, diversos assuntos. Voltemos ao tema da interiorização das Capitais estaduais, ferido no nosso trabalho "Reflexões sobre a mudança da Capital", publicado no número correspondente ao 2º semestre de 1960, da "Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil". Ali dizíamos que as razões que levaram o país a transferir a sua Capital para o planalto central são as mesmas que militam em favor da interiorização de muitas das Capitais dos Estados marítimos, a saber, excentricidade, insegurança, alheamento dos problemas do interior, etc. Citávamos o exemplo de Florianópolis que, apesar de situada em ilha, e ligada ao continente por monumental ponte pênsil, não possui comunicações com o interior senão por estradas secundárias. Afirmávamos que a localização das Capitais estaduais na costa provoca uma distorção no sistema de rodovias destinado a pôr a Capital em comunicação com os mais longínquos pontos do Estado. Concluímos chamando a atenção para as dificuldades que teria de vencer quem, por exemplo, residindo em Itapiranga, ou Dionísio Cerqueira, no extremo oeste catarinense, precisasse ir a Florianópolis. Pois bem. Em fins de 1963, o Sr. Celso Ramos, governador de Santa Catarina, tendo em vista atender às necessidades do Oeste catarinense, situado a grande distância de Florianópolis, criou, com sede no Município de Chapecó, a "Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste". A notícia a respeito declarava que o caso era inédito no país. Inédito e só vem confirmar a nossa tese sobre a necessidade da interiorização das Capitais estaduais. A solução é mudar a Capital para ponto geográficamente central e não criar uma Secretaria em local que, se facilita as comunicações para os contribuintes, dificulta-as para o governo do Estado. Basta deitar um olhar para o mapa e verificar que Chapecó situa-se em pleno sertão oeste catarinense, com precárias ligações com Florianópolis.

Assim que a Capital do país foi mudada para Brasília, escrevemos sobre a necessidade da fusão do antigo Distrito Federal com o Estado do Rio. Tal fusão não se verificou. Estamos agora assistindo, quase que diariamente, ao pronunciamento de abalizadas autoridades sobre a conveniência dessa fusão, que é um imperativo não da política, mas da economia dos dois Estados interessados. Essa união dar-se-á, mais cedo ou mais tarde, porque os interesses da indústria, da agropecuária e do comércio falam mais alto que simples interesses eleitorais egoístas. Basta citar que o Rio é o grande consumidor do Estado do Rio, além de ser o pôrto de grande parte do seu território. Em troca, o Rio abastece o seu vizinho de produtos industriais. Questões de toda ordem, tais como **transportes** para a ligação entre o Rio e as cidades-dormitórios, ou sejam, as situadas nos Municípios da Baixada Fluminense, água tanto para o Rio como para os municípios fluminenses vizinhos, **policia**, tendo em vista ação conjunta contra criminosos que agem nos dois Estados, **abastecimento** para o Rio, principalmente de produtos hortigranjeiros, quase todos provenientes do Estado do Rio, **barreiras**, tendo em vista elijminar empecilhos ao livre trânsito entre os dois Estados, **rodovias**, tendo por escopo harmonizar traçados comuns, etc., vêm sendo discutidas em comum, ultimamente, pelos próprios governadores dos dois Estados, e de tal sorte, que vêm surpreendendo os observadores políticos tanto da antiga Capital como da província fluminense. Diversos convênios têm sido firmados pelos dois governos, de caráter administrativo, e que nada mais são do que antecipação da fusão política. Ainda recentemente o brilhante jornalista Theóphilo de Andrade escreveu que, por ocasião da mudança da Capital, preconizou a união da Guanabara com o Estado do Rio, a fim de formarem uma grande unidade econômica e política que tivesse, na Federação, influência comparável à de São Paulo, Minas ou Rio Grande do Sul. O caminho para a concretização da fusão é o plebiscito, isto é, a consulta às populações e, quanto a isso, já há até uma iniciativa do Deputado estadual guanabarino Paulo Duque. Tendo em vista que a união é permitida pela Constituição Federal, através do seu art. 2º, solicitou êle ao IBGE um estudo de "natureza geográfica, econômica, financeira e cartográfica" sobre a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara. De posse dêsse trabalho, e depois de receber o estudo da matéria sob o ângulo jurídico, solicitado do Sr. Prado Kelly, vai o Deputado Paulo Duque entrar em entendimento com líderes partidários nas Assembléias Legislativas dos dois Estados no sentido de promover o plebiscito.

Como vemos, a questão ganha impulso e há de consultar os interesses comuns da população de importante região do país, indiscutivelmente caracterizada como unidade geográfica e econômica e, como tal, indivisível.

x x x

Em nosso trabalho "Reflexões sobre a mudança da Capital", declaramos que o Estado de Minas Gerais está destinado a subrepújar São Paulo e que suas montanhas de ferro garantem-lhe grandioso futuro siderúrgico. Depois disso, inaugurou-se a Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, e agora, a estrada BR-49, constante do Plano Rodoviário Nacional, encurtando de 100 quilômetros a distância entre o Nordeste e São Paulo, está concorrendo para levar Ipatinga e a região do vale do rio Doce a ocuparem a posição de maior núcleo siderúrgico da América Latina, já que os transforma em centro de convergência dos mais importantes troncos rodoviários do país. Trata-se da estrada que ligará Governador Valadares a Belo Horizonte, para cuja pavimentação foi requerido um destaque de 5 bilhões de cruzeiros pela Câmara dos Deputados. Em Governador Valadares, a BR-4 (Rio—Bahia) cruza com a BR-55 e por essa cidade passa também a E. F. do Vale do Rio Doce. O Vale do Rio Doce vai, assim, transformando-se no centro nevrálgico da siderurgia brasileira e a Usina Intendente Câmara vai cada vez mais preenchendo o seu grandioso papel. Ela já está abastecendo de chapas grossas os centros consumidores de seis Estados (São Paulo, Guanabara, Minas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná), tendo sido, por isso, suspensa a importação de chapas para a indústria de construção naval e para a Petrobrás. Só a suspensão das importações para a Petrobrás resultaram numa economia de 3 milhões de dólares e a proveniente do fornecimento dos subprodutos do carvão em 2 milhões.

x x x

Longe de nós a idéia de sermos contra a SUDENE, porque ser contra ela é ser contra os interesses de nossos irmãos nordestinos. Somos, porém, isso sim, contra a forma pela qual se está procurando resolver os problemas daquela região setentrional do país. Vemos na SUDENE um perigo para a Federação. Em artigo para o "O Jornal", quando da instalação daquele órgão, escrevemos que a SUDENE é a expressão máxima da autonomia funcional, entre nós, pois é um organismo macrocéfalo que, pelo seu orçamento quinquenal de quase 100

bilhões, pelas suas autônomas e variadas atribuições e pela soma de poderes que confere ao seu Diretor, assistido por numeroso corpo de assessores e funcionários, correspondem a um Estado dentro do Estado. É um verdadeiro governo federal descentralizado para o Nordeste, o que representa um perigo para a unidade nacional. Não sabemos se pela audácia do tema ou por motivos políticos de fôro íntimo do jornal, o fato é que o artigo não foi publicado. Muito bem. Lemos recentemente na imprensa que o Conselheiro Humberto Bastos levantou no Conselho Nacional de Economia o problema da "desagregação" nacional através de fôrças regionais não enquadradas em plano nacional de conjunto. Nesse estudo, o Sr. Humberto Bastos dá a SUDENE como um superministério com capacidade para traçar linhas políticas próprias e com possibilidades até de contrariar Brasília. Bate-se pela unidade nacional, julgando que esta fôrça (a SUDENE) pode contribuir para desmembrar a unidade de comando no Brasil. Vemos, portanto, ainda que tardivamente, que outros também divisaram os perigos decorrentes da autonomia da SUDENE. O perigo maior reside no precedente. Outras repúblicas autárquicas poderão surgir no Sul e no Oeste, só recebendo de Brasília o dinheiro para funcionar. É preciso atentar para o fato de que a febre de desenvolvimento cria, em vários Estados, novas fôrças que poderão suscitar o perigo do desmembramento econômico do país e finalmente a sua própria secessão.

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista
de estudos e debates profissionais. **É a sua**
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

VAMOS DINAMIZAR O SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO?

Ten-Cel TOGO LOBATO
OF. DE E. M.

1. INTRODUÇÃO

O confronto, da eficiência atual das atividades de Material Bélico do nosso Exército com a sua capital importância para as operações militares, está a sugerir um reexame profundo do problema — Material Bélico — a fim de estruturá-lo em bases sólidas, dinâmicas e eficientes, objetivando arrancá-lo da situação rotineira e ambígua em que se encontra presentemente.

Não há dúvida que, entre os aspectos do pessoal, organização e material do problema Material Bélico, o primeiro requer prioridade, visto ser o que apresenta a solução mais simples, fácil e econômica e, ainda mais, porque irá contribuir decisivamente para a solução dos demais.

2. O QUADRO DE MATERIAL BÉLICO

A. A Criação

- (1) Anteriormente à criação do Quadro de Material Bélico (QMB), Lei n. 3.645/59, os oficiais classificados em atividades do Serviço de Material Bélico (Sv MB) não as exerciam permanentemente; recrutados nos Quadros das Armas, de preferência entre os possuidores dos Cursos de Motomecanização e Básico de Material Bélico, respectivamente, da antiga Escola de Motomecanização e da Escola de Instrução Especializada, após servirem um, dois ou vários anos no Sv MB, via de regra retornavam aos seus quadros de origem. O inconveniente de tal processo é evidente. Não havia, em inúmeros casos, previamente, o preparo para o exercício das funções e, posteriormente, a capitalização e a transmissão da experiência e, o que é fundamental, não formou, como ainda hoje se verifica, uma mentalidade de Material Bélico.

- (2) A Lei n. 3.654/59, que criou o QMB, à primeira vista, parecia que resolveria um problema fundamental para o nosso Exército. Veio, na realidade, retardar e tumultuar o problema de pessoal do Sv MB.

Estudando-se a legislação anterior à promulgação da Lei n. 3.654/59, verifica-se que essa Lei constituiu uma evolução das Port. n. 380/58 e n. 407/59, instituidoras dos Cursos na AMAN, respectivamente de Técnica Industrial e Material Bélico. Esses Cursos nada mais eram que cursos básicos para a antiga Escola Técnica do Exército, atual IME. Inspirando-se em tais idéias e visando organizar o QMB, não pôde a Lei n. 3.654/59 atingir o seu objetivo capital, que seria a estruturação do Quadro Sv MB, em bases sólidas. Ao examiná-la, a conclusão desconcertante a que se chega é que seu objetivo fundamental foi dar nova orientação ao problema do Técnico Militar.

b. A formação de Oficiais

Presentemente temos de fato duas fontes de formação de Oficiais de Material Bélico (Of MB):

- (1) A primeira dentro da Lei n. 3.654/59, cujos traços característicos são os seguintes :
- dois anos básicos na AMAN, onde são ministrados conhecimentos profissionais e teóricos;
 - segue-se um estágio de dois anos em Corpo de Tropa;
 - posteriormente três anos no IME, onde ao término do Curso os oficiais são formados em engenharia e especializados em química, mecânica de armamento, eletricista, metalurgia, etc.
 - após a conclusão do Curso no IME, o oficial é obrigado a cursar a Es AO; está portanto capacitado a exercer tanto as atividades de técnico como as de Of MB propriamente ditas.
- (2) A segunda modalidade de formação de Of MB é a proporcionada pelos cursos de Especialização de Manutenção de Armamento e Automóvel da Es MB com a duração de 36 semanas cada Curso. O recrutamento para êsses Cursos é realizado nos Quadros de todas as Armas e no do Serviço de Intendência.

c. Classificação dos Of MB

Dentro da doutrina atual, os oficiais pertencentes ao QMB, isto é, formados na AMAN-IME, são classificados, sómente, em organizações do Sv MB, enquanto os oficiais das Armas e do Sv de Intendência especializados em MB são classificados nas funções especializadas de suas respectivas Armas e Serviço.

d. Inconvenientes do processo atual

(1) Da formação

(a) Pela Lei n. 3.654/59

Em que pesem as louváveis idéias contidas na Lei n. 3.654/59, tais como :

- criação do Quadro de Material Bélico
- e a manutenção do recrutamento dos oficiais do IME diretamente na AMAN;

apresenta, por outro lado, inconvenientes tão grandes que a torna inadequada à formação de um QMB dinâmico e eficiente. Como inconvenientes fundamentais destacamos os seguintes :

- Estabeleceu para o Of MB uma formação onerosa e complexa, desvirtuada de suas reais finalidades. O Of MB é um especialista em manutenção e não um projetista de equipamento. O emprêgo dos Of MB, assim formados, em atividades correntes de manutenção antieconómica.
- Não previu o aproveitamento dos Oficiais combatentes, especializados em MB com larga experiência e dedicação às atividades do Serviço. Não deu, portanto, ao QMB, de início, um esqueleteamento. Este permaneceu acéfalo, amorfo, sem vida.
- Propiciou, esta é a realidade, a permanência da duplidade de formação de Of MB, na AMAN-IME e na Es MB.
- Dificultou sobremodo, senão impediu a formação de subalternos experientes, seguros, "troupiers", pois, após dois anos de permanência na tropa, são matrículados no IME.

— Impediu a especialização dos Of MB em outras atividades necessárias a todos os corpos de tropa, como Guerra Química, Educação Física, etc.

(2) Pela Es MB

Com a estrutura atual de funcionamento do Sv MB, a Es MB, tem, ainda, um papel definido na Especialização de Oficiais das Armas e do Sv de Intendência. Não vejo, entretanto, uma razão determinante para o desdobramento da Especialização em dois Cursos distintos, Manutenção de Armamento e Manutenção de Automóvel. A nossa doutrina logística, as peculiaridades do funcionamento de nossa organização e as características do oficial brasileiro sugerem a fusão desses Cursos num único, que seria naturalmente batizado como Curso de Manutenção de Material Bélico.

Os nossos QO não prevêem a função de Oficial de Manutenção de Armamento e, ademais, um exame criterioso dos Currículos dos Cursos de Manutenção de Armamento e Automóvel, indicam ser perfeitamente viável a fusão. A adoção dessa idéia acarretaria a economia de meios, tempo, pessoal e poderia talvez, duplicar as possibilidades da Es MB.

(3) Da classificação dos Of MB

Julgo que o atual sistema de classificação de Of MB não é o mais indicado para o estabelecimento da unidade de doutrina e a eficiência do Sv MB. Porque não adotar, com os Of Sv MB, o mesmo critério adotado para os Of Sv Saúde e de Intendência? Não seria o caso de se transformar a atual função de Oficial de Motores dos Corpos de Tropa em Oficial de Manutenção de Material Bélico?

Bem, mas êste assunto, fica para o próximo artigo quando abordarmos os problemas de organização e material.

3. O QUE É O OFICIAL DE MATERIAL BÉLICO

O verdadeiro Of MB, longe de ser um engenheiro que requer sete anos de formação, é um oficial como qualquer outro oficial combatente, porém com uma formação adequada às suas finalidades. É um misto de oficial de serviço, técnico e combatente. Oficial de Serviço, quando empenhado nas tarefas de suprimentos a fim de fazê-lo chegar a tempo nos locais onde se fizer necessário. Técnico, quando dedicado aos problemas técnicos de manutenção e reparação de equi-

pamentos. Combatente, quando debaixo do fogo inimigo levar o seu apoio aos escalões mais avançados, ou quando, nos planejamentos de operações, tiver que inteirar-se a fundo da idéia de manobra, para emitir sua opinião, muitas vezes fundamental para uma decisão.

4. COMO DINAMIZAR O Sv •MB

- a. Para dinamizar o Sv MB, como qualquer outra organização, antes de mais nada é preciso organizar seu pessoal. É preciso dar-lhe uma estrutura.

As organizações, à semelhança do corpo humano, necessitam da cabeça, do tronco, dos membros e sobretudo de um espírito. O Sv MB como está não pode funcionar, não tem estrutura organizada, não tem um corpo, não tem mentalidade de serviço, não tem espírito. Não existe a capitalização nem a transmissão de experiência. Não progride, vive, apenas, rotineiramente.

- b. Dentro da conjuntura atual só há uma solução para sair dêsse marasmo: revogar a Lei n. 3.654/59 substituindo-a por uma outra cujo objetivo seja realmente a criação de um novo e dinâmico QMB perfeitamente ajustado às suas finalidades. Para consecução dêsse objetivo, julgo que as idéias abaixo seriam básicas.

(1) Criar o Corpo de Material Bélico.

O Corpo de Material Bélico englobaria todas as atividades e as organizações do Sv MB. Parece à primeira vista que seria, apenas, dar um nome novo a um Serviço tradicional, com a intenção, sómente, de inovar, mas não o é. Sabemos das reações que provocaram a adoção do nome de quadro, para o Sv MB. É um detalhe, mas tem importância. É o mesmo fator psicológico que levou ao Exército dos Estados Unidos a mudar o nome das Organizações de Recompleta-mento de Depósito para Btl, Cia, etc.

- (2) O Corpo de Material Bélico (CMB) seria estruturado em todos os postos hierárquicos, com oficiais possuidores de cursos ligados às atividades de MB, recrutados entre voluntários de todas as Armas. Continuariam a concorrer às promoções nos seus Quadros de origem, porém passariam a figurar no Almanaque do Exército dentro do CMB.

- (3) A AMAN, semelhantemente às demais Armas e ao Sv de Intendência, passaria a formar o Of de MB.
 - (4) Os Of MB realizariam o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, idêntico ao dos oficiais das Armas e concorreriam com êstes à promoção a general.
 - (5) O tratamento que fôsse dado ao Of MB implicaria em revisão da formação dos Of de Eng e Com. Julgo, entretanto, que os problemas são bastante semelhantes.
 - (6) A alteração preconizada para a formação do Of MB importaria, também na revisão da formação do Técnico Militar. Uma solução seria voltar ao processo antigo de concurso, aberto aos oficiais de todas as Armas.
-
-
-

Nunca devemos perder de vista o fato de que a arma não usa o homem — o homem é quem usa a arma. Assim, para cumprir a missão única do Exército, não guarneçemos a arma — armamos o homem.

Gen Bruce C. Clarke

— : —

A arte de comandar é a arte de fazer trabalhar útilmente seus subordinados.

Cmt René Andriot

— : —

O que se espera de um Chefe é feito de caráter, bravura, garbo, isto é, menos lições do que exemplos.

Cmt René Andriot

ESTUDO GEOGRÁFICO DA BACIA DO RIO DOCE

Ten-Cel Eng ASDRÚBAL ESTÉVES,
Oficial de Estado-Maior

1. FATORES FISIOGRÁFICOS

1.1 — Caracterização da área (Ver Mapa n. 23)

1.1.1 — Extensão

A bacia do DOCE, uma das bacias independentes que integram a bacia de LESTE, compreende a área irrigada pelo rio título e seus afluentes, avaliada em cerca de 87.000 km², toda em território brasileiro, e que corresponde a, apenas, pouco menos de 1% de nossa superfície total.

Estende-se pelos estados de MINAS GERAIS (73.500 km²) e ESPIRITO SANTO (13.500 km²).

1.1.2 — Forma

O curso do rio principal apresenta a forma de um L invertido, entretanto, a área da bacia não possui uma forma nítida. Apenas por aproximação, diremos que é triangular com um dos vértices na foz, outro nas nascentes do rio título e o terceiro, a NW da deflexão do L do rio principal, na região de CAPELINHA (MG).

1.1.3 — Posição e Limites

Ocupa parte do terço central do estado do ESPIRITO SANTO e a parte oriental do terço médio de MINAS GERAIS.

Limitam, a bacia, ao N, a serra NEGRA e os contrafortes S da serra dos AIMORÉS, que a separam das bacias independentes dos rios JEQUITINHONHA, MUCURI e SÃO MATEUS, integrantes da bacia de LESTE.

A este se apresenta o litoral atlântico.

Ao sul, limitam-na, de oeste para este, as serras da MANTIQUEIRA, do PAI INÁCIO da VARGEM, do CAPARAÓ e do CASTELO que servem de divisor com as bacias independentes dos rios PARAÍBA DO SUL, ITABAPOANA e ITAPEMIRIM, também integrantes da bacia de LESTE.

A oeste, de S para o N, a bacia é limitada pelas serras da MANIQUEIRA e do ESPINHAÇO que a separam das bacias do PARANÁ e do SÃO FRANCISCO. A primeira é aí representada pela bacia do rio das MORTES, afluentes do rio GRANDE, enquanto a bacia do SÃO FRANCISCO o é pelas bacias de seus afluentes PARAOPÉBA e das VELHAS.

1.2 — Geologia

A estrutura geológica da bacia é, predominantemente, precambriana, antiga portanto.

Nesses terrenos antigos domina amplamente o Arqueano. Entretanto, algumas ocorrências de Algonquiano, assinaladas na parte ocidental da bacia, revestem-se de elevado índice de importância pelas ótimas condições metalogenéticas apresentadas quando de sua formação. Pertencem à Série de Minas e integram o denominado "Quadrilátero Ferrífero". Serão analisadas com maiores detalhes quando do estudo da produção extrativa mineral.

Os terrenos modernos da bacia restringem-se à faixa litorânea que apresenta uma estreita ocorrência de Quaternário junto à costa e terrenos terciários no restante.

1.3 — Orografia (Ver Mapa n. 24)

O trecho superior da bacia se desenvolve no acidentado planalto mineiro. Ao transpor a fronteira entre os estados de MINAS e do ESPIRITO SANTO, nas proximidades da confluência do rio MANHUAÇU, do rio DOCE como que rasga a serra do MAR que aí corre paralelamente à costa, sendo que os trechos desta serra ao N e ao S do rio, recebem respectivamente os nomes de serra dos AIMORÉS e de serra da CHIBATA.

Após a caída da serra do MAR, a bacia se desenvolve sobre a planície litorânea, que aí se apresenta ondulada.

Os acidentes do relêvo que merecem destaque são os que se situam ao longo dos limites da bacia além de alguns contrafortes que por ela se adentram. São os seguintes:

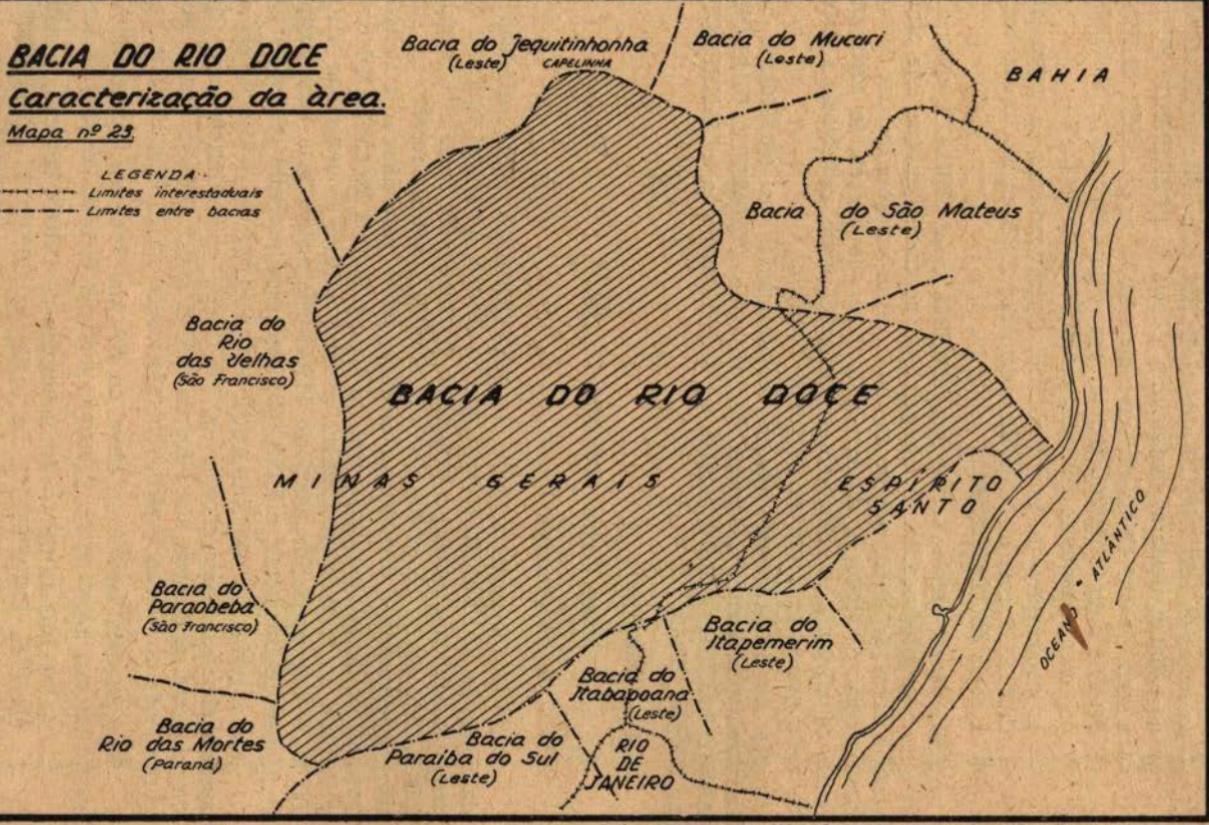
- a serra dos AIMORÉS — com altitudes da ordem dos 800 m no divisor com a bacia do S. MATEUS ;
- a serra NEGRA, com altitudes acima dos 1.000 m, no divisor com a bacia do JEQUITINHONHA ;
- a serra do ESPINHAÇO, com altitudes médias acima dos 1.000 m, com 1.304 m na região de MORRO DO PILAR e 2.107 m no pico do SOL, ambos no divisor com a bacia do rio DAS VELHAS ;

BACIA DO RIO DOCECaracterização da área.

Mapa nº 23

LEGENDA

- Limites interestaduais
- - - Limites entre bacias



Gentileza Ceará Rodrigues - 2º Spt. Desenhista. - MG - EME - 59 Setor - 08 - G/A. - 1962

- a serra da MANTIQUEIRA, com 1.200 m na região este de BARBACENA, no divisor com a bacia do rio das MORTES; e com 800 m no divisor com a bacia do PARAÍBA DO SUL;
- as serras do PAI INÁCIO e da VARGEM, com altitudes da ordem de 1.200 m, ainda no divisor com a bacia do PARAÍBA DO SUL;
- a serra do CAPARAÓ, divisor comum às bacias do DOCE, ITABAPOANA e do ITAPEMIRIM, que apresenta o Pico da BANDEIRA, ponto culminante do BRASIL, com 2.890 m;
- e, finalmente, já em território espírito-santense, a serra do CASTELO, com altitudes da ordem dos 1.200 m, no divisor com a bacia do ITAPEMIRIM.

Além das já citadas serras dos AIMORÉS e da CHIBATA, que são as que mais se aproximam do rio principal no trecho em que este atravessa a serra do MAR, são de se notar vários contrafortes das serras citadas como servindo de divisor da bacia e que por ela se adentram entre os afluentes e subafluentes, tornando muito acidentada a área da bacia que se desdobra em território mineiro.

São de destacar pela grande movimentação que apresentam, os terrenos pertencentes às bacias dos afluentes CORRENTE GRANDE, SANTO ANTÔNIO e PIRACICABA, na margem esquerda, e MANHUAÇU, na margem direita.

1.4 — Hidrografia

1.4.1 — Cursos d'água (Ver Mapa n. 24)

(a) — O rio principal

O rio DOCE nasce na serra da MANTIQUEIRA, nas proximidades da cidade de BARBACENA (MG), a uma altitude da ordem de 1.200 m, sendo inicialmente conhecido pelo nome de CHOPOTÓ. Passa a se chamar DOCE logo abaixo da cidade de PONTE NOVA, quando recebe, em sua margem esquerda, o CARMO. Antes disso, porém, cabe chamar a atenção para o fato de que, no trecho que vai da confluência do CHOPOTÓ com o PIRANGA até a foz do CARMO, embora devesse se denominar CHOPOTÓ, é mais conhecido como rio PIRANGA, motivo pelo qual alguns consignam, erradamente, o PIRANGA como sua nascente principal.

Até a região de GOVERNADOR VALADARES, o rio DOCE segue, aproximadamente, uma direção SO-NE. Nesse ponto inflete para SE, direção geral que segue até a foz do MANHUAÇU. Daí em diante, que corresponde ao trecho espírito-santense, segue na direção de este.

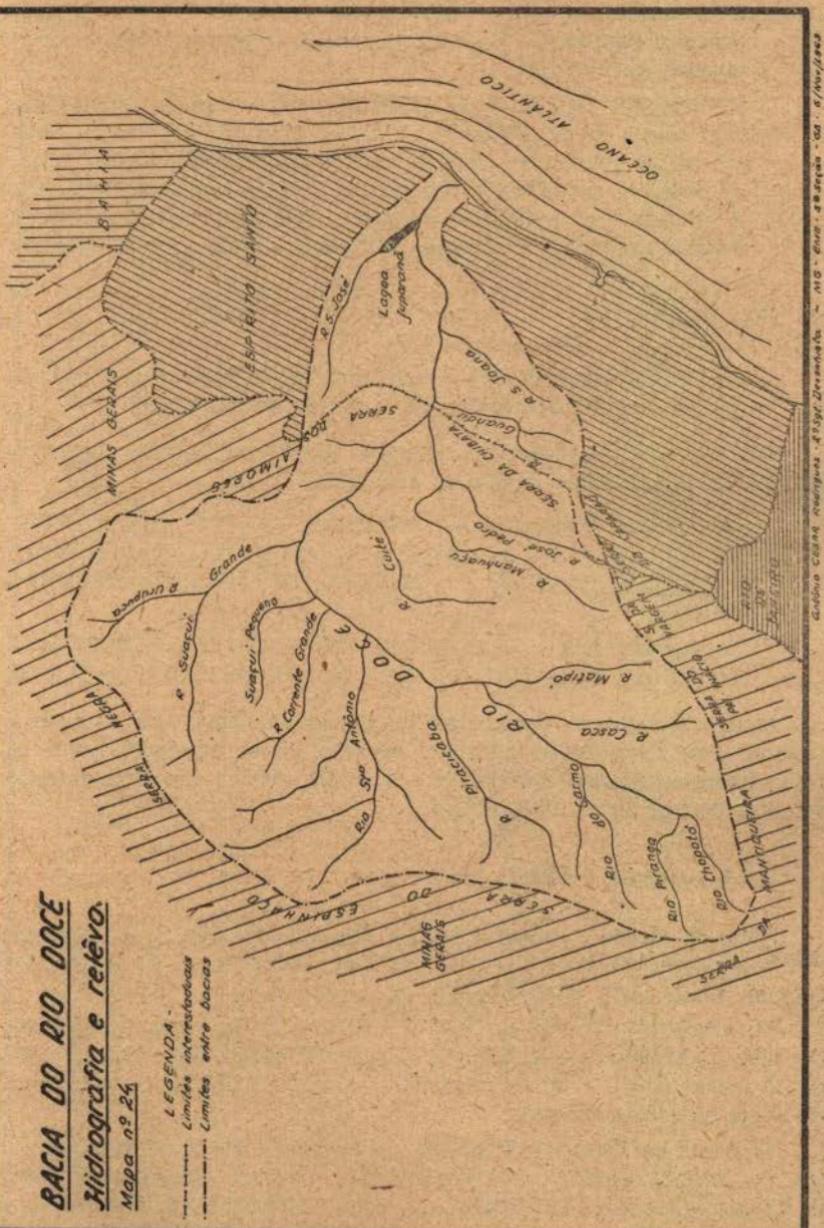
Sua extensão total é de cerca de 980 km. Por suas características particulares, o curso do rio principal pode ser dividido em três seções:

- ALTO RIO DOCE — das nascentes de CHOPOTÓ até a confluência do PIRACICABA, na região de CORONEL FABRICIANO
- este trecho se caracteriza pela grande movimentação do terreno e pelos afluentes encaixotados, caindo o rio principal, dos 1.200 m iniciais, até a uma altitude de 240 m no final do trecho;

BACIA DO RIO DOCE

Maoa n° 24

LEGENDA -
Limites interstaduais
Limites entre bacias



- MÉDIO RIO DOCE — de CORONEL FABRICIANO até a confluência do MANHUAÇU, próximo a AIMORÉS — aí o volume de água já se apresenta considerável, as margens se tornam mais baixas e espaiadas e o declive é menos acentuado, assinalando-se algumas corredeiras ;
- BAIXO RIO DOCE — de AIMORÉS até o mar — logo após a confluência do MANHUAÇU, o DOCE transpõe a serra do MAR em trecho correntoso onde se assinalam várias corredeiras, entre as quais se notabiliza a das ESCADINHAS, imediatamente após a entrada em território capixaba ; logo em seguida atinge a baixada passando a assumir características de rio de planície.

(b) Os afluentes

O rio DOCE apresenta um grande número de afluentes, a maioria dos quais, entretanto, desprovida de aspectos de importância.

Pela sua extensão e por um ou outro aspecto que surgirá no decorrer do estudo, merecem citação os seguintes :

- na margem esquerda — PIRANGA, CARMO, PIRACICABA, SANTO ANTÔNIO, CORRENTE GRANDE, SUAÇUÍ PEQUENO e SUAÇUÍ GRANDE, em MINAS, e S. JOSÉ, no ESPÍRITO SANTO ;
- na margem direita — CASCA, MATIPO, CUITÉ e MANHUAÇU, em MINAS, e GUANDU e SANTA JOANA, no ESPÍRITO SANTO.

Esses afluentes se apresentam predominantemente com características de rios de planalto, correndo os seus cursos apertados entre os contrafortes cristalinos. Excetua-se o S. JOSÉ, que no seu terço inferior forma a extensa lagoa JUPARANÁ.

1.4.2 — Lagos e Canais

Além de algumas pequenas lagoas disseminadas pela área da bacia, observa-se, em três regiões, como que uma concentração de lagoas, entretanto, quase todas desprovidas de maior interesse.

Na margem esquerda do ALTO RIO DOCE, em área pertencente aos municípios mineiros de MARLIÉRIA e DIONÍSIO, assinalam-se cerca de 15 lagoas, entre as quais, a maior é a de D. HELVÉCIO, com cerca de 3 km na maior extensão.

Na bacia do SUAÇUÍ GRANDE, no território dos municípios mineiros de MALACACHETA e ITAMBACURI, também encontramos cerca de 15 lagoas, sendo a DOURADA e a PELA MACACOS as maiores com cerca de 5 km na maior extensão.

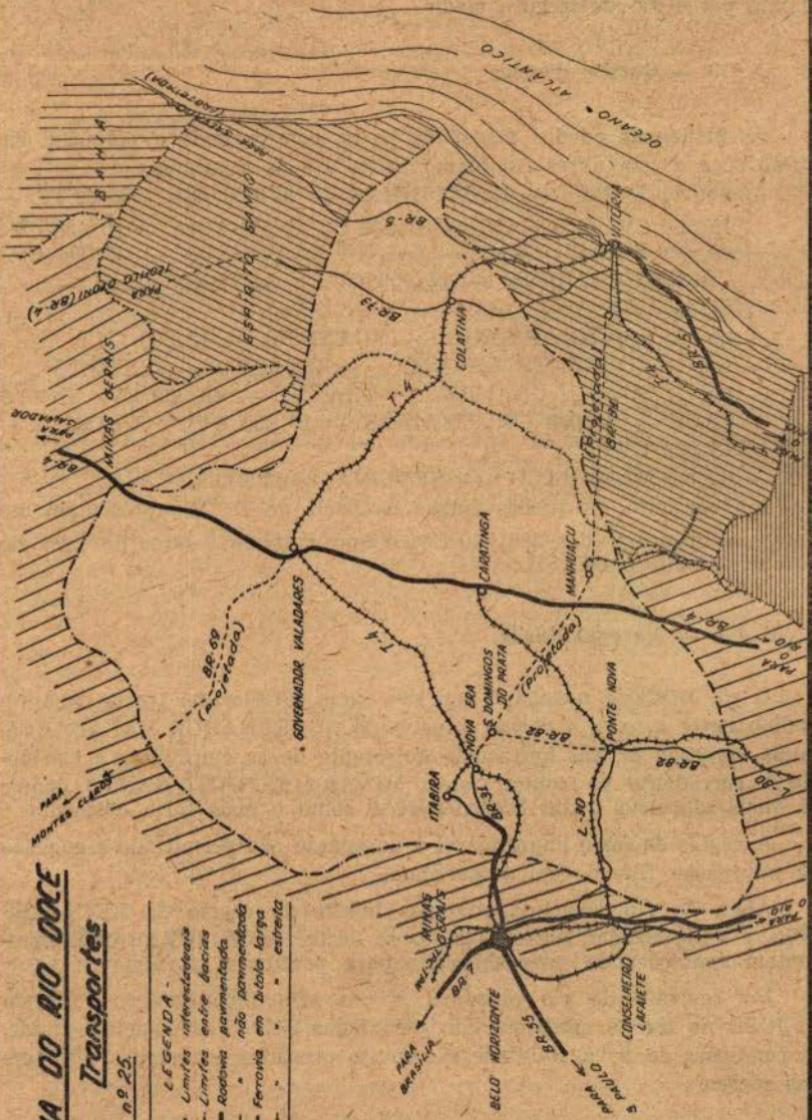
Nos terrenos baixos da faixa contígua à costa, no município capixaba de LINHARES, anotamos uma dezena de lagoas, das quais a maior

BACIA DO RIO DOCE

Transportes

Mapa n° 25.

LEGENDA	
—	Limite intermunicipal
—	Limite entre bacias
—	Rodovia pavimentada
—	Não recomendada
—	Ferrovia em linha larga
—	estreita



GRACIOSO CERNA, Redação do Mapa Geográfico da Bacia do Rio Doce - Mato Grosso - SP - Orgão da UFRGS

é a lagoa JUPARANÁ que corresponde a um grande alargamento do rio S. JOSÉ em seu trecho inferior. É profunda e piscosa e lhe atribuem aspectos turísticos significativos. Mede mais de 25 km de comprimento por 4 km de largura média.

1.4.3 — Quedas d'água

As principais quedas d'água da bacia, considerando o potencial em vazão seca e sem obras complementares, são as seguintes:

- no rio DOCE : — ESCADINHAS — 32.000 CV; ROQUETE — 15.500 CV; BAGUARI — 20.000 CV; e ESCURA — 10.000 CV;
- no rio PIRACICABA : — SALTO PIRACICABA — 28.000 CV; CÓRREGO AMORIM — 25.000 CV; e ANTÔNIO DIAS — 37.5000 CV;
- no rio SANTO ANTÔNIO : — JOANÉSIA — 15.000 CV;
- no rio CORRENTE GRANDE : — ESBARRO — 10.000 CV;
- no rio SUAÇUI GRANDE : — GRANDE — 40.000 CV; SANTA CRUZ — 20.000 CV; TRAIÍRAS — 10.000 CV; e URUCUM — 15.000 CV;
- no rio MANHUAÇU : — NEBLINA — 42.000 CV.

Em conjunto, as quedas d'água da bacia do DOCE apresentam um potencial da ordem dos 380.000 CV, o que equivale a cerca de 1,2% do potencial total do BRASIL.

1.4.4 — Navegabilidade

O rio DOCE é navegável em seu curso inferior no trecho compreendido entre a foz e a cidade mineira de GOVERNADOR VALADARES, numa extensão de 222 km, sendo entretanto de se considerar a existência de corredeiras na fronteira entre MINAS e ESPÍRITO SANTO, dentre as quais sobreleva a das ESCADINHAS como o mais sério obstáculo.

A região da foz é impraticável à navegação não permitindo a conexão da navegação fluvial com a marítima.

Além do rio principal, algumas lagoas da região de LINHARES (ES) e a élle ligadas, entre as quais se destaca a de JUPARANA, apresentam condições de navegabilidade para pequenos calados.

No restante do rio principal e nos afluentes, exceção feita ao S. JOSÉ no trecho compreendido pela lagoa JUPARANA acima citada, as condições de navegabilidade são muito precárias e restritas á pequenas seções.

1.4.5 — Regime das águas

O regime das águas coincide com o de chuvas, isto é, as cheias ocorrem no período das maiores precipitações que vai de outubro a março.

A conformação do terreno, mesmo na baixada, não propicia grandes enchentes.

Não há por outro lado, grandes vazantes, de vez que a bacia acusa um bom índice de pluviosidade, em particular nas cabeceiras.

1.5 — Climas

Predomina na área da bacia um clima Aw, quente e úmido com chuvas de verão.

Este clima Aw se constata na planície litorânea e se estende para o interior da bacia através do vale do rio principal até próximo à cidade de PONTE NOVA e através também os vales da maioria de seus afluentes.

Circunscrevendo este Aw, assinala-se um clima Cwa, mesotérmico com verões quentes e chuvas de verão.

Os níveis mais altos do ESPINHAÇO, do planalto da MANTIQUEIRA e da serra do MAR, registram um clima Cwb, também mesotérmico com chuvas de verão, porém com verões brandos propiciados pelas altitudes.

No alto do CAPARAÓ observamos um clima Cfb — mesotérmico com verões brandos e sem estação seca.

Chove bastante na área da bacia. Entre a foz e a região de GOVERNADOR VALADARES assinala-se uma precipitação anual entre 550 mm e 1.250 mm. No restante da área excede em 1.250 mm sendo que, no alto do ESPINHAÇO e no planalto da MANTIQUEIRA ultrapassa os 1.500 mm e no CAPARAÓ excede os 2.000 mm.

As temperaturas são amenas já que as médias das máximas predominantes situam-se entre os 26° 28° C e as das mínimas, entre 15° e 21° C. Apenas nas regiões mais altas, em particular no CAPARAÓ, as mínimas são rigorosas, descendo as médias abaixo de 12° C.

1.6 — Vegetação

Predomina de modo quase absoluto a floresta latifoliada tropical que, em território capixaba assume aspectos de floresta úmida de encosta.

Excetua-se apenas uma estreita faixa de vegetação litorânea junto à costa.

Cabe chamar a atenção para a devastação a que vêm sendo submetidas as matas da área sem um indispensável e racional reflorestamento. Nota-se contudo que, assim mesmo, a bacia ainda é razoavelmente dotada de reservas florestais.

Algumas empresas, em particular as usinas siderúrgicas baseadas no emprêgo de carvão vegetal, vêm mantendo grandes plantações de eucaliptos com vistas a atender às suas necessidades minorando, de certo modo, os efeitos da devastação.

1.7 — Apreciação

Os fatores fisiográficos, em conjunto, não se apresentam de forma a permitirem a atribuição de grande importância à área da bacia.

Poucos deles, entre os quais se destacam as ocorrências de Algonquiano nas cabeceiras da bacia, se mostram relevantes.

Grande parte se reveste de condições médias, como é o caso do clima, da vegetação e do potencial hidráulico das quedas d'água. A pequena extensão da área, a sua posição relativa, as ingratis condições de relevo e a precariedade dos rios como vias navegáveis são os principais fatores que se contrapõem à atribuição de um elevado índice de importância à área.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E DEMOGRÁFICOS

2.1 — Antecedentes históricos

Alguns obstáculos retardaram sobremaneira a colonização e o povoamento da área.

De início, as condições desfavoráveis do relevo, da densa cobertura vegetal e da navegabilidade do rio principal, aliadas à presença dos ferozes índios Aimorés, fizeram com que as diversas expedições e bandeiras se resumissem a ações de reconhecimento não chegando a estabelecer centros de colonização.

Entre essas expedições e bandeiras podemos citar as seguintes :

- a de Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, que, partindo de PÔRTO SEGURO, penetrou na bacia pelo afluente S. JOSÉ e lagoa JUPARANA, subiu o DOCE até a foz do SUAÇUÍ GRANDE e por este até o divisor do JEQUITINHONHA, pelo qual regressou até o mar ;
- a de Marcos Azeredo, em 1612, que, partindo de VITÓRIA, subiu o DOCE até a foz do SUAÇUÍ PEQUENO e daí subindo este último, passou para a bacia do JEQUITINHONHA : a Marcos de Azeredo foi atribuída a controvertida descoberta de esmeraldas que passou a constituir o principal foco de atração da região ;
- a dos irmãos Azeredo, filhos do citado Marcos, em 1644, cuja finalidade principal era a de assegurar os direitos sobre as descobertas do pai, mas que não logrou atingir os resultados desejados ;
- a de Fernão Dias, em 1672, que, proveniente de S. PAULO, passou pelas cabeceiras de alguns afluentes do DOCE já perlustradas por Tourinho e Azeredo, também à cata das supostas esmeraldas ;
- a de Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, também oriunda de S. PAULO, assinalou a existência de ouro no rio CASCA ; Arzão

fechou praticamente o ciclo das bandeiras e seu regresso, em virtude das febres que vinham dizimando a expedição, se fêz descendo o vale do DOCE, rumo a VITÓRIA, por ser o caminho mais curto.

A descoberta de Arzão seguiram-se outras revelando-se vários tributários do DOCE como rios auríferos, desenvolvendo-se, em consequência uma atividade mineira promissora e dando início, ao final do século XVIII, ao povoamento daquela área. Constituindo o vale do DOCE a mais curta via de acesso do mar à região de mineração seria de se esperar que a colonização se concretizasse em toda a área da bacia. Contudo, a metrópole portuguêsa, tendo em vista evitar o contrabando do ouro, incluiu o rio DOCE nas chamadas "áreas proibidas".

No comêço do século XVIII, já floresciam alguns núcleos nas cabeceiras da bacia entre os quais os que deram origem às atuais cidades de OURO PRÉTO, MARIANA, ITABIRA, NOVA ERA, SERRO e ANTÔNIO DIAS, indicando a fixação de elemento civilizado na área. Enquanto isso, rio abaixo, partindo de ANTÔNIO DIAS existiam 500 km sem núcleo algum de povoação a não ser nos chamados "quartéis", criados para assegurar o cumprimento às prescrições relativas às "áreas proibidas" e para evitar os ataques dos índios. A cidade de LINHARES, no ESPÍRITO SANTO, constitui um dos poucos exemplos da ampliação daqueles "quartéis" transformando-se em núcleo de colonização.

As cabeceiras da bacia prosseguiam em seu desenvolvimento entretanto voltadas para o centro político de MINAS GERAIS e daí, pelo "caminho das minas", para o RIO e S. PAULO. Da mineração aurífera inicial, passou para um ciclo agropecuário florescendo, entre outras, além das citadas anteriormente e que, com o declínio do ouro, tiveram um período de relativa estagnação, a região de PONTE NOVA que, em meados do século XIX já ascendia à categoria de cidade.

Algumas localidades prosseguiram no ramo mineiro substituindo o ouro pelo ferro, que pela quantidade e qualidade do minério ali assinalado, passou a constituir o novo foco de atração da área. Deu-se inicio à instalação de forjas que, em meados do século XIX proliferavam na região, em particular, em ITABIRA.

Por essa época iniciou-se a colonização do BAIXO RIO DOCE, particularmente em sua margem Sul, através a chegada de sucessivas levas de imigrantes europeus; principalmente alemães e italianos. COLATINA e BAIXO GUANDU, ambas no ESPÍRITO SANTO, surgiram desta fase, entretanto só iriam apresentar algum significado já ao final do século.

Também ao final do século, o surto ferroviário que envolveu o BRASIL iria começar a fazer sentir os seus efeitos na área. Cabe ressaltar aqui a concessão para a construção da Estrada de Ferro VITÓRIA a MINAS que abriria afinal a mais curta via de acesso para o mar da região mineira, agora, com o declínio do ouro, com vistas ao minério de ferro assinalado em grandes quantidades e de teor magnífico.

A lentidão com que foi construída esta ferrovia, que tomaria grande parte do primeiro quarto do século XX, e as marchas e contramarchas na política de exportação do nosso minério de ferro via VITÓRIA, re-

tardaram o cumprimento da verdadeira finalidade da VITÓRIA—MINAS que só em 1940 desembarcava na capital capixaba o seu primeiro carregamento de minério. Entretanto deu ela novo alento às localidades por elas servidas, em particular COLATINA, GOVERNADOR VALADARES e NOVA ERA.

Simultaneamente, outras ferrovias demandaram a região: a LEOPOLDINA atingiria dos pontos: PONTE NOVA (de onde prosseguiria para CARATINGA) e MANHUAÇU; e EFCB, mediante dois ramais, atingiria NOVA ERA, entroncando-se com a VITÓRIA—MINAS e PONTE NOVA, entroncando-se com a LEOPOLDINA.

Na região do minério, as forjas começaram a evoluir, e no inicio do segundo quarto do século XX deu-se o inicio da instalação de siderúrgicas de maior porte. Destacam-se pela ordem cronológica as usinas instaladas em BARÃO DE COCAIS (1925 — Cia Brasileira de Usinas Metalúrgicas), em MONLEVADE — Município de RIO PIRACICABA (1930 — Cia Belgo-Mineira) e em CORONEL FABRICIANO (1944 — Acesita).

Já mais recentemente assinalamos, em fase de instalação, com parte já em funcionamento, uma usina de alto porte, a Usiminas, em IPIATINGA, município de CORONEL FABRICIANO e ainda, no setor rodoviário, a inauguração da pavimentação da BR-4 — RIO—BAHIA, como fatores que constituem, sem dúvida, dois importantíssimos marcos na evolução da área.

2.2 — Aspectos demográficos

A bacia conta com uma população da ordem de 2,7 milhões de habitantes, segundo o censo de 1930, acusando uma densidade de cerca de 30 hab/km². Pode ser considerada bem povoada. A distribuição desta população apresenta uma grande predominância da população rural que atinge a mais de 70% do total. Os núcleos mais importantes (exclusivamente a população urbana) são os seguintes:

— em MINAS GERAIS — GOVERNADOR VALADARES (76.300 hab); CORONEL FABRICIANO (38.600 hab); CARATINGA (34.700 hab); RIO PIRACICABA (31.300 hab); PONTE NOVA (28.400 hab); OURO PRÊTO (19.900 hab); CONSELHEIRO PENA (16.900 hab); ITABIRA (16.500 hab) e MARIANA (15.700 hab);

— no ESPÍRITO SANTO — COLATINA (35.200 hab).

Não há tipo característico de habitante. Nas cabeceiras da bacia, colonizada ao tempo da mineração, nota-se a miscigenação típica brasileira com a presença equilibrada das componentes. Já no BAIXO RIO DOCE sente-se uma forte influência do imigrante europeu, entretanto, sem predominância caracterizada, de vez que este elemento se integrou bem não havendo formação de núcleos fechados importantes.

2.3 — Apreciação

Os antecedentes históricos permitem afirmar que a área, apesar dos fatores fisiográficos adversos e das medidas oficiais restritivas, demonstrou sobejamente suas reais possibilidades, atingindo, em tempo relativamente curto, estágio de desenvolvimento apreciável.

Para tanto, contribuiu, de maneira decisiva, a ocorrência de riquezas minerais de vulto, em particular de minério de ferro de magnífico teor. As demais condições fisiográficas que consideramos médias, permitiram abrigar, sem problemas de vulto, imigrantes oriundos dos mais diversos quadrantes.

A densidade demográfica apresentada pela área e a diversidade dos tipos populacionais assinalados permitem considerar a bacia do rio DOCE como dispondendo de um potencial humano quantitativo e qualitativamente elevado.

3. FATORES ECONÔMICOS

3.1 — Produção Extrativa

3.1.1 — Produção Extrativa Mineral

— Combustíveis

A estrutura geológica da bacia, predominantemente pré-cambriana, exclui de pronto, a possibilidade de evento de ocorrências relevantes de combustíveis líquidos ou sólidos. Este aspecto apresenta sérios reflexos nas principais atividades da área, em particular no setor da siderurgia.

— Ferro

Assinalamos no estudo da geologia importantes ocorrências de algonquiano nas cabeceiras da bacia, em particular dos afluentes da margem esquerda do Alto Rio DOCE. Essas ocorrências se enquadram no intitulado “quadrilátero ferrífero” que, conforme ficou dito no estudo da bacia do SÃO FRANCISCO, se estende por uma área pertencente às duas bacias. Podemos citar para a do DOCE, as seguintes principais jazidas :

1 — faixa da serra de OURO PRÊTO, no divisor com a bacia do SÃO FRANCISCO, com 12 jazidas, estendendo-se desde MARIANA (na bacia), até MIGUEL BURNIER (já na bacia do SÃO FRANCISCO) ;

2 — faixa da serra do CARAÇA, que se estende desde ANTÔNIO PEREIRA (município de OURO PRÊTO) para o N, até além de CATAS ALTAS (município de SANTA BÁRBARA), apresentando 13 jazidas, entre as quais a de ALEGRIA cuja avaliação acusa uma reserva de cerca de 300 milhões de toneladas de minério ;

3 — faixa das serras do CAPANEMA e do SOCORRO, correndo paralelamente a oeste da precedente, estende-se até o N da cidade de SANTA BÁRBARA, apresentando 9 jazidas ;

4 — faixa do PIRACICABA, margeando o rio do mesmo nome, se estende desde FLORÁLIA (município de SANTA BÁRBARA) até abaixo de MONLEVADE (município de RIO PIRACICABA) e apresenta 6 jazidas entre as quais as de MORRO AGUDO, MONLEVADE e ANDRADAS, esta última explorada pela Cia Belgo-Mineira e cujas reservas foram estimadas em 30 a 40 milhões de toneladas de hematita compacta de magnífico teor semelhante à do CAUÉ (faixa de ITABIRA) ;

5 — faixa de ITABIRA passa próximo à cidade de igual nome, estende-se nos dois sentidos, segundo uma direção SSW-NNE e apresenta 10 jazidas esparsas, salientando-se as do CAUÉ e da CONCEIÇÃO, a primeira com reservas de mais de 100 milhões de toneladas de minério sob a forma de hematita compacta de teor magnífico considerado dos melhores do mundo ;

6 — faixa de CONCEIÇÃO e do SERRO, abrangendo os dois municípios dêstes nomes e apresentando 8 jazidas.

Quanto à produção basta assinalar que o município de ITABIRA vem figurando destacadamente como o maior produtor do BRASIL tendo, em 1960, contribuído com 5,35 milhões de toneladas, mais de 55% do total nacional (9,34 milhões de toneladas).

Os demais principais municípios produtores são, nesta ordem, OURO PRÊTO, BARÃO DE COCAIS, SANTA BÁRBARA E MARIANA.

— Manganês

Dois dos distritos manganésiferos de MINAS GERAIS interessam à bacia : o de SAÚDE (no município de DOM SILVÉRIO), totalmente nela incluído, e o do Quadrilátero Ferrífero, que se estende por vários municípios da bacia e ultrapassa o divisor com a bacia do SÃO FRANCISCO.

As principais jazidas se localizam nos seguintes municípios :

— OURO PRÊTO e MARIANA — 25 jazidas, sendo a maior a da ALEGRIA onde se admite uma reserva de 2 milhões de toneladas com possibilidades de elevar-se a 6 e até 8 milhões de toneladas ;

— DOM SILVÉRIO — 2 jazidas, PORTÃO e CORREGO GRANDE, com reservas calculadas em 900.000 toneladas ;

— ITABIRA — 4 jazidas, sendo a mais importante a de CHACRINHA — as reservas das 4 jazidas ascendem a mais de 600 mil toneladas ;

— CONCEIÇÃO — 1 jazida estimada em 300.000 toneladas ;

— SANTA BÁRBARA — 3 jazidas, sendo a maior a de MATO GROSSO, com reservas avaliada em 100.000 toneladas ; e

— RIO ESPERA — 1 jazida.

A produção da área, em 1960, superou 4.300 toneladas, mais de 25% da do Estado de MINAS GERAIS e cerca de 4% da produção nacional.

Os principais municípios produtores, em 1960, foram, nesta ordem, OURO PRÊTO, SÃO DOMINGOS DO PRATA, MARIANA e ITABIRA.

— Ouro

Quando do estudo da bacia do SÃO FRANCISCO, salientamos que a área do Estado de MINAS GERAIS que forneceu a maior parte do ouro do BRASIL se estende ao longo do divisor entre aquela bacia e a do DOCE abrangendo portanto parte das duas bacias.

Na do DOCE, as principais zonas auríferas situam-se nos municípios de SANTA BÁRBARA, CAETÉ, OURO PRÊTO, MARIANA, CONCEIÇÃO, SÉRRO e MANHUAÇU, alguns dêles com várias jazidas.

Algumas minas de ouro se celebrizaram em certa época como é o caso das minas de CONGO SÓCO, em CAETÉ e da PASSAGEM, em OURO PRÊTO, sendo que a primeira encerrou as atividades exploratórias desde meados do século passado, enquanto a segunda que estêve abandonada durante vários anos, voltou a funcionar no período de 1933 a 1954, parando a partir dessa data.

Há ainda a considerar alguns rios auríferos da bacia, dentre os quais, destacam-se o próprio rio DOCE nos trechos em que é conhecido como CHOPOTÓ e PIRANGA e os afluentes PIRANGA, SANTO ANTONIO, RIBEIRÃO DO CARMO e MANHUAÇU.

— Alumínio

Já foram assinaladas reservas de Bauxita nos municípios de OURO PRÊTO, SANTA BÁRBARA, MARIANA e SÉRRO.

A região produziu em 1960 quase 60.000 toneladas de bauxita o que corresponde a cerca de 50% das produções mineira e nacional, já que MINAS GERAIS concorreu com mais de 95% do total brasileiro.

OURO PRÊTO contribuiu com a quase totalidade, seguido de SANTA BÁRBARA com pequena produção (125 toneladas).

— Outros Produtos

A semelhança do que vimos na bacia do SÃO FRANCISCO, os recursos minerais da área da bacia do DOCE abrigam uma grande variedade de espécies, as quais permitem destacar os seguintes municípios produtores (os dados consignados referem-se a 1960) :

— SANTA MARIA DO SUAÇUÍ : — Mica (20% da produção nacional), Berilo (15% da produção nacional), Columbita e Turmalinas ;

— OURO PRÊTO : — Dolomita (20% da produção nacional), Mármore (8% da produção nacional) e Talco (8% da produção nacional) ;

— GOVERNADOR VALADARES : — Berilo, Cristal, Água Marinha e Kurtzita ;

— GÁLILEIA : — Berilo e Cristal ;

— CONCEIÇÃO : — Cristal ;

- SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO : — Mica ;
- SABINÓPOLIS : — Ametista e Água Marinha ; todos em MINAS GERAIS ; e
- COLATINA e SANTA TEREZA, ambas no ESPIRITO SANTO :
— Criso-berilo e Granadas.

3.1.2 — Produção Extrativa Vegetal

Conforme ficou assinalado quando do estudo da vegetação, a área da bacia conta ainda com reservas florestais de vulto. A produção extrativa da área incide particularmente na lenha, no carvão vegetal e nas madeiras.

Os dados relativos ao abate de árvores para a obtenção de lenha, em 1962, atribuem ao Estado de MINAS GERAIS um volume que o coloca em 1º lugar no BRASIL, com mais do dôbro do Estado que vem em 2º lugar. A bacia concorre com uma grande parcela. Há a considerar que algumas indústrias, como o caso da obtenção de cal virgem, da qual MINAS é grande produtor, é baseada quase exclusivamente na utilização da lenha.

A inexistência de combustíveis minerais sólidos na área propiciou o largo emprêgo de carvão vegetal para o aproveitamento das grandes jazidas de minério de ferro. Assim, à medida que a siderurgia se desenvolveu na área e as matas foram se escasseando e se distanciando das usinas, as Companhias Siderúrgicas foram sentindo necessidade de resolver o seu problema neste particular, o que foi feito, pelo menos em parte, mediante a plantação de extensas áreas de eucaliptais. Atualmente, as principais plantações, pela ordem das áreas plantadas, são as pertencentes à Cia Belgo-Mineira (em RIO PIRACICABA), à Acesita (em CORONEL FABRICIANO), à Cia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (em BARÃO DE COCAIS) e à Mineração Usina Wigg (em OURO PRETO). Dessa forma, a produção de grande parte do carvão vegetal passou a ter características diferentes do antigo extrativismo, pois que vem se colocando em atividade de cultivo, mais racional portanto. Quase todos os municípios da bacia, em particular os de MINAS GERAIS, são grandes produtores de carvão vegetal.

No que se refere a madeiras cabe considerar não só a produção de toros exportáveis, principalmente, para as áreas de BELO HORIZONTE, VITÓRIA e GUANABARA, como também a indústria madeireira da própria região. Também na produção de madeira contribuem quase todos os municípios da área da bacia. Destacam-se pelo valor da produção, nesta ordem, os municípios de GOVERNADOR VALADARES, S. PEDRO DOS FERROS, AIMORÉS, ACUCENA, RESPLENDOR, COLATINA, PONTE NOVA, LINHARES, RAUL SOARES, CORONEL FABRICIANO e NOVA ERA. A exceção de COLATINA e LINHARES, que estão no ESPIRITO SANTO, os demais municípios são mineiros. A produção dos municípios mineiros é da ordem de 1/3 da produção de todo o estado de MINAS GERAIS que, excluída a zona madeireira do Sul do País, se apresenta

como o maior produtor de madeira. Assinala-se uma grande variedade de essências aplicáveis em extensa gama de finalidades podendo-se classificar a bacia, neste particular, como a melhor região das intituladas florestas da encosta atlântica consideradas como as mais ricas em madeiras preciosas no BRASIL.

Afora os itens acima, ainda no setor da produção extrativa vegetal, a bacia contribui com algum destaque na produção de guaxima, ipê-cuanha e paina.

3.1.3 — Pesca

Embora anotem-se algumas referências à boa piscosidade de alguns rios e lagoas da bacia, as estatísticas assinalam índices de produção muito baixos e mesmo nulos para quase todos os municípios da área. Excetua-se apenas o municípios de GOVERNADOR VALADARES que figura entre os 20 municípios maiores produtores de MINAS GERAIS, entretanto com quantidade pouco expressiva, aquém das 30 t anuais.

3.2 — Produção agrícola

Uma análise da produção agrícola brasileira nos apresenta MINAS GERAIS em situação de destaque na maioria dos produtos, já que se inclui entre os cinco estados maiores produtores em 17 dos 23 produtos consignados nos anuários. Os municípios da bacia do DOCE contribuem com ponderável parcela em quase todos êsses produtos, sendo que, em 9 deles, estão incluídos entre os 10 municípios maiores produtores do estado os seguintes :

BANANA (MINAS — 2º lugar no BRASIL) — GUANHÃES (1º), TARUMIRIM (2º), SÉRRO (4º), ITANHOMI (5º) e FERROS (9º);

CANA-DE-AÇÚCAR (MINAS — 3º lugar) — PONTE NOVA (1º), TARUMIRIM (4º), RIO CASCA (7º), SÉRRO (9º) e GOVERNADOR VALADARES (10º);

CAFÉ (MINAS — 3º lugar) — MATIPO (3º), RESPLENDOR (4º), CARATINGA (5º), MANHUAÇU (7º) e PONTE NOVA (10º);

FEIJÃO (MINAS — 1º lugar) — CARATINGA (3º), SÉRRO (4º), ITAMBACURI (6º) e RAUL SOARES (7º);

MILHO (MINAS — 1º lugar) — INHAPIM (3º), FERROS (5º) e ALTO RIO DOCE (7º);

ALHO (MINAS — 1º lugar) — RIO CASCA (3º) e CARATINGA (6º);

LARANJA (MINAS — 2º lugar) — MARIANA (4º) e OURO PRETO (7º);

BATATA INGLESA (MINAS — 4º lugar) — OURO PRETO (5º); e

MANDIOCA (MINAS — 4º lugar) — SÉRRO (9º).

Por outro lado, no ESPÍRITO SANTO, o município de COLATINA se destaca nos produtos agrícolas em que o Estado, apesar de sua pequena extensão, figura em boa posição nas estatísticas. Assim, COLATINA coloca-se em 1º lugar na produção de Café (ES — 4º no BRASIL), Banana (ES — 8º) e MILHO (ES — 9º), em 2º lugar na de Arroz (ES — 12º), em 3º lugar na de Feijão (ES — 4º) e em 5º lugar na de Cana (ES — 14º). Destacam-se ainda, com as seguintes posições, ITAGUAÇU — 1º em Milho, 7º em Cana e 8º em Café; LINHARES — 3º em Café e 5º em Banana; SANTA TEREZA — 5º em Milho e 9º em Café e BANXO GANDU — 7º em Café.

Consigamos na produção extrativa vegetal o cultivo do eucalipto com seus aspectos relevantes, motivo pelo qual aqui fica apenas a referência.

3.3 — Pecuária

A bacia abriga grandes rebanhos de bovinos e de suínos superando de muito, em ambos, 1 milhão de cabeças. Destacam-se os municípios de GOVERNADOR VALADARES e AIMORÉS em MINAS e COLATINA e AFONSO CLÁUDIO no ESPÍRITO SANTO.

Ainda no setor da pecuária merece citação o rebanho de muares, no qual, com cerca de 150.000 cabeças, contribui com 5% do total nacional. Destaca-se a região de GOVERNADOR VALADARES.

Os demais rebanhos não apresentam expressão.

Cabe citar ainda a criação de galináceos onde os municípios de ALTO RIO DOCE (MG) e COLATINA (ES) se destacam no número de cabeças e produção de ovos.

3.4 — Produção Industrial

3.4.1 — Indústria de base

Eletroindústria

Conquanto, em seu maior trecho, se apresente, bem como seus afluentes, com características de rio de planalto, as condições para a consecução de grandes empreendimentos no setor da energia elétrica são restritas. No estado de MINAS GERAIS se situam os afluentes mais favoráveis que são o SANTO ANTÔNIO e o PIRACICABA, devendo se destacar as seguintes usinas hidrelétricas :

- SALTO GRANDE DO SANTO ANTÔNIO, no rio dêste nome, já em funcionamento e produzindo 100.000 kw;
- SÁ CARVALHO (Acesita) — já em funcionamento, produzindo 48.000 kw;
- AMORIM e FUNIL — programadas para produzirem 40.500 e 30.000 kw, respectivamente.

As três últimas, no PIRACICABA, visam a atender à região da Siderurgia.

Siderurgia

Dotada de notáveis reservas minerais, a bacia do rio DOCE se apresenta em ótimas condições para abrigar um importante parque siderúrgico ressentindo-se apenas da falta do carvão mineral que vem sendo sanada com a adogão, como já salientamos, do carvão vegetal.

Além de vários pequenos empreendimentos desfazam-se as seguintes usinas siderúrgicas :

— Usiminas, no município de CORONEL FABRICIANO, em inicio de funcionamento devendo em breve alcançar uma produção anual de 350.000 t e com previsão para 1970 alcançar os 2 milhões de t. Deverá atender, em particular, à construção naval com a produção de chapas.

— Usina de Monlevade (Cia. Belgo-Mineira), no município de RIO PIRACICABA, com uma produção anual de 300.000 t, devendo, em 1970, atingir as 500.000 t. O maior volume da produção está representado por gusa e lingotes.

— Acesita, no município de CORONEL FABRICIANO, com uma produção de 110.000 t anuais, estando prevista uma ampliação para 240.000 até 1970. Sua produção se destina a atender à indústria automobilística no setor de autopeças.

— Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, no município de BARÃO DE COCAIS, produzindo atualmente 45.000 t devendo, em curto prazo, ser ampliada para as 50.000 t anuais. A maior parcela da produção é gusa e lingotes.

— Cia. Siderúrgica Vatu, em ITABIRA, que se acha em fase de reestruturação para a produção de ferro-esponja destinado a substituir a sucata, relativamente crítica no BRASIL. Deverá produzir inicialmente 50.000 t anuais, com previsão de chegar a 150.000 t.

A produção siderúrgica acima outorga à bacia cerca de 1/4 do total nacional.

3.4.2 — Indústria de transformação

A área da bacia, neste particular, não apresenta grande desenvolvimento.

Os itens mais importantes são as indústrias alimentares, nas quais se destacam os municípios de MANHUMIRIM, PONTE NOVA (principalmente açúcar), MANHUAÇU e GOVERNADOR VALADARES, em MG, e COLATINA, no ES; e de madeira, na qual se destacam GOVERNADOR VALADARES, AIMORÉS e PONTE NOVA.

Já com volumes menores, merecem ser ainda citadas, as indústrias de minerais não metálicos, com destaque para GOVERNADOR VALADARES e OURO PRÊTO; de bebidas, destacando-se PONTE NOVA; e de Têxteis, com destaque para OURO PRÊTO e ITABIRA.

3.5 — Vias de Transporte

3.5.1 — Terrestres (Ver Mapa n. 25)

— Ferroviárias

A mais importante ferrovia existente na área é a E.F. VITÓRIA-MINAS, trecho do T4, pelo importante papel desempenhado no transporte de minério de ferro para exportação. Este trecho do T4 liga BELO HORIZONTE a VITÓRIA, ambas fora da bacia, servindo, entre outras, às cidades de BARÃO DE COCAIS, RIO PIRACICABA, NOVA ERA, ITABIRÁ (ramal), CORONEL FABRICIANO, GOVERNADOR VALADARES, CONSELHEIRO PENA, AIMORÉS e COLATINA.

A EF Central do Brasil, mediante um ramal que parte de MIGUEL BURNIER, situada na ligação em bitola estreita entre CONSELHEIRO LAFAIETE e BELO HORIZONTE, vem até PONTE NOVA, constituindo um trecho da L30. Serve a OURO PRÉTO e MARIANA.

Em PONTE NOVA, também para a EF Leopoldina, procedente do RIO, constituindo o restante da L30. A Leopoldina prossegue de PONTE NOVA até CARATINGA.

Outro ramal da EF Leopoldina serve às cidades de MANHUMIRIM e MANHUAÇU. Este ramal liga-se ao T4 em CACHOEIRO DO ITAPE-MIRIM (ES).

— Rodoviárias

Duas rodovias, uma delas já construída e pavimentada, a BR-4 (RIO-BAHIA) e a outra em construção, a BR-31 (VITÓRIA-BELO HORIZONTE), constituem as duas principais rodovias da bacia. A BR-31 não apenas dobrará o T4, como também atenderá a uma área mal servida de transportes que é a região de MANHUAÇU.

Além destas duas, são ainda de se notar a BR-5 (RIO-BAHIA, pelo litoral) e a BR-73 (VITÓRIA-COLATINA-TEÓFILO OTONI), ambas cruzando a bacia em seu terço inferior e a BR-82 que vem ter à PONTE NOVA, procedente de UBA.

Acha-se projetada a BR-69 que ligará GOVERNADOR VALADARES a MONTES CLAROS e que deverá desempenhar importante papel no setor da pecuária.

A bacia conta ainda com algumas boas estradas estaduais, particularmente na área mineira, destacando-se entre elas a que liga PONTE NOVA a BR-3 nas proximidades de ITABIRITO.

3.5.2 — Fluviais

Apresentam expressão reduzida e apenas local em alguns poucos trechos. Merece citação a região de LINHARES e adjacências, incluindo a Lagoa JUPARANÁ.

3.5.3 — Aéreas

Também de expressão muito reduzida.

3.6 — Comércio

O Comércio da bacia se faz, em particular, com BELO HORIZONTE e VITÓRIA. O comércio direto com outros grandes centros embora dispor de vias de transporte para tal, é prejudicado pelas grandes distâncias a vencer.

Por VITÓRIA exporta o minério e parte dos produtos de sua siderurgia, como principais itens e que são realmente os que lhe garantem apreciável saldo positivo.

Os demais itens produzidos pela bacia e aquêles por ela importados se distribuem pelas duas capitais estaduais praticamente segundo as áreas dos respectivos estados.

3.7 — Apreciação

Os fatores econômicos apresentam a bacia do rio DOCE como uma área importante, senão por todos os aspectos, pelo menos por alguns que vêm assumindo relevância nacional.

As riquezas minerais, mediante a sua industrialização na própria região, vêm se constituindo em verdadeira alavanca no desenvolvimento que se faz sentir ao longo de quase toda a área em ritmo sensivelmente acelerado.

Por outro lado, mediante a sua exportação, desempenha papel preponderante em nosso comércio exterior.

As condições médias de quase todos os demais fatores vêm permitindo esse desenvolvimento sem graves problemas. Enquanto isto, as condições adversas vêm sendo gradativamente superadas e as vias de transporte, ao que parece, em curto prazo, atenderão satisfatoriamente às necessidades.

4 — FATORES POLÍTICOS — ALGUNS ASPECTOS

Um fator político merece considerações especiais pelos reflexos que pode causar às principais atividades da área. É o da política nacional de exportação de minérios.

As marchas e contramarchas, e em particular a política restritiva, foram responsáveis pela lentidão com que foi construída a EF VITÓRIA-MINAS e como que entravaram o desenvolvimento da área.

Se, em contraposição, fôr adotada uma política de incentivo à exportação, a bacia se beneficiará dela.

A industrialização do minério na própria área vem se desenvolvendo de molde a minorar os reflexos das oscilações nessa política. E isto é muito importante porque a nossa política de exportação deve se subordinar muito mais a outros objetivos que simplesmente ao fato de beneficiar ou não o desenvolvimento de área tão exígua de nosso território.

Os demais fatores políticos apresentam, no momento, reduzida expressão em relação à área.

5 — CONCLUSÕES

A análise dos diversos fatores em seu conjunto permite as seguintes conclusões:

- as características da bacia apresentam uma predominância quase absoluta de aspectos que poderiam merecer a classificação de médios;
 - dos aspectos favoráveis, com reflexos em todos os fatores, e que é o das riquezas minerais, em particular de minério de ferro, pela magnífica qualidade e grande quantidade assinalada, atribui sózinho importância vital à área;
 - os fatores desfavoráveis, mercê particularmente daquele aspecto, vêm sendo paulatinamente minorados e estão quase todos praticamente sanados;
 - O estágio de desenvolvimento atual é muito satisfatório e apresenta perspectivas altamente promissoras, em virtude principalmente da concretização de empreendimentos de vulto, seja no setor da indústria siderúrgica, como é o caso da construção da Usiminas, seja no setor dos transportes, como é o caso da construção da BR-4 (inaugurada a pavimentação em 1963) e da BR-31 (com a construção em andamento);
 - embora não comunguemos integralmente com a impressão de alguns entusiastas que chegam a atribuir à bacia do DOCE a alcunha de "o RUHR brasileiro", consideramo-la como uma área de real expressão sócio-econômica no cenário nacional;
 - são de se considerar principalmente, o seu elevado potencial humano, a sua apreciável contribuição ao balanço de pagamento de nosso comércio exterior e a sua florescente indústria siderúrgica, máxime, ao estabelecermos a relação com a sua exígua extensão territorial.
-

OBSERVAÇÃO DO AUTOR

Com a publicação do Estudo Geográfico da Bacia do Rio Doce se encerra uma série de estudos sobre as bacias incluídas no atual currículo previsto para o concurso de admissão à ECEME. Os demais já foram publicados em números anteriores desta revista.

O trabalho, em conjunto, foi calcado e corresponde a uma atualização, em alguns casos ampliada, de estudos elaborados em anos anteriores, como colaboração ao Departamento Cultural do Clube Militar (Curso de Preparação para os candidatos à ECEME), pelos então seguintes oficiais :

- Major Francisco Ruas Santos (Bacias do Paraguai, do Paraná e do Paraíba do Sul);
- Ten-Cel Milton Barbosa (Bacia do São Francisco);
- Ten-Cel Joaquim Augusto Montenegro (Bacia do Amazonas); e
- Cel João Punaro Bley (Bacia do Rio Doce).

O HOMEM: UM PROBLEMA COMPLEXO NUM COMANDO COLIGADO.

Maj EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
Oficial de Estado-Maior

NOTA DO AUTOR

Este trabalho foi escrito antes da vitória da Revolução, que restabeleceu no país os princípios da civilização cristã. Encerra, pois, conceitos que hoje estão superados. Não os modifiquei, porém. Representam minha homenagem aos que lutaram sem desesperar.

Quero também expressar meus agradecimentos ao Major ANTONIO HENRIQUE DE NORONHA, sem cuja preciosa colaboração este estudo não teria vindo a lume.

Este, como é óbvio, não é um trabalho original. É apenas a expressão de uma meticulosa pesquisa nas Memórias dos dois mais graduados comandantes de fôrças terrestres dos Exércitos Aliados na II Grande Guerra: o General OMAR NELSON BRADLEY, comandante do 12º Grupo-de-Exércitos norte-americano e o Marechal BERNARD LAW MONTGOMERY, comandante do 21º Grupo-de-Exércitos Britânico. Empolgados pela leitura de tais documentos, que, não nos foi possível manusear no idioma original, nos impressionou sobretudo a maneira diferente, embora, é evidente, honesta, como cada um destes grandes chefes apreciou as situações que juntos viveram.

Um comando coligado é certamente alguma coisa de muito complexo. E esta complexidade se avoluma, quando as fôrças a combinar representam uma coligação de países. A par dos inúmeros problemas de tática, de estratégia e de administração militar, ou mesmo superando-os, surgem os problemas psico-sociais. Desde a necessidade de conciliar os altos interesses nacionais dos países coligados, que, embora coincidentes no momento, as vêzes encerram tradicionais e acendrados antagonismos, até os mais egoístas e até mesmo, quem sabe, mesquinhos pontos de vista dos comandantes de todos os escalões. Mais do que nunca, será oportuno ter presente a judiciosa afirmativa de PAULA CIDADE :

"Ora, bem sabemos que o homem é sempre o homem, com seus defeitos e com as suas qualidades, deixando à história a tarefa de fazer-lhe as contas, para apurar os saldos que medirão a sua benemerência."

Para possibilitar ao leitor uma visão mais completa, vamos retratar os dois grandes chefes, não com as nossas palavras, que poderiam não ser fiéis. Apresentaremos o auto-retrato de cada um deles e os complementaremos com opiniões mais ilustres que as nossas.

De MONTY, nos conta CHESTER WILMOT: "... ele não era como os outros homens, não revelando qualquer traço das fragilidades humanas. Evitava deliberadamente a companhia feminina, não fumava, nem jogava pôquer com os rapazes. Não pertencia ao tipo dos que se batem nas costas.

Inquestionavelmente, havia um marcado elemento de vaidade profissional na personalidade de MONTGOMERY."

E nada melhor para retratar o homem, do que o trecho abaixo, de um bilhete:

"Caro Ike :

Conheço muito bem meus defeitos e estou certo de que não sou um subordinado fácil de ser comandado, pois gosto de seguir os rumos que eu mesmo traço.

Seu muito devotado amigo
Monty"

HEITOR HERRERA (2) assim nos descreve BRADLEY: — "Homem simples, modesto, Bradley observou religiosamente o princípio de comando, tão característico no Exército norte-americano, de conceder completa autonomia operacional aos chefes dos escalões subordinados."

E são do próprio BRADLEY os seguintes conceitos: — "Onde há homens, há orgulho e ambição, prejuízo e conflitos. Entre os generais, como entre os demais homens, a capacidade não pode sempre ofuscar a fraqueza, nem pode o talento ocultar as faltas."

— "Quando um oficial se saía como eu esperava, cumprimentava-lhe. Quando hesitava, tentava ajudá-lo. E quando falhava, levava-o."

Passemos agora aos fatos :

1 — A CAMPANHA DO NORTE DA ÁFRICA

No dia 8 de novembro de 1942, as fôrças terrestres norte-americanas intervieram pela primeira vez na chamada II Guerra Mundial.

Dando execução ao PLANO DE OPERAÇÕES TORCH (Fig. 1), três Grupamentos, naquela data, desembarcaram no NORTE DA

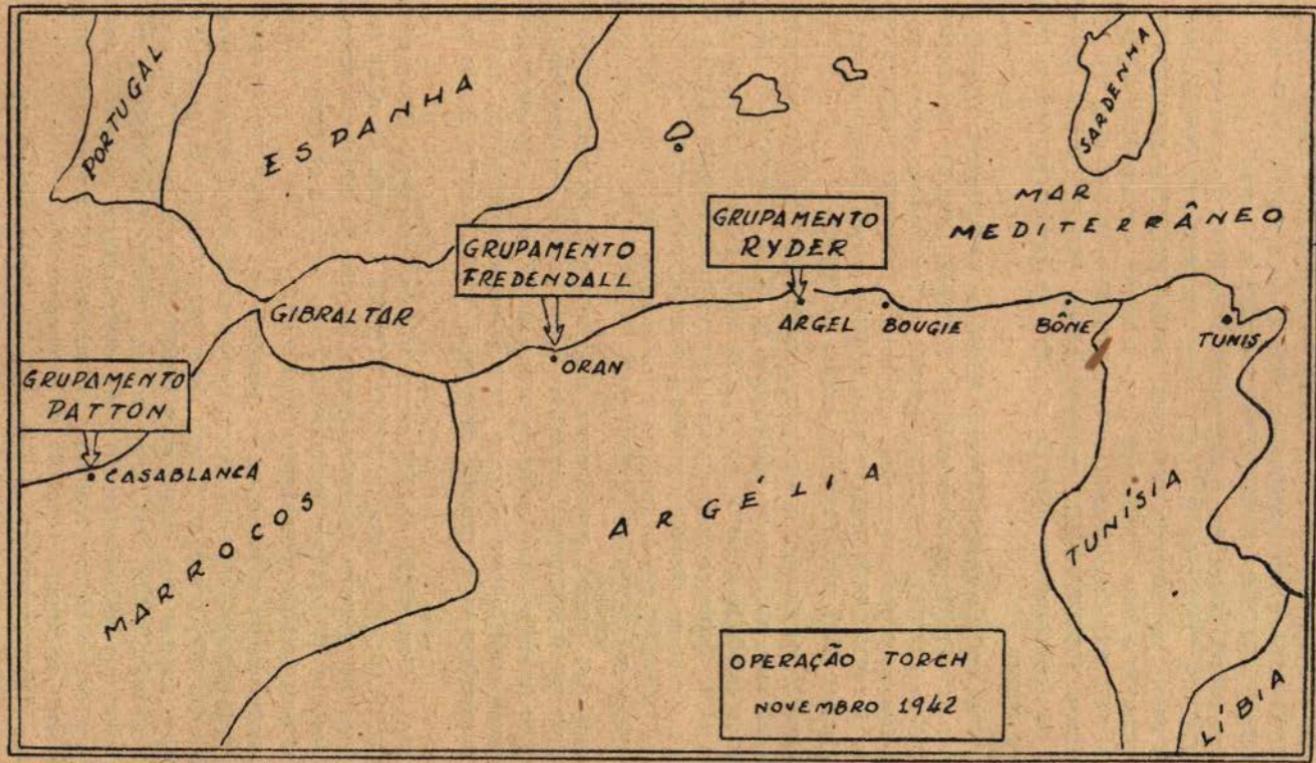


Fig 1 O PLANO DE OPERAÇÕES TORCH

AFRICA. Um, na cidade de CASABLANCA, ao comando do General GEORGE S. PATTON, outro em ORAN às ordens do General LOYD R. FREDENDALL e um terceiro em ARGEL ao comando do General CHARLES W. RYDER. EISENHOWER dirigia a Operação.

Como estava planejado, o Grupamento PATTON permaneceu em CASABLANCA, "sentinela à vista" para FRANCO. O Grupamento RYDER passou ao comando do General inglês KENNETH ANDERSON e aproveitando o êxito inicial, que fôra completo, cerrou sobre a fronteira da TUNISIA, apoderando-se de BOUGIE e BÔNE (Fig. 1). O Grupamento FREDENDALL marchou sobre TUNIS. Eram quase 900 km de deslocamento; antes de primeiro de janeiro, perdera a impulsão e parara.

Resolveu então o Quartel-General Aliado no Mediterrâneo (AFHQ), organizar uma frente contínua a W da TUNISIA (Fig. 2). Ao Norte, em torno de BIZERTA e TÚNIS, ficaram os ingleses, ao centro, elementos franceses que garneciam a linha dos DORSAIS ORIENTAIS, balizada por FONDOUK, FAID e MAKNASSY; ao sul estavam os norte-americanos. Era uma frente da ordem de 400 km.

De pronto, os alemães começaram a contra-atacar e cada vez mais audiosamente, até que na madrugada de 13 de fevereiro de 1943, uma força blindada investiu por PASSO FAID (Fig. 2), na zona de ação do já 2º Corpo norte-americano (comando de FREDENDALL) e penetrou fundo no dispositivo aliado, ameaçando envolvê-lo e obrigando ANDERSON, que se encontrava no comando da frente, a retrair para a linha dos DORSAIS OCIDENTAIS.

Os alemães, porém, mantiveram o contato e já na nova posição, em PASSO DE KASSERINA, infligiram nova derrota aos americanos. Só a 21 de fevereiro, após ceder da ordem de 250 km, é que os norte-americanos conseguiram deter o contra-ataque, para o que contribuiu, inegavelmente, a pressão feita pelo VIII Exército Inglês na LÍBIA.

Como o General BRADLEY comenta êste insucesso? Narrando em suas Memórias a visita de EISENHOWER à frente, na noite de 12 de fevereiro, véspera do contra-ataque, êle diz: "a infantaria amontoada nos *djebels* (colinas) isolados ao longo da linha de frente e as reservas móveis jaziam espalhadas aqui e ali."

E mais adiante referindo-se ao sucedido em PASSO DE KASSERINA: "um inexperiente comandante de regimento dispôs seus homens na saída do vale, como se fôssem deter uma manada de gado. As montanhas críticas que ladeavam o PASSO ficaram sem defesa e o alemão investiu sobre elas, arrasando-as. Tendo dispersado as reservas com que poderiam montar um contra-ataque, os aliados empregaram todo o efetivo, batalhão por batalhão. E à proporção que se lançaavam ao ataque o alemão os exterminava."

Como MONTGOMERY comenta êstes mesmos fatos? Em suas Memórias, êle nos relata as impressões abaixo, que diz ter ouvido

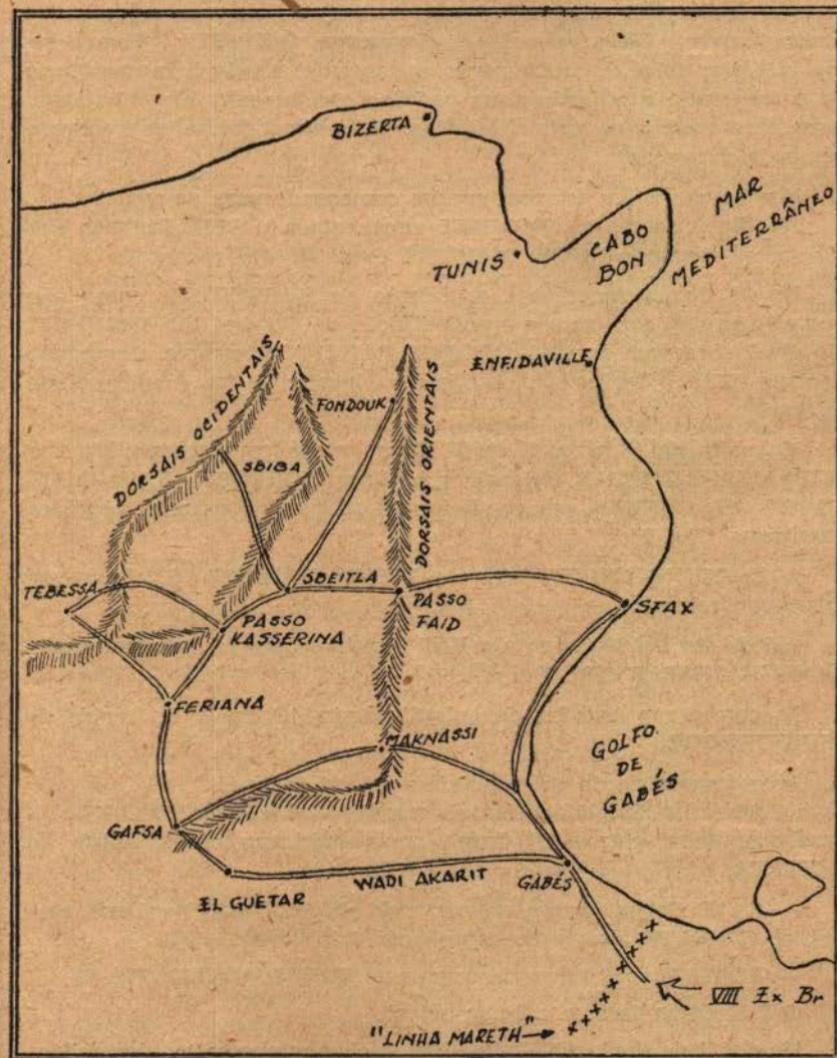


Fig 2- Operações aliadas na TUNÍSIA

do General ALEXANDER: "encontrara as coisas em terrível confusão... Em geral notara estagnação; não havia política nem plano, o front estava confundido; não havia reservas nem treinamento; não se planejava para o futuro; os chamados Campos de Repouso se encontravam em péssimo estado e assim por diante. Desapontou-se com as tropas americanas: estavam mental e fisicamente "moles" e muito "verdes" (despreparadas)". Prossegue "MONTY": "Era a velha história: falta de treinamento apropriado, aliado à inexperiência de guerra, tudo isto ligado a um padrão de vida muito alto. Estavam para atravessar seus primeiros dias, da mesma forma que atravessáramos os nossos."

Mas as operações estavam apenas começando para os americanos.

No dia 6 de março, ROMMEL contra-ataca o VIII Exército Britânico, na chamada LINHA MARETH (Fig. 2). Foi rechaçado.

No 2º Corpo Americano, a derrota de KASSERINA, como não podia deixar de ser, causou a substituição do General FREENDALL. No dia 7 de março de 1943, GEORGE S. PATTON assume o comando daquela GU e, desde logo, começa a incutir-lhe um real espírito militar.

Na noite de 16 para 17, o 2º Corpo ataca para reconquistar os DORSais ORIENTAIS ou melhor, a linha FONDOK—FAID—MAKNASSY—EL GUETAR, em condições de prosseguir para as planícies marítimas (Fig. 2).

A 20, MONTGOMERY ataca a LINHA MARETH. O cerco está quase concretizado.

A 7 de abril o 2º Corpo e o VIII Exército fazem junção na região de WADI AKARIT (Fig. 2).

Ia começar a batalha de aniquilamento. O início do revide de DUNQUERQUE.

Após uma série de delongas, ficou decidido que:

— o I Exército Britânico conquistaria TÚNIS e o CABO BON, devendo cooperar com o 2º Corpo norte-americano na conquista de BIZERTA.

— Ao 2º Corpo (agora ao comando de BRADLEY) caberia conquistar BIZERTA, com a cooperação do I Exército.

— O VIII Exército deveria conquistar ENFIDAVILLE (Fig. 2).

O I Exército faria a ação principal.

No dia 21 de abril, o VIII Exército iniciou as operações planejadas.

Conta-nos o General BRADLEY: — "as tropas de MONTGOMERY, experimentadas em luta no deserto, investiram pelas montanhas de ENFIDAVILLE, mas, encontrando um terreno estranho, fracassaram."

A 23 de abril, como estava previsto, foi desencadeada a ação principal: os ataques coordenados do I Exército e 2º Corpo. Sete dias

depois a ofensiva parara em tôdas as frentes, exceto na do 2º Corpo. O I Exército se esvaiia em ataques múltiplos e o VIII fôra detido.

ANDERSON tentou então retirar meios do 2º Corpo, mas o General BRADLEY negou-se a atendê-lo. Voltou-se então para o VIII Exército (depoimento do comandante do 2º Corpo), "que estava desperdiçando suas fôrças nas montanhas minadas de ENFIDAVILLE" e retirou-lhe algumas das suas divisões.

No dia 6 de maio, o I Exército, agora com o escalão de ataque mais potente, lançou-se novamente ao ataque. A 7 de maio, o 2º Corpo, ou mais precisamente, a 9ª DI, sem a cooperação inglesa, apossou-se de BIZERTA. Simultâneamente o I Exército britânico conquistava TUNIS.

A 12 de maio de 1943, rendiam-se na ÁFRICA os últimos redutos alemães, 48 horas depois da rendição incondicional do África KORPS. Ao contrário do que se poderia supor, entregaram-se 250.000 alemães.

Do relato de BRADLEY, depreende-se que MONTGOMERY fracassou na ação sobre ENFIDAVILLE e ANDERSON também fracassou porque dispersou os meios que possuía. Para obter êxito na ação principal foi necessário retirar meios do VIII, para beneficiar o I Exército. Já o 2º Corpo, atuando sob comando americano, não apenas cumpriu a missão que lhe fôra imposta, como superou-se ao fazê-lo sem a cooperação inglesa, como estava previsto.

Façamos agora um resumo de como "MONTY" relata os fatos:

— As missões atribuídas aos Exércitos: "no dia 10 de abril, escrevi a ALEXANDER uma carta em que lhe dizia ser necessária uma decisão no tocante a qual Exército faria o esforço capital, para a fase final da TUNÍSIA. Recomendei que o I Exército o fizesse"

..... minha tarefa era a de exercer pressão todo o tempo e fazer com que o inimigo pensasse que o ataque principal seria desfechado pelo VIII Exército. Fiz meus planos de acordo com isto e ataquei a posição de ENFIDAVILLE na noite de 19 para 20 de abril. Era difícil ir pelas montanhas próximas de TRACOUNA, mas progredi cerca de três milhas. Reagrupei minhas tropas e fiz planos para desfechar um outro ataque depois de uma semana."

— Acontecimentos na frente do I Exército: — "A tentativa inicial do I Exército de irromper em direção a TUNIS, porém, não teve sucesso. Deu-se no dia 23 de abril. Cinco Corpos atacaram . . . e cada Divisão com tôdas as Brigadas de Infantaria; foi mais uma caçada de perdizes do que u mataque e não havia esperança de sucesso

Disse-lhe (a ALEXANDER) que era essencial reagrupar os dois Exércitos, I e VIII, de tal modo que o ataque sobre TUNIS, pudesse ser feito com o máximo de fôrça, na área mais adequada.

Sugeri que enviaria ao I Exército a 7ª Divisão Motorizada, a Div Indiana, a 201ª Brigada de Guardas e alguma artilharia extra, junto

com um comandante de Corpo muito experimentado para dirigir o ataque;

HORROCKS passou para o I Exército e dirigiu o ataque do Corpo sobre TÚNIS no dia 6 de maio; o mesmo se fêz com grande ímpeto no ponto escolhido e abriu uma brecha através das defesas inimigas a W de TÚNIS. BÍZERTA e TÚNIS foram capturadas no dia 7 de maio e o inimigo viu-se impelido para a península do CABO BON.

A resistência organizada do inimigo terminou no dia 12 de maio tendo sido feitos cerca de 248.000 prisioneiros."

MONTGOMERY difere de BRADLEY e muitos pontos. Senão vejamos :

- O PLANO DE OPERAÇÕES fôra concebido por êle (MONTY) e o VIII Exército não foi detido. Parou para se reorganizar e prosseguiu.
- Concordam no que se refere ao I Exército; fragmentou os meios e por isto não obteve êxito.
- Mas foi dêle ("MONTY") a idéia de reforçar o I Exército e de fornecer-lhe um comandante de Corpo capaz de levá-lo à vitória.

Em síntese, tudo o que foi feito, o foi graças ao seu conselho. Com quem estará a verdade?

2 — A CONQUISTA DA SICÍLIA — "OPERAÇÃO HUSKI"

Expulsos os alemães da ÁFRICA, iam agora os aliados fazer-lhes o cerco na EUROPA. A SICÍLIA, no MEDITERRÂNEO, foi o lugar escolhido para inicio da grande emprêsa. Dois Exércitos realizariam a operação: o VII americano, ao comando do General GEORGE S. PATTON, e o VIII britânico, de tão gloriosas façanhas na ÁFRICA, sob as ordens do já legendário Sir BERNARD LAW MONTGOMERY. Os americanos já haviam recebido o "batismo de fogo" e os chefes militares começavam a conquistar justo renome, particularmente o discutido General PATTON.

O comando da operação estava entregue ao inglês HAROLD ALEXANDER.

No dia 10 de julho de 1943 o desembarque foi realizado: os ingleses desembarcaram na frente compreendida entre SIRACUSA e PACHINO (inclusive) e os americanos entre PACHINO (exclusive) e LICATA (inclusive). (Fig. 3).

Era uma operação anfíbia de grande vulto. O problema dos portos para a organização dos comboios não foi de fácil solução, par-

ticularmente para os britânicos. Os americanos se concentraram em ORAN, ALGER e BIZERTA e os ingleses em ALEXANDRIA, PÓRTO SAID, HAIFA e BEIRUTE.

Um outro aspecto a assinalar no desembarque era que a "operação não estava regulada". Fixava-se apenas a "cabeça-de-ponte" a estabelecer. Depois seria "conduta de combate".

Conquistados os aeroportos importantes da ilha: PONTE OLIVO, BISCARI e COMISO (Fig. 3), todos dentro dos perímetros da cabeça-de-ponte que lhe cabia estabelecer, o VII Exército progrediu para o N e atingiu a rodovia CALTAGIRONE-VIZZINI, que lhe tinha sido imposta como "linha de controle amarela".

Sucedeu então o episódio que contribuiu para procrastinar o término da campanha e possibilitar, consequentemente, a fuga das Divisões que guarneциam a Ilha: o VII Exército abandonou a direção de progressão NE e infletiu sobre PALERMO. A execução de tal medida implicou em retirar a 45^a DI americana da frente e trazê-la para área inicial de desembarque, de modo a permitir que elle se colocasse a W da 1^a DI, que progredia sobre PALERMO. A estrada CALCA-GIRONE-VIZZINI foi incluída na zona de ação do VIII britânico, que passando por ENNA devia flanquear o Monte ETNA (Fig. 3).

VEJAMOS como BRADLEY e MONTGOMERY apreciaram êste incidente. BRADLEY que já comandara o 2º Corpo americano no final da Campanha da TUNÍSIA, desembarcara na SICÍLIA ainda à frente desta GU.

Relata-nos MONTGOMERY: — "De fato não havia plano principal. Como resultado disso, as operações e as ações não foram ordenadas apropriadamente. Os Comandantes de Exércitos desenvolveram suas próprias idéias de como proceder e, então, disso "informaram" a mais alta autoridade. O VII Exército americano, uma vez em terra, teve permissão de seguir em direção a W, até PALERMO (o grifo é nosso). Dêsse modo, perdeu a oportunidade de dirigir sua principal linha de avanço em direção ao N..."

Os americanos porém não contam os fatos assim. BRADLEY nos relata um encontro que teve com PATTON, no PC em GELA, quando êste assim se expressou: — "Recebemos uma diretiva do Grupo-de-Exércitos, Brad. MONTY vai alcançar a estrada VIZZINI—CALTAGIRONE no seu avanço para flanquear CATANIA e Monte ETNA passando por ENNA. Isto significa que você tem de deslocar sua 45^a DI pelo W."

E continua o narrador: — "Algumas semanas depois, quando a Campanha da SICÍLIA terminou, PATTON visitou MONTGOMERY no PC dêste último. Enquanto conversavam, GEORGE queixou-se da injustiça de que fôra vítima por parte da diretiva do Grupo-de-Exér-

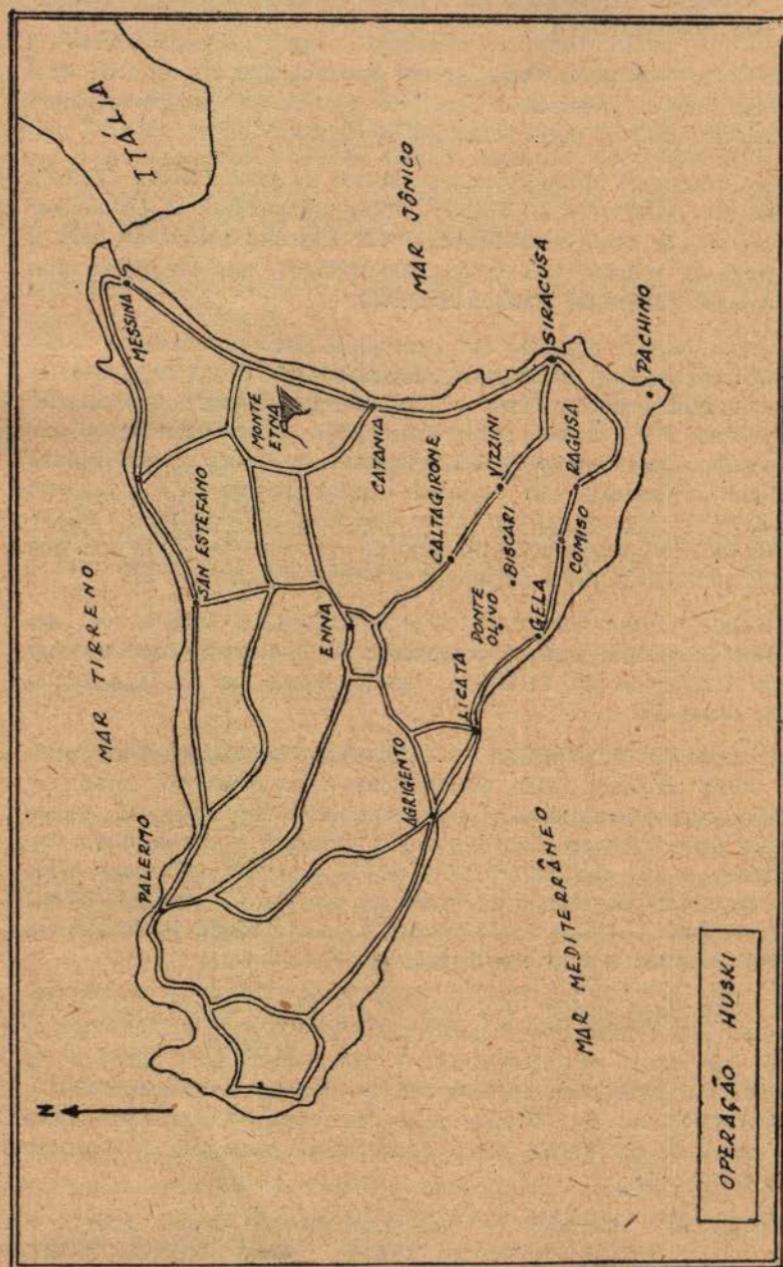


Fig 3 - Operações na Sicília

citos de ALEXANDER, com respeito à estrada VIZZINI—CALTAGIRONE. MONTY contemplou-o com um ar alegre e disse-lhe:

— GEORGE, deixe-me dar um conselho. Se você recebe do Grupo-de-Exércitos uma ordem que não lhe agrada, não dê crédito. É justamente isto que eu faço.

Em sua essência o comentário de MONTGOMERY refletia um ponto de vista generalizado nos comandos ingleses, ponto de vista esse difícil de ser compreendido por um chefe militar norte-americano. Diferente do Exército norte-americano, no qual uma ordem implica no seu imediato cumprimento, os ingleses interpretam a ordem como sendo passível de uma discussão entre os chefes e, se resulta numa divergência de opiniões, esta mesma ordem é alterada podendo até ser modificada..."

A 20 de julho, ALEXANDER modificando decisão anterior determinou que o VII Exército marchasse também sobre MESSINA.

A 17 de agosto de 1943, a localidade foi conquistada, encerrando a campanha. Os resultados obtidos, porém, não foram compensadores como seria de desejar.

3 — A CAMPANHA DA EUROPA: "OPERAÇÃO OVERLORD"

O dia 6 de junho de 1944 (Dia D) foi palco da maior operação anfíbia, que se tem memória até hoje.

Naquela data, após cinco anos de desilusões, derrotas, esperanças e vitórias, os aliados voltaram à FRANÇA. O 21º Grupo-de-Exércitos ao comando do General BERNARD LAW MONTGOMERY desembocava nas praias da NORMANDIA, numa frente que começava na foz do Rio ORNE (Fig. 4) a Leste e terminava a Oeste na península de CONTENTIN, na região que conduzia a STE MÈRE-ÉGLISE.

Elementos de quatro divisões americanas (a 1^a, a 29^a, a 4^a e a 9^a) e de três do REINO UNIDO (a 50^a Ing, a 3^a Cnd e a 3^a Ing), desembarcaram em primeiro escalão. Simultaneamente saltaram três Grandes Unidades aeroterrestres: a 6^a Ing e as 82^a e 101^a norte-americanas.

O objetivo desta operação — Operação OVERLORD — era assim definido: "... conquistar e manter uma cabeça-de-praia no Continente, capaz de permitir o lançamento de futuras operações. Essa área deve conter facilidades portuárias suficientes para abrigar um efetivo de vinte a trinta divisões..."

A 13 de junho, isto é, do dia D + 7, o perímetro da cabeça-de-praia estabelecida era o seguinte (Fig. 4): Rio ORNE, CAEN (exclusive), TILLY-SUR-SEULLES (exclusive), CAUMONT, ST LO (exclusive), ISIG-

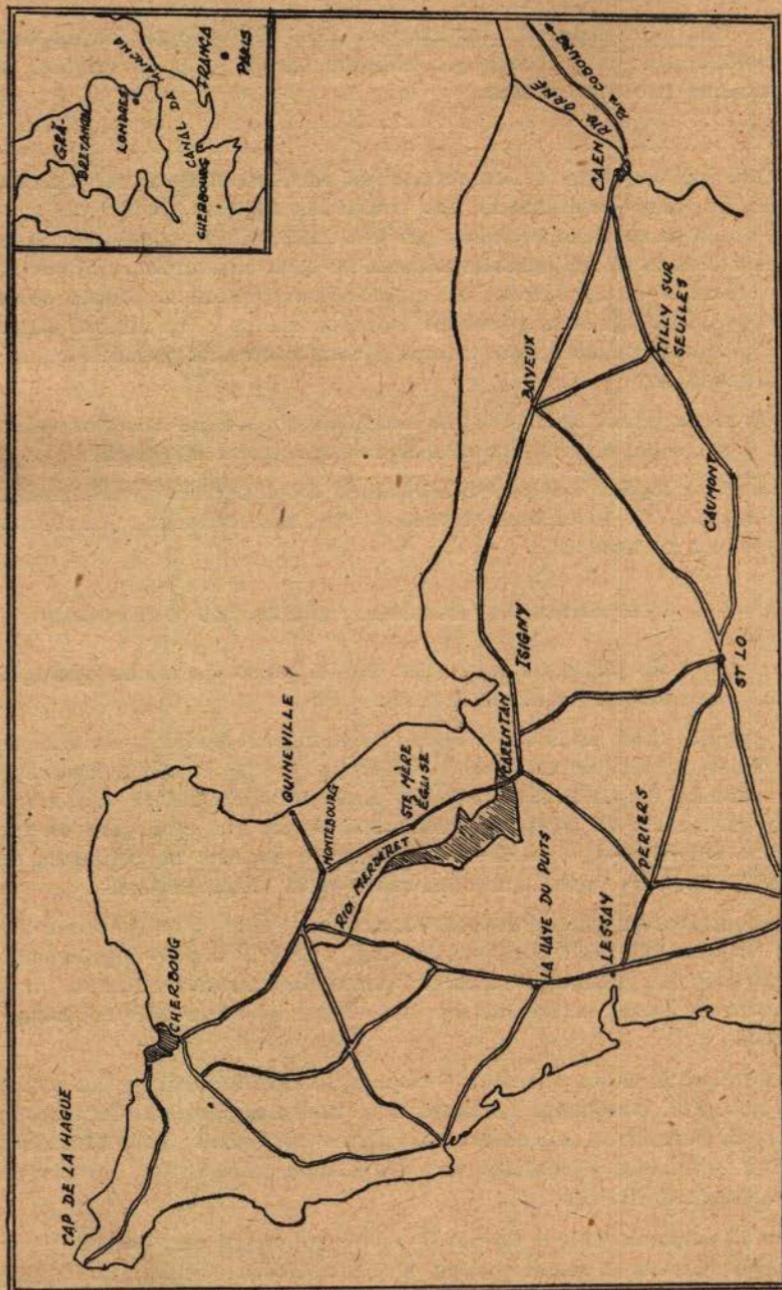


Fig 4 - OPERAÇÃO OVERLORD

NY, CARENTAN, Rio MERDERET, LE HOM, MONTEBOURG (exclusivo), estrada MONTEBOURG-QUINEVILLE.

A 15 de junho o dispositivo compreendia dois Exércitos: o II Exército britânico (30º e 1º C Ex) e o I Exército americano (5º, 19º e 7º C Ex). A 17 de junho a PENÍNSULA DE CONTENTIN estava cortada no sentido W-E e atingido o litoral a NW de LA HAYE DU PUITS. Quarenta e oito horas depois o 7º Corpo mudava a direção de atuação para direção SUL—NORTE. Isto implicou em tornar operacional mais um Corpo, que fazia a cobertura da retaguarda do 7º, enquanto este atuava sobre CHERBOURG. Na noite de 26 de junho (D + 20), CAP DE LA HAGUE e CHERBOURG eram capturados pelo 7º Corpo.

No setor inglês, o perímetro da cabeça-de-praia permanecia inalterado.

Os Corpos-de-Exército se desdobravam de Este para Oeste na seguinte ordem: 1º e 30º C Ex (britânicos), 5º, 19º, 7º e 8º C Ex (norte-americanos).

Vencida a batalha da PENÍNSULA DE CONTENTIN, procurar-se-ia agora criar condições para iniciar a chamada Batalha da BRETAGNE, que vitoriosa asseguraria aos aliados os portos de ST NAZARE, LO-RIENT e BREST (Fig. 5).

Sobre este signo, iniciou-se o mês de julho de 1944. Mas também iniciar-se-iam os desentendimentos e as querelas, que até hoje, de quando em vez, empanam o brilho das armas aliadas.

Vejamos: em meados de julho, aproximadamente um mês após o desembarque, enquanto as forças norte-americanas após consolidar a cabeça-de-praia, haviam limpado a PENÍNSULA DE CONTENTIN, os ingleses permaneciam aparentemente confinados na cabeça-de-praia. Isto obedecia evidentemente a um planejamento que buscava iludir os alemães a respeito de onde seria o esforço e assim proporcionar ao I Exército americano as facilidades necessárias à realização do esforço principal.

Topográficamente as praias inglesas de desembarque eram altamente indicadas para tal desiderato, já que a MURALHA DO ATLÂNTICO fôra montada com os olhos voltados para o PASSO DE CALAIS. Assim, após o desembarque, quando as reservas alemães acorriam para a frente de combate, CAEN, centro rodo-ferroviário na frente britânica, como se um imã fôsse, atraía estas reservas, máxime porque, os alemães durante muito tempo não precisavam onde estava sendo feito o esforço aliado, MONTGOMERY teve principalmente o mérito de fixar grandes efetivos blindados.

- Tais fatos não poderiam evidentemente ser revelados aos correspondentes de guerra e ficaram, portanto, desconhecidos da opinião pública. Esta, por sua vez, particularmente a britânica, sequiosa por uma "forra", exasperava-se de ver o seu herói preferido, impotente diante da resistência alemã.

E começaram as críticas ferinas. Até que ponto os Altos Chefes aliados se prestaram de joguete a estas críticas?

A 13 de julho de 1945, o General EISENHOWER declarava em um relatório :

"Não obstante a leste, fomos incapazes de avançar até o SENA (o grifo é nosso) e a concentração da maior força do inimigo no setor de CAEN impediu-nos de assenhoearmo-nos do terreno daquela área de que tanto necessitávamos."

Até que ponto estava este relatório sendo imparcial quando declarava: "fomos incapazes"

O General MONTGOMERY em suas Memórias, por repetidas vezes se refere ao assunto, denotando um certo amargor :

"EISENHOWER aprovou nosso plano reformado para a OVERLORD..."

E em outro trecho :

"De maneira a fazer com que o leitor possa compreender totalmente o que mais tarde aconteceu na NORMANDIA, quero particularmente chamar atenção ao arcabouço fundamental do plano para o desenvolvimento das operações, uma vez que estivéssemos desembarcados e firmemente estabelecidos, pois que foi a incerteza sobre esse ponto que levaria mais tarde a encrèncias.

Nossa intenção era assaltar, simultaneamente, praias na costa normanda, imediatamente ao Norte do estuário do CARENTAN e entre esse e o Rio ORNE, com o objetivo de assegurar como base para futuras operações, uma área de alojamento, que deveria incluir aeroportos e o pôrto de CHERBOURG. O flanco esquerdo ou de leste da área de alojamento teria de incluir o caminho central de CAEN..."

... É importante compreender que uma vez que tivéssemos ficado pé firmemente na NORMANDIA, meu plano consistia em ameaçar de romper pelo flanco esquerdo, isto é, no setor de CAEN. Prosseguindo sem descanso na consecução de tal ameaça, tinha a intenção de atrair as principais reservas inimigas, principalmente suas divisões motorizadas, para aquêle setor e lá mantê-las..."

E ainda mais adiante: — "Foi deixada uma impressão que os britânicos e canadenses tinham falhado a leste (no setor CAEN) e que, por essa causa os americanos tiveram que tomar a si a tarefa de avançar por oeste. Esta reflexão sobre DEMPSEY e o Segundo Exército é uma indicação evidente de que EISENHOWER deixou de compreender o plano básico com o qual ele próprio alegremente concordara."

E o General BRADLEY, cuja opinião nos parece insuspeita? É ele que nos conta :

"Enquanto MONTGOMERY manter-se-ia no "pivot" em CAEN, toda a linha aliada efetuaria uma conversão em direção a leste". E pros-

segue: "EISENHOWER, MONTGOMERY e eu concordamos com o plano sem qualquer restrição, pois conseguia atingir, como nenhum outro, nossos dois objetivos iniciais na batalha da FRANÇA."

E ao relatar os pródromos da OPERAÇÃO COBRA:

"Pois a tarefa capital de MONTY era atrair o alemão para a frente inglesa, a fim de facilitar-nos a ocupação de CHERBOURG e a conquista de uma linha de partida para a "ruptura"."

Nesta missão diversionária MONTY foi mais feliz, pois quanto mais pressionava sobre CAEN, mais tropa atraía para o seu setor."

E concluindo melancolicamente: "A intensa rivalidade que posteriormente estremeceu as relações entre os comandos ingleses e norte-americanos, pode-se assegurar que teve suas raízes psicológicas naquela missão passiva confiada aos britânicos na cabeça-de-praia."

4 — OPERAÇÃO COBRA

A 25 de julho, a linha de contato estabelecida era: (Fig. 4) LES-SAY-PERIERS-ST LO-CAUMONT-CAEN-COBOURG, tudo inclusive para os aliados. Iniciou-se então a OPERAÇÃO COBRA (NASA), com a qual se buscava uma ruptura no dispositivo defensivo alemão na NORMANDIA. Ao 7º C Ex americano na frente de ST LO, cabia a ação principal. Eram quatro Divisões de Infantaria, a 1ª, a 9ª, a 30ª e a 4ª e duas Divisões Blindadas, a 2ª e a 3ª, atuando numa frente de 4 km. A 31 de julho, a conquista de AVRANCHES materializou a ruptura.

A 1º de agosto de 1944, entrou em cena, irrompendo através do 8º Corpo, o III Exército do General PATTON, que ocupará até o fim da guerra, as manchetes dos jornais. É criado então o 12º Grupo-de-Exércitos, cujo comando é entregue ao General BRADLEY, permanecendo porém MONTY como comandante das Fôrças Terrestres do Teatro de Operações (FTTO).

Infletem então os americanos sobre a BRETAGNE, procurando assegurar os portos capazes de permitir o fluxo de suprimento indispensável às operações. A 7 de agosto, BREST (Fig. 5) estava sitiada. Nesta data, o VII Exército alemão desencadeia o contra-ataque MORTAIN-AVRANCHES (Fig. 5), procurando tamponar a brecha, o que conseguido implicaria em isolar doze divisões americanas que já se encontravam na BRETAGNE. Felizmente a operação fracassou e o VII Exército alemão ficou praticamente destruído.

A 15 de agosto, contrariando o ponto de vista inglês, os aliados realizaram outra operação de desembarque, não nos BALCAS, como desejava o Senhor CHURCHILL, mas a SW de CANNES, na região de MARSELHA-TOULON. Criava-se assim o 6º Grupo-de-Exércitos, ao comando do General norte-americano JACOB L. DEVERS.

○ A 21 de agosto, a linha do Rio SENA é atingida. A 25 de agosto PARIS é libertada. A 31 de agosto, o General EISENHOWER, cumulativamente com a chefia do SHAEF (*), assume o comando das FTTO.

No início de setembro, o dispositivo era: 21º Grupo, ao comando do Marechal MONTGOMERY, enquadrando o I Ex Cnd e o II Ex Br; 12º Grupo, ao comando do General BRADLEY, enquadrando os I, III e IX Exércitos americanos; o 6º Grupo, ao comando do general DEVERS, enquadrando o I Exército francês e o VII Exército norte-americano.

— O Comando das Forças Terrestres

A nomeação do General EISENHOWER, a 31 de agosto, para comandante das FTTO, cumulativamente com a chefia do SHAEF, originou uma polêmica que se arrasta até os nossos dias, polêmica que procrastinou o fim da guerra, aumentando assim o número de vidas imoladas.

Em suas Memórias, o Marechal MONTGOMERY inclui um capítulo intitulado: "O fim da guerra na Europa. O problema do Comando". E assim começa este capítulo: "Deve estar evidente para o leitor que, a partir de 1º de setembro de 1944, não estive satisfeito no tocante à organização para comando ou controle das Operações."

Desde que se delineou o término da chamada "campanha da Normandia" que, como não podia deixar de ser, os aliados iniciaram o planejamento da atuação a partir do SENA. Daí em diante, é exaustiva na correspondência do General inglês, até então no comando das FTTO, a alusão de que semelhante comando seria tarefa para um homem que a exercesse dentro da Zona de Combate e o fizesse de maneira exclusiva, isto é, sem ter que atender a considerações de outra natureza, além das de natureza militar.

Relata-nos MONTY a conferência que teve com IKE no dia 23 de agosto de 1944. Vários assuntos atinentes ao prosseguimento das operações foram discutidos, a sós, pelos dois chefes militares. E mais uma vez vamos transcrever o militar inglês, para não correr o risco de deformar-lhe o pensamento:

"Também lhe disse que como Comandante supremo, não deveria imiscuir-se na batalha terrestre e tornar-se um comandante-chefe em terra. O Comandante supremo deveria colocar-se numa situação bem superior, a fim de ter uma visão destacada de todo o intrincado problema — que envolve terra, mar, ar, controle civil, problemas políticos etc. Alguém deveria tomar conta, por ele, da batalha terrestre. Tínhamos obtido uma grande vitória na Normandia *por causa* do controle unificado em terra e não *apesar* dele. Disse que tal ponto era tão importante que, se a opinião pública americana nêle se envolvesse, ele poderia deixar que BRADLEY controlasse a batalha: serviria sob

(*) (Inpreme Headquarters of American Expeditionaire Force)

a Linha aliada elaboraria uma conversão em direção a este

suas ordens com satisfação. A sugestão teve como resultado uma pronta repulsa de sua parte quanto à intenção de fazer algo nesse sentido."

A 16 de dezembro dêste mesmo ano o Exército alemão desencadeia o contra-ataque das ARDENAS, a que mais tarde nos referiremos; no dia 20, o General MONTGOMERY assume o comando das fôrças ao norte da penetração, o que quis dizer: assumiu o comando dos I e IX Exércitos norte-americanos.

A 16 de janeiro a batalha estava terminada e o Exército alemão ferido mortalmente.

A 7 dêste mês (janeiro), MONTGOMERY reuniu os correspondentes de guerra em entrevista coletiva. Esta entrevista, que no dizer do entrevistado tinha a finalidade de exaltar e aprimorar a cooperação dos aliados, deu lugar às mais diversas interpretações e causou o mais profundo ressentimento no comando do 12º Grupo-de-Exércitos norte-americano.

O assunto ainda mereceu de MONTY, outro capítulo em suas Memórias: "Alguns pensamentos sobre o alto-comando em guerra". E nêle mais uma vez se refere de maneira crítica ao comando das operações na EUROPA, após a BATALHA DA NORMANDIA: "Na campanha do Noroeste da EUROPA, a organização trabalhou bem no princípio e com isto vencemos uma das maiores batalhas dos tempos modernos — a da NORMANDIA. A seguir tudo se alterou e desapareceu o comando brando e eficiente, como já vimos."

Vejamos agora como o General BRADLEY se refere a êstes fatos. Quando narra a assunção do comando das FITTO por IKE, expande as seguintes considerações: "Apesar de tudo, a notícia causou instantâneamente um alvorôço na Inglaterra, onde o nivelamento de comando com o 21º Grupo-de-Exércitos de MONTY era considerado por alguns uma afronta deliberada ao herói inglês da guerra. Desconhecendo o acôrdo já firmado inicialmente no planejamento da OVERLORD, acerca do nivelamento anglo-americano no comando dos Grupos-de-Exércitos, a imprensa britânica afirmou que MONTGOMERY fôra enganado..." e mais adiante, no mesmo texto: "... Por mais que nos mantivéssemos alheios à celeuma provocada pela imprensa inglesa, intrigava-me a razão por que MONTY não sufocou o caso. Teria sido fácil esclarecer aos jornalistas ingleses, mediante uma explicação oficial sobre a questão do comando terrestre. Ao risco de ser injusto para com MONTY, só podia concluir que ele não desejava fazer tal coisa..."

E ainda no mesmo capítulo: "Durante a campanha do inverno EISENHOWER ficou admirado ao saber que MONTGOMERY aspirava o comando geral das fôrças terrestres aliadas. Ao mesmo tempo, MONTY não desejava abandonar o comando do seu Grupo-de-Exércitos, ainda que assumisse a chefia dos Exércitos do SHAEF. Queria conservar o 21º Grupo-de-Exército e exercer cumulativamente a função de comandante-chefe das fôrças de terra."

— O ataque à fortaleza germânica

Tratava-se agora de avançar sobre a ALEMANHA, no dispositivo mais conveniente. Dois foram propostos, um pelos ingleses e outro pelos americanos e finalmente adotado um terceiro determinado pelo comandante das FTTO. Em torno desta divergência surgiu uma constelação de acusações e desacertos. Dentre êstes, avultam os incidentes relativos à Operação MARKET GARDEN, a conquista do Pôrto de ANTUÉRIA, o contra-ataque das ARDENAS e a ocupação de BERLIM.

A 20 de agosto, antes mesmo da queda de PARIS, EISENHOWER deu as primeiras determinações para o prosseguimento em direção a leste.

Para o comandante do 21º Grupo-de-Exércitos, o dispositivo deveria compreender três Exércitos atuando em frente estreita, junto ao litoral e na direção do RUHR e de BERLIM (Fig. 5).

Não se conformando o general inglês, com as determinações de EISENHOWER, provocou o encontro de 23 de agosto, a que já nos referimos.

Vamos voltar ainda a este encontro, valendo-nos do testemunho de MONTGOMERY: — “Disse-lhe que, se ele adotasse a estratégia de uma ampla frente, com toda a linha em avanço e com todos combatendo todo o tempo, o avanço se enfraqueceria inevitavelmente e os alemães teriam tempo para recuperar-se. A guerra continuaria por todo o inverno e avançaria pelo ano de 1945.”

E, diz o narrador, como o militar norte-americano argumentasse que o plano proposto feriria a opinião pública nos ESTADOS UNIDOS, redarguiu-lhe então:

— “Como é que a opinião pública nos poderia fazer tomar decisões militares que eram de todo impróprias”;

No dia 4 de setembro, o comandante do 21º Grupo voltou ao assunto numa mensagem, dizendo entre outras coisas:

— “Não temos recursos de manutenção suficientes para dois avanços decisivos”;

— “O ataque escolhido deve ter todos os recursos de manutenção à sua disposição, sem quaisquer qualificações.”

— “Há somente dois avanços possíveis: um via RUHR e outro, via METZ e SARRE.”

E como o comandante das FTTO não cedesse e as bombas V-2 começassem a atingir LONDRES, o memorialista continuou:

“Quanto mais considerava o que estávamos para fazer, mais certo ficava de que isto estava errado. A economia e as forças humanas da Grã-Bretanha pediam a vitória em 1944, não mais tarde. Também

a guerra estava pesando duramente sobre a massa do povo britânico; deveria ser terminada rapidamente. Nossa "dever" era diferente do dever americano: uma diferença na urgência, tanto quanto doutrinária. Os generais americanos não compreendiam isto: a guerra jamais fôra levada até o seu torrão natal. Por que deveríamos atirar tudo fora, devido à opinião pública americana e as próximas eleições americanas?..."

E ainda "para adotar meu plano, êle deveria parar o homem com a bola: PATTON e o seu Terceiro Exército". E arremata: "Nós não avançamos até o RENO numa frente ampla; avançamos até o RENO em diversas frentes que estavam sem coordenação".

E qual foi a proposta norte-americana? Para o General BRADLEY, o esforço devia ser feito pelo 12º Grupo-de-Exércitos atuando na direção de FRANKFURT (Fig. 5), para cortar a ALEMANHA em duas partes, podendo, caso recebesse a missão, apossar-se de BERLIM.

É BRADLEY quem diz: "a principal vantagem do plano norte-americano, com o seu centro de gravidade sobre FRANKFURT, consistia na penetração direta ao coração da ALEMANHA, através da zona indefesa que se estendia adiante do III Exército."

Ao comentar o plano inglês, o general americano reconhece, porém, que êle apresentava três aspectos significativos:

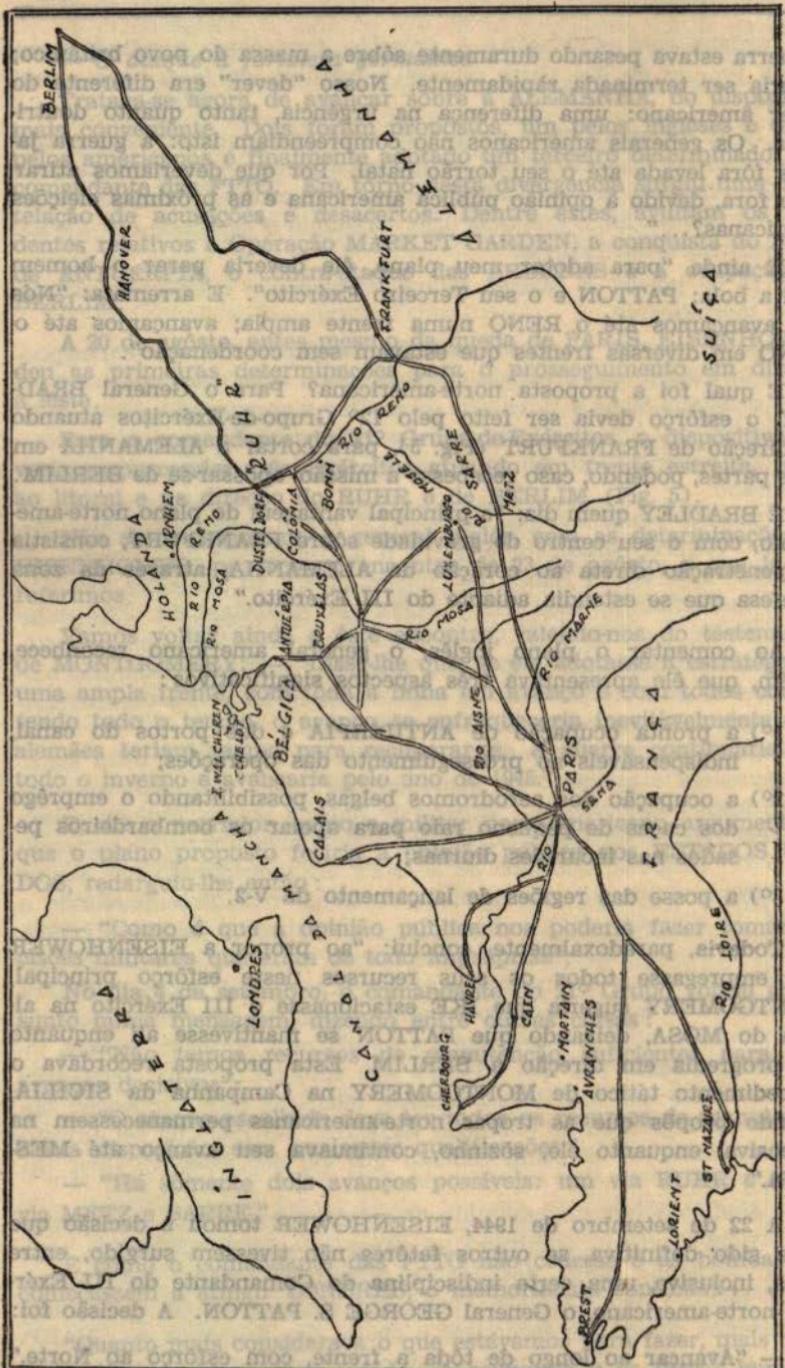
- 1º) a pronta ocupação de ANTUÉRIA e dos portos do canal, indispensáveis ao prosseguimento das operações;
- 2º) a ocupação dos aeródromos belgas, possibilitando o emprego dos caças de pequeno raio para apoiar os bombardeiros pesados nas incursões diurnas;
- 3º) a posse das regiões de lançamento da V-2.

Todavia, paradoxalmente, conclui: "ao propor a EISENHOWER que empregasse todos os seus recursos neste esforço principal, MONTGOMERY sugeriu que IKE estacionasse o III Exército na altura do MOSA, deixando que PATTON se mantivesse ali enquanto êle progredia em direção a BERLIM. Esta proposta recordava o procedimento tático de MONTGOMERY na Campanha da SICÍLIA, quando propôs que as tropas norte-americanas permanecessem na defensiva, enquanto êle, sózinho, continuava seu avanço até MESINA."

A 22 de setembro de 1944, EISENHOWER tomou a decisão que teria sido definitiva, se outros fatôres não tivessem surgido, entre êstes, inclusive, uma certa indisciplina do Comandante do III Exército norte-americano, o General GEORGE S. PATTON. A decisão foi:

- "Avançar ao longo de toda a frente, com esforço ao Norte."
- ANTUÉRIA

Fig 5-0 ataque à fortaleza germânica



da Grã-Bretanha pediam a vitória em 1941, não haviam nenhuma

A medida que os exércitos aliados se adiantavam pela EUROPA, os problemas logísticos se agravavam, tornando custoso assegurar o fluxo de suprimento necessário a um número cada vez mais crescente de unidades de tropa e de serviços e ainda capaz de socorrer a população civil, com seus celeiros praticamente vazios. Por isto, os portos cresciam de importância.

Embora desde a primeira quinzena de agosto, a PENÍNSULA DA BRETAGNE estivesse praticamente dominada, as guarnições dos portos ofereciam tenaz resistência. BREST rendeu-se a 22 de setembro, praticamente um mês após a rendição de PARIS, ao passo que LORIENT e ST NAZARE resistiram até o fim da guerra. O oleoduto construído sob a MANCHA obviou o problema, mas não o resolveu. Urgia portanto a conquista dos portos dos países baixos. Daí a crescente importância da Região de ANTWERPEN.

A 22 de setembro de 1944, EISENHOWER realiza uma reunião no QG de VERSALHES. Nesta reunião deveria ficar assentada em "pedra e cal", a maneira de prosseguir para leste do RENO. A esta reunião de EM, como já de costume, MONTY não compareceu, alegando que não poderia se afastar da frente.

Relatando esta reunião, entre outros aspectos, o General BRADLEY faz constar em suas Memórias: "IKE salientara a necessidade de um pôrto de maior calado nos seguintes termos — um indispensável requisito prévio para a investida final através da ALEMANHA. A despeito destas apreensões, ENSENHWER não ordenou a MONTY que limpasse o SCHELDT antes de empreender qualquer ofensiva de maior envergadura."

Esta não é porém a única referência do general americano ao assunto em suas Memórias. Ao comentar as medidas postas em prática por RUNDSTEDT ao reassumir o comando da frente ocidental, entre as quais avultavam as que impedissem a utilização do PÔRTO DE ANTWERPEN, que embora já em poder dos aliados, não tinha condições de utilização, assim se expressa: "MONTY se deteve para examinar esta posição em outubro (Ilha WALCHEREN) e concluiu que sua missão ultrapassava os meios. Para evitar um demasiado alongamento de sua frente, concordou em abandonar indefinidamente sua ofensiva sobre o RUHR, até que limpasse primeiro o SCHELDT e conquistasse o PÔRTO DE ANTWERPEN."

E prossegue com uma coerência algo discutível: "Se MONTY tivesse limpado imediatamente o SCHELDT (o imediatamente ai se refere possivelmente ao dia 22 de setembro, data da reunião de VERSALHES — nota do comentarista) em lugar de querer em vão chegar a BERLIM, poderíamos agora descarregar suprimento naquele pôrto belga. Dera-se o contrário; o comandante inglês gastara um mês e agora tínhamos de esperar mais outro, até que o primeiro comboio pudesse passar..."

"... Apenas a 26 de novembro aquela passagem vital para os navios aliados estaria aberta." E concluiu com melancolia: "Na verdade, de tudo o que poderia ter ocorrido na campanha européia, nada foi mais torturante do que o fracasso de MONTY em ANTUÉRIA."

E como MONTGOMERY analisa êstes mesmos fatos? Vejamos:

A nove de outubro, conta o general inglês, recebi uma mensagem de EISENHOWER, que dizia:

"— A menos que tenhamos ANTUÉRIA a produzir por volta dos meados de novembro, tôdas as operações chegarão a ser paralisadas.

Devo salientar que de tôdas as nossas operações em todo o nosso front, da SUIÇA ao canal, considero ANTUÉRIA de primeira importância."

E acrescenta: "Tratava-se de fundamental mudança em relação à mensagem do dia anterior, na qual a primeira missão a ambos os Grupos-de-Exércitos tinha sido dada como "alcançar a linha do RENO, ao norte de BONN, o mais cêdo quanto humanamente possível."

Mais adiante afirma porém: "Em 3 de novembro, informei EISENHOWER."

"Devo relatar-lhe que as vizinhanças de ANTUÉRIA e o estuário do ESCALDA estão agora completamente livres da interferência inimiga... O emprêgo pleno e livre do PORTO DE ANTUÉRIA é agora um assunto naval."

E em outro trecho: "Alguns têm argumentado que eu ignorava as ordens de EISENHOWER para dar prioridade à abertura do PORTO DE ANTUÉRIA e que não deveria ter tentado a Operação ARNHEM até que aquilo fosse feito. Não é verdade. Não houve tais ordens a respeito de ANTUÉRIA e EISENHOWER tinha concordado a respeito de ARNHEM. De fato, até oito de outubro de 1944, inclusive, minhas ordens eram alcançar a linha do RENO, "tão rapidamente quanto humanamente possível". Em nove de outubro, foi dada prioridade a ANTUÉRIA pela primeira vez."

E num comentário, como se quisesse de vez por tôdas encerrar o assunto: "O meio mais rápido para terminar a guerra com a ALEMANHA não era sómente o ter livre o uso de ANTUÉRIA, como alguns tinham alegado. Era a ação rápida no mês de agosto, empregando o sucesso conseguido na NORMANDIA como uma catapulta para um golpe rijo, que acabaria com os alemães e, ao mesmo tempo, nos daria os portos de que precisávamos no flanco norte."

— A OPERAÇÃO MARKET-GARDEN

No início de setembro de 1944, MONTGOMERY concebeu uma das manobras mais audaciosas, ou talvez mesmo a mais audaciosa

manobra da chamada II Guerra Mundial. Tentar-se-ia desbordar a Linha SIEGFRIED envolvendo verticalmente o MOSA, o RENO e uma série de canais que se apresentavam transversalmente à direção geral do movimento. (Fig. 6). A 101^a Divisão Pára-quedista americana estabeleceria a cabeça-de-ponte ao norte de EINDHOVEN; ao norte do MOSA, a 82^a Divisão Pára-quedista apossar-se-ia de NIJMEGEN e finalmente ao norte do RENO a 1^a Divisão Pára-quedista britânica faria o mesmo em ARNHEM. Caberia à Divisão Blindada de Guarda, fazer a junção entre as três cabeças-de-ponte. A 17 de setembro o ataque foi desencadeado e a vinte a Divisão Blindada atingira NIJMEGEN. Daí em diante não mais conseguiu prosseguir. No dia 25 de setembro, eram acolhidos 2.500 remanescentes da Divisão Pára-quedista britânica. Era o que restava de 9.000 homens que haviam saltado no dia dezessete.

Analisando esta operação, bela em múltiplos sentidos — audácia de concepção e execução, aliadas a um estoicismo sem par — assim se expressaram os dois comandantes de Grupos-de-Exércitos. Conta-nos OMAR BRADLEY:

"Tivesse o religioso e abstêmio MONTGOMERY entrado no SHAEF cambaleando de uma ressaca, o meu espanto não teria sido maior do que me produziu a ousada aventura proposta." E prossegue: "Tão logo tive notícia do plano de MONTY, telefonei a IKE e exaustivamente apresentei-lhe minhas objeções. Ao abandonar a ofensiva conjunta que projetáramos, os ingleses iam afastar-se na tangente deixando-nos toda a sobrecarga."

"Levado pela apreensão de que IKE cedesse aos constantes pedidos de tropa que MONTY lhe fazia, mantinha-me firme no propósito de que as tropas norte-americanas fôssem mantidas subordinadas aos comandos nossos.

Minha oposição à operação de ARNHEM, entretanto, não era exclusivamente motivada pela direção divergente do esforço britânico. Temia também que MONTY, na ânsia de desbordar o flanco de MODEL, pudesse ter subestimado as possibilidades alemãs no baixo RENO."

Mais adiante: "Posteriormente, MONTY atribuiu o fracasso de ARNHEM ao mau tempo; e, certamente, cabia ao mau tempo parte da culpa."

MONTGOMERY, que planejara e executara a operação, assim se expressa:

"Em nossa movimentação no flanco norte, a fim de apoderarmo-nos do RUHR, de acordo com as ordens de EISENHOWER, deparamos com dois grandes obstáculos fluviais — o MEUSE e o RENO. Qualquer que fosse a rota que tomássemos haveria obstáculos adicionais em forma de grandes canais.

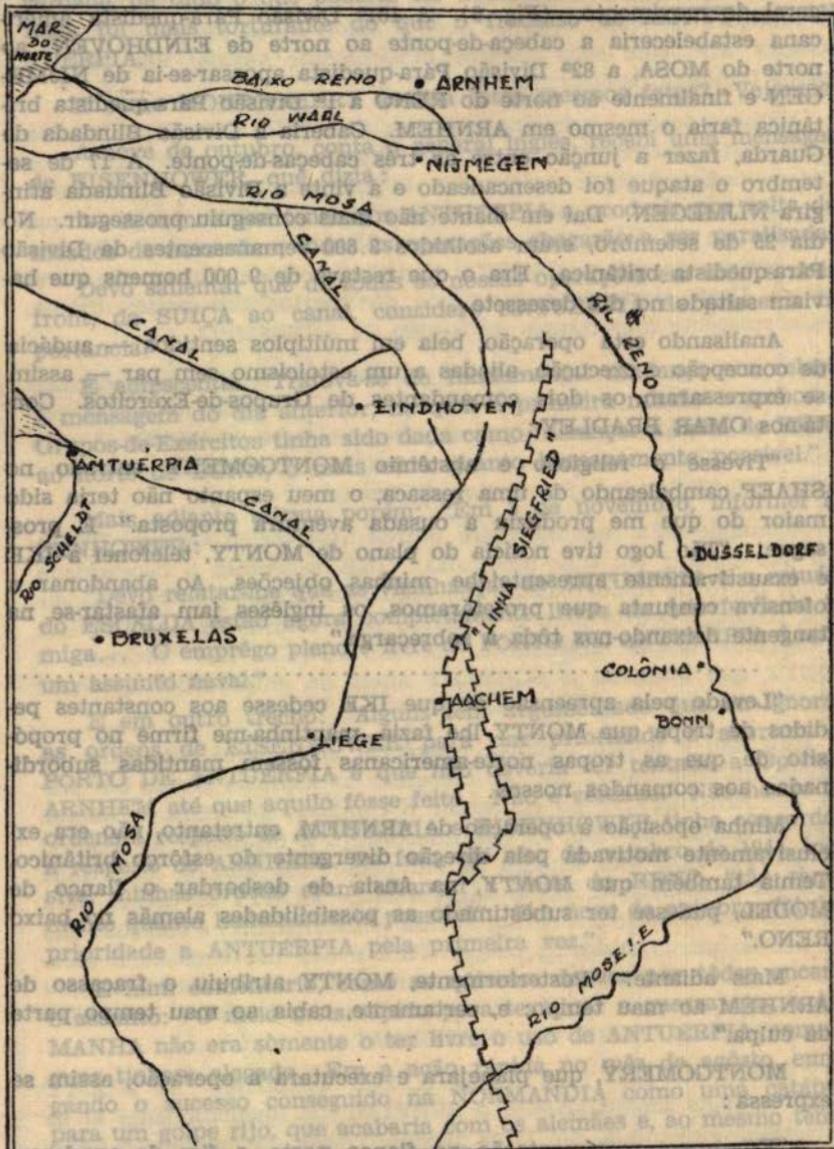


Fig. 6 - Operação MARKET-GARDEN

Meu plano consistia em avançar duramente para o RENO através de todos êsses obstáculos e capturar uma cabeça-de-ponte além do RENO, antes que o inimigo pudesse reorganizar-se suficientemente a fim de deter-nos."

E descrevendo a reação do comandante do 12º Grupo-de-Exércitos diante do Plano :

"... na ocasião em que ouviu falar dêle, tentou conseguir cancelá-lo, de medo que se abrissem possibilidades no flanco norte e de que eu pudesse, então, pedir que fossem colocadas tropas americanas sob meu comando"...

E ao apresentar as razões pelas quais ele achava que não conseguira completo sucesso, relaciona :

- o fato de não haver o Quartel-General Supremo dado à operação a importância a qual ela realmente fazia jus.
- o êrro de lançamento da tropa em ARNHEM, que não pudera assim, de pronto, apossar-se de determinados acidentes capitais.
- as condições meteorológicas impedindo o apoio eficaz às divisões pára-quedistas.
- o êrro de avaliação da capacidade combativa do 2º Corpo Panzer alemão (considerado sem capacidade combativa).

E conclusivo :

"... se a operação tivesse sido adequadamente apoiada desde seu princípio e houvessem sido concedidas aeronaves, fôrças de terra e recursos administrativos necessários, a tarefa teria tido bom resultado, a despeito de meus erros ou do tempo adverso ou da presença do 2º Corpo Panzer na região de ARNHEM".

Não nos podemos aqui furtar, embora extravase os limites dêste desprestencioso trabalho, de transcrever uma apreciação do General BRADLEY. Mais do que um elogio ao soldado britânico é uma análise muito agradável ao nosso coração de soldado, do dever bem cumprido, qualquer que seja o resultado alcançado :

"Na adversidade há uma qualidade que revela tudo que existe de mais nobre no valor inglês, eis porque uma legenda heróica e relembrada ainda muito tempo depois de esquecida a derrota."

A CONTRA-OFENSIVA DAS ARDENAS

Em dezembro de 1944, as fôrças aliadas se estendiam na EUROPA, numa frente de 800 km (Fig. 7), da SUÍÇA ao MAR DO NORTE. O contato estava estabelecido ao longo da fronteira alemã, materializado pela linha SIEGFRIED, prolongada pelo Rio WAAL.

O sul do dispositivo estava entregue ao 6º Grupo-de-Exércitos, composto pelo I Exército francês e VII Exército norte-americano. O 6º Grupo ligava-se ao 12º Grupo ao sul de SAAR-BRUCKEN.

O 12º Grupo enquadra do sul para o norte, o III Exército de PATTON, o I Exército de HODGES e o IX Exército de SIMPSON.

O III Exército que fazia a ligação com o 6º Grupo se estendia até a fronteira do LUXEMBURGO, numa extensão de 160 km. Enquadra dois Corpos, num total de 10 Divisões.

O I Exército tinha uma responsabilidade de 184 km de frente, mas as quatorze divisões que enquadra estavam desequilibradamente distribuídas pelos Corpos. Ao sul do dispositivo do I Exército, estava o 8º Corpo, a quem estava entregue a responsabilidade de uma frente de 120 km, considerada passiva: ARDENAS.

O 8º Corpo enquadra do sul para o norte, a 4ª DI, a 9ª DB, a 28ª e a 106ª DI.

Ao norte do 8º Corpo estava o 5º Corpo e ao norte deste, o 7º Corpo. Eram dez divisões numa frente de 60 km, do LUXEMBURGO a AACHEN.

O IX Exército guarnecia 30 km de frente, com sete divisões.

Dai para o norte estavam as quinze divisões inglesas enquadradadas pelo 21º Grupo-de-Exércitos.

Aprestavam-se os aliados para com o 5º Corpo conquistar as represas do ROER, verdadeira arma defensiva nas mãos do comando alemão. Acreditavam que os alemães contra-atacassem, de vez que agora tratava-se de defender a própria ALEMANHA. Corrobora esta previsão a presença do VI Exército Panzer SS em zona de reunião. Imaginavam, porém, que o adversário realizaria um contra-ataque (objetivos limitados) para restabelecer o cordão defensivo da Linha SIEGFRIED entre ROERMOND e SCHLEIDEN.

Outros importantes indícios vinham sendo observados. As bombas V1 e V2 estavam sendo usadas, já mesmo no campo tático, em ataques contra ANTUÉRIA e LIÈGE. Os alemães estavam apresentando no campo de batalha os primeiros caças a jato e finalmente o Comando Aliado tomara conhecimento da Operação GREIF. O que vinha a ser esta operação? O Comando Alemão constituíra uma Unidade Especial para reconhecimentos e missões especiais. Os seus componentes seriam voluntários do mais apurado perfil físico (A1), falando inglês com sotaque americano, fardados e equipados com material norte-americano.

As 5 horas da manhã do dia 16 de dezembro de 1944, aproveitando-se de condições meteorológicas que impediam o emprêgo da arma aérea, o GRUPO-DE-EXERCITOS B atacou na frente das ARDENAS para conquistar ANTUÉRIA e isolar o 21º Grupo-de-Exércitos britânico e os IX e I Exércitos norte-americanos.

Participavam da operação três Exércitos alemães:

- VI Exército *Panzer SS*, realizando o esforço na direção LIEGE-ANTUÉRIA;
- V Exército *Panzer*, atuando na direção DINANT-NAMUR-BRUXELAS-ANTUÉRIA;
- VII Exército, devendo cobrir o flanco S-SW da penetração, mesmo defensivamente.

Num segundo tempo, estava prevista uma ação de cobertura.

No dia 18, consumara-se a ruptura da frente americana, mas o VI Exército *Panzer SS* (o do esforço) não alcançara ST VITH. A 19, o V Exército *Panzer* ultrapassara BASTOGNE, mas encontrando uma desesperada resistência por parte da 101^a Div Pqdt, não conseguira se apossar da localidade. Nesta data, PATTON modifica sua direção de atuação, buscando estabelecer contato com os elementos cercados em BASTOGNE.

Ao meio dia de 20 de dezembro de 1944, o General EISENHOWER determinou ao General MONTGOMERY que assumisse o comando de todas as fôrças aliadas ao norte da Penetração. Desta forma, o 21º Grupo-de-Exércitos britânico, assumiu o comando dos IX e I Exércitos norte-americanos.

A 21, o VI Exército *Panzer SS* conquistou finalmente ST VITH.

A 23, o tempo melhorou, permitindo o aparecimento da Fôrça Aérea aliada.

A 26, a penetração atingiu o máximo na direção do MOSA, com o V Exército *Panzer* atingindo os arredores de DINANT. Mas neste dia, em fim de jornada, o III Exército conseguiu romper o cerco de BASTOGNE.

Dai por diante, os alemães passaram de atacante a atacados.

A 3 de janeiro de 1945, finalmente, MONTY atacou...

A 13 de janeiro, os russos iniciaram uma grande ofensiva na frente leste, o que motivou a retirada apressada do VI Exército *Panzer SS* das ARDENAS.

A 16 de janeiro, a situação estava de tal modo conjurada que o I Exército voltou ao comando do 12º Grupo-de-Exércitos.

A 25 de janeiro o Grupo-de-Exércitos B iniciou uma ação retardadora.

Terminava assim a última importante batalha da II Grande Guerra; custara 80.000 baixas aos americanos e retardaria de seis semanas a ofensiva final para além do RENO.

Para os alemães, uma tentativa tão superior às possibilidades existentes resultou, na opinião do General HASSO VON MANTEUFEL que tão brilhantemente comandou o V Exército *Panzer* na ação,

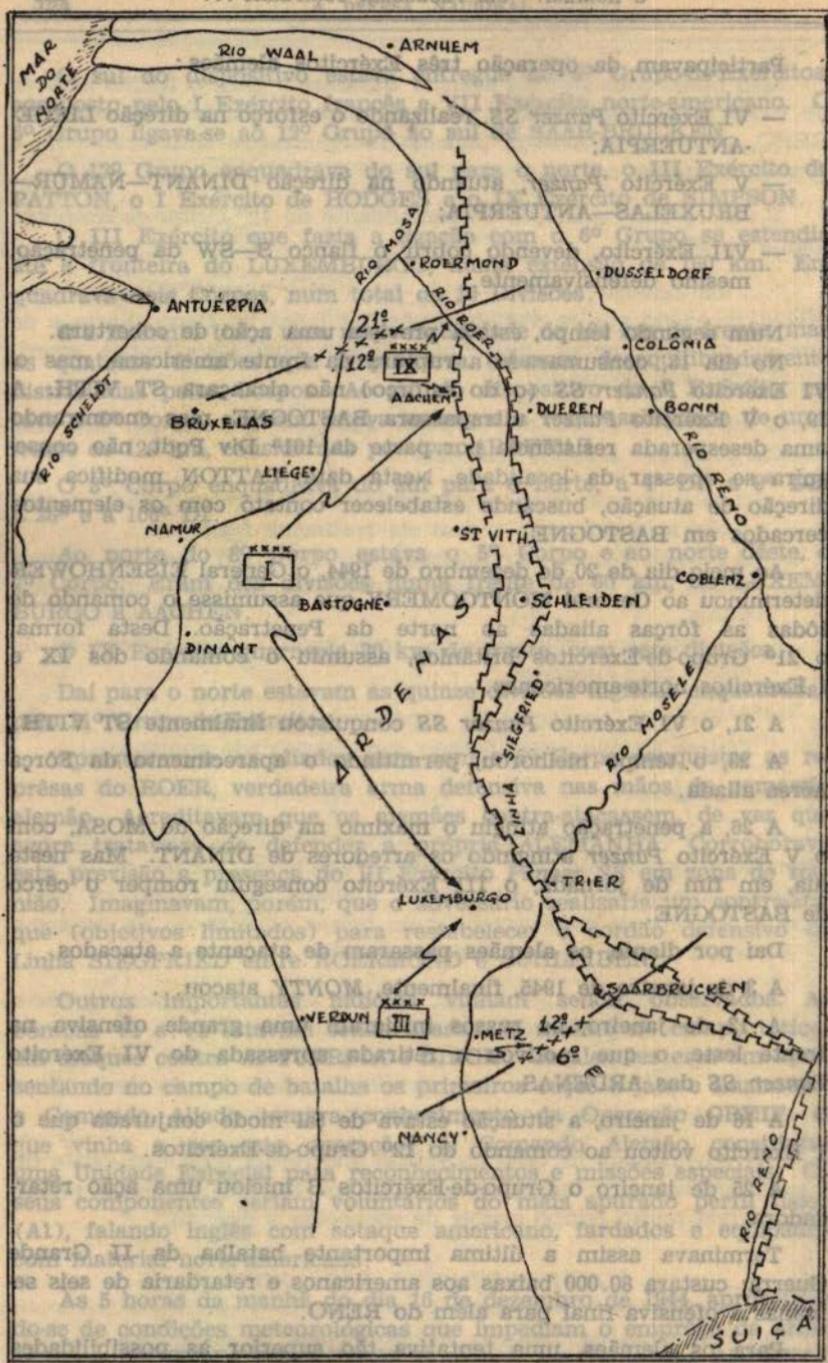


Fig. 7 - O contra-ataque das ARDENAS

que, "as últimas reservas alemães sofreram tais perdas, que se tornaram incapazes de influir na situação, tanto na Frente Ocidental, como na Oriental".

A contra-ofensiva das ARDENAS marcou profundamente as relações entre os aliados. Dois aspectos eram freqüentemente ventilados e o foram por muitos anos, após o término da guerra. O primeiro foi o fato de que os alemães obtiveram incontestável surpresa tática e o segundo prendia-se às mudanças realizadas no alto comando aliado durante a crise.

Mais uma vez vamos nos valer dos dois memorialistas diretamente interessados nos fatos e que foram exaustivos em argumentação para justificar os pontos de vista esposados. Vamos pinçar alguns destes argumentos, tentando caracterizar sinteticamente as opiniões. Começaremos com o General BRADLEY, então comandante do 12º Grupo-de-Exércitos, que enquadrava os IX, I e III Exércitos norte-americanos. Na frente do I Exército se deu a penetração que por pouco não atingiu o MOSA e que obrigou os IX e I Exércitos passarem ao comando do 21º Grupo-de-Exércitos britânico.

Ao esboçar a defesa das medidas que pôs então em prática naquele remoto dezembro de 1944, deixando uma vasta frente que, topográficamente se apresentava como passiva, mas que já fôra teatro de uma recente invasão, deixando, repetimos, uma vasta frente entregue a quatro divisões, ele inicialmente se defende das acusações do I Exército, que procurou justificar-se alegando que o Grupo-de-Exércitos fôra displicente ao avaliar os informes recebidos.

Ele nos conta em suas Memórias: "Como para compensar a vergonha que experimentou o I Exército, quando teve de evacuar seu PC de SPA, durante a batalha do "Bolsão", o Estado-Maior desta grande unidade extraiu dos seus arquivos, depois dos acontecimentos, documentos tendentes a "provar" que fôra clarividente ao predizer a ofensiva alemã, mas que suas "previsões" não foram acolhidas pelos escalões superiores — insinuando o Grupo-de-Exércitos. O que o I Exército sustenta é puro disparate, porque ele mesmo achava-se tão cego por VON RUNDSTEDT, como o resto dos comandos aliados. Ao mesmo tempo que aceito a responsabilidade pelo "risco previsto" nas ARDENAS, não admito que tenha havido advertência significativas as quais tenha preferido ignorar."

E prossegue relatando que visitara o Comandante do I Exército cinco dias antes da contra-ofensiva e que este não se mostrava ciente "que o desastre o esperava na curva da esquina". Diz em seguida que recebeu uma série de informes que demonstraram atividade inusitada na frente do 8º Corpo e afirma textualmente:

"Se o I Exército tinha conhecimento do que o inimigo preparava, como alguns membros de seu EM alegavam agora, o Exército não estava em seu juízo perfeito, pois a 15 de dezembro o seu G2 sumariava a situação deste modo:

16 de dezembro, quando o inimigo iniciou a preparação de artilharia."

— Apesar de o inimigo estar recorrendo à sua propaganda de ataque para levantar o moral de suas tropas, é possível que efetue uma ofensiva em escala limitada, com o propósito de lograr uma vitória moral no Natal para a população civil. Muitos prisioneiros de guerra falam de um ataque próximo, entre 17 e 25 de dezembro, enquanto se referem à promessa da recaptura de AACHEN como um presente de Natal para o Fuehrer."

Mas não se preocupa BRADLEY em rebater apenas as afirmativas do I Exército. Cuida também em rebater as assertivas inglêsas e o faz transcrevendo textos que diz serem inglêses :

"A apreciação de MONTGOMERY sobre as possibilidades ofensivas do adversário, publicadas pelo 21º Grupo-de-Exércitos a 16 de dezembro, é um exemplo típico do ponto de vista aliado nesta ocasião. Se eu nesse mesmo dia tivesse redigido minhas opiniões, não teria trocado sequer uma das palavras de MONTY, pois seu pensamento era idêntico ao meu :

— O inimigo no presente está lutando numa campanha defensiva em tôdas as frentes; sua situação é tal que não pode empreender operações de vulto..."

Na maioria das vêzes, BRADLEY assume a total responsabilidade pelo estado de coisas então reinante embora procure mostrar sua atitude como consequência de um "risco calculado" que deliberadamente buscava assumir.

Ao reportar-se a meados de novembro, ele diz: — "Ao estudar as possibilidades de VON RUNDSTEDT, pensamos que qualquer contra-ofensiva que planejasse, devia necessariamente ser dirigida contra um objetivo limitado, onde pudesse melhor enfraquecer nosso ameaçador avanço sobre o RENO..."

Em outro ponto, assim se expressa o Cmt do 12º Grupo-de-Exércitos: — "Quando surpreendido pela repentina ofensiva de VON RUNDSTEDT, mais surpresto fiquei de haver ele escolhido um objetivo que oferecia poucas vantagens."

Mais adiante, relatando o reconhecimento no terreno que fizera com TROY MIDDLETON, comandante do 8º Corpo, ao qual estava afeto o setor das ARDENAS, ele diz :

"Quando interroguiei TROY quais eram suas probabilidades contra um ataque que o inimigo levasse a cabo nesta zona tão pouco atraente, mostrou-me o terreno ondulado e sujo e percorreu-o comigo de automóvel, pelas estreitas estradas asfaltadas que serpenteavam através de suas posições.

— Se vierem por aqui, disse-me, podemos recuar e efetuar uma ação retardadora até o MOSA. Certamente ser-nos-á possível retardá-los o suficiente para que vocês possam atacá-los pelos flancos."

E conta-nos também o encontro que teve posteriormente com EISENHOWER, quando lhe foi relatar o reconhecimento a que acima nos referimos :

"Nesta ocasião disse-lhe :

— Porque mesmo que os alemães conseguissem penetrar até o MOŠA, não encontrariam nas ARDENAS absolutamente nada que valesse a pena."

E adiante :

"Ao aceitar o risco de uma penetração inimiga na região mencionada, contávamos com a velocidade que nos permitiria lançar este potencial blindado contra os flancos do invasor. Enquanto MIDDLETON diminuía o impulso inimigo com uma ação retardadora, os Exércitos de HODGES e PATTON comprimiriam o atacante por um movimento de pinça."

Contudo, ao se reportar aos interrogatórios realizados no após guerra, narra: "— nos inteiramos quanto grosseiramente subestimáramos as intenções do inimigo, ao pensar que aquela operação visava apenas obrigar-nos a deter o avanço de PATTON.

A contra-ofensiva alemã fôra preparada como um golpe decisivo tendente a reconquistar iniciativa no oeste e não como uma ação tática com objetivo limitado à moda de antídoto contra o avanço de PATTON no SARRE. ANTUÉRIA seria o objetivo principal, pois o inimigo raciocinava que, se conseguisse cortar nossas mais importantes linhas de suprimento do referido pôrto, lograria isolar quatro Exércitos aliados ao norte das ARDENAS."

Depois de tecer uma série de considerações, êle diz :

"Pois correndo o perigo de um ataque de surpresa do inimigo nas ARDENAS, podíamos continuar com a ofensiva do inverno, tomar os diques do ROER e então forçar o inimigo a empregar suas reservas numa batalha ao oeste do RENO. Mas se fôssemos proceder com prudênciia, preparando-nos para qualquer dificuldade nas ARDENAS, teríamos de suspender a ofensiva de inverno, reforçar a frente do 8º Corpo de MIDDLETON e apoiá-lo com mais tropas, para fazer frente ao perigo de um contra-ataque. Era evidente que não dispúnhamos de tropas bastante para empreender uma ofensiva de inverno e manter uma posição defensiva segura em toda a frente aliada. Dar prosseguimento ao ataque ou deitar e esperar até a primavera: estas eram duas soluções que tínhamos a escolher.

Neste momento, sómente uma indicação inequívoca de um iminente ataque nas ARDENAS ter-me-ia induzido a suspender a ofensiva do inverno. E isto não aconteceu até as 5 horas da manhã de 16 de dezembro, quando o inimigo iniciou a preparação de artilharia."

E finalmente BRADLEY nos apresenta a resposta que deu a uma mensagem de Natal do General MARSHALL:

"Não culpo meus comandantes, meu Estado-Maior ou a mim próprio pela situação criada. Arriscamo-nos deliberadamente e o alemão nos golpeou mais forte do que esperávamos."

E como MONTGOMERY, já então Marechal-de-Campo, graças aos sucessos da NORMANDIA, viu os acontecimentos? Em suas Memórias dedica o Comandante do 21º Grupo-de-Exércitos dois capítulos aos acontecimentos. Um êle intitula "Prelúdio às Ardenas" e o outro, "A Batalha das Ardenas". No primeiro, êle analisa o dispositivo aliado em fins de novembro de 1944 e expõe como deveria ter sido planejado o prosseguimento sóbre o RENO, insistindo sempre na premissa, de uma atuação ofensiva única, ao longo do litoral. Assim, ao comentar a conferência mantida entre os altos chefes aliados no dia 7 de dezembro, êle reproduz as próprias anotações que aqui transcreveremos *ipsis-litteris*:

"O 12º e o 21º Grupos-de-Exércitos deverão, ambos, operar ao norte das ARDENAS..."

"Mas considero que um só comandante deveria estar no controle das operações e na direção de todas as fôrças ao norte das ARDENAS. O comandante tanto poderia ser BRADLEY como eu próprio. De boa vontade serviria sob o comando de BRADLEY."

A reunião porém encerrou-se com a decisão de EISENHOWER — uma ofensiva ao norte do RUHR; outra ofensiva ao sul, tendo como eixo de progressão FRANKFURT—KASSEL.

E MONTY termina êste capítulo dizendo: — "Equanto isto, o 12º Grupo-de-Exércitos de BRADLEY estava disposto em duas concentrações, ambas em desenvolvimento para atacar. No meio havia uma brecha de cerca de 100 milhas sustentada pelo 8º Corpo americano de quatro divisões."

Como dissemos mais acima, um aspecto que proporcionou motivo para a querela foi o ato de EISENHOWER, retirando do comando americano, os IX e I Exércitos, que estavam ao norte do bolsão, colocando-os ao comando inglês. Evitar fatos como êste, vinha sendo uma preocupação dos norte-americanos desde PASSO FAID, lá ao norte da ÁFRICA. E o acontecido, que poderia não ter ganho maior eco, repercutiu graças a uma entrevista concedida pelo Marechal MONTGOMERY a sete de janeiro de 1945. Mais uma vez vamos transcrever para que o leitor tome conhecimento da opinião própria dos comandantes em estudo.

É MONTY que nos conta: — "Não sómente foi, provavelmente, um êrro completo convocar essa conferência naquela situação sensível de ressentimento, mas também o que disse foi hábilmente desvirtuado pelo inimigo."

"Torcido ou não, penso hoje que jamais deveria ter convocado aquela conferência de imprensa. Era tão grande o ressentimento contra mim de parte dos generais americanos que qualquer coisa que dissesse seria tomada como errada. Não deveria por essa razão, ter dito coisa alguma."

"Aquêles que não me conheciam bem dificilmente poderia ser ouvintes que dividissem comigo meu interesse profissional pela arte da guerra e obviamente se sentiram vexados por essa fraseologia; estavam muito feridos para achar a batalha interessante, como uma empresa objetiva. De fato não sómente não deveria ter convocado a conferência, mas também deveria ter sido mais cuidadoso que estava tentando ser. Tudo demonstra que deveria ter detido minha língua."

A entrevista de sete de janeiro apareceu nos jornais de todo o mundo, mas somos ainda tentados a apresentar aos nossos leitores alguns trechos do que o Visconde de El Alamein apresentou como sendo a "agenda" que utilizou na ocasião.

Inicialmente apresenta uma versão para os acontecimentos:

"RUNDSTEDT, atacou em 16 de dezembro; conseguiu a surpresa tática. Cavou uma profunda brecha no centro do Primeiro Exército e dividiu as forças americanas em duas. A situação parecia tornar-se embaralhada; os alemães tinham rompido justamente através de um ponto fraco e estavam marchando para o MEUSE."

E prossegue: — "Então a situação principiou a piorar. Mas toda a equipe aliada se reuniu para conjurar o perigo; as considerações nacionais foram postas de lado; o General EISENHOWER colocou-me no comando de todo o flanco norte"

"A batalha tem sido muito interessante; penso, possivelmente, que é uma das mais interessantes e ardilosas batalhas que jamais dirigi."

Depois analisa o inimigo: — "O que RUNDSTEDT pretende alcançar?"

E depois de tecer considerações: — "Devemos admitir que nos causou um sensível golpe e nos mandou para trás, vacilantes; mas nós nos recuperamos; ele foi incapaz de conseguir qualquer grande vantagem de seus sucessos iniciais."

Em seguida faz uma afetuosa apreciação dos soldados americanos: — "É um combatente corajoso, firme sob o fogo e com aquela tenacidade na batalha que atesta o soldado de primeira classe; todas essas qualidades têm sido demonstradas em grau assinalado na presente batalha."

"Saúdo o corajoso combatente da América; jamais esperei combater ao lado de melhores soldados."

E como BRADLEY recebeu o problema da divisão de comando?

Ele nos conta que 72 horas aproximadamente após o início da contra-ofensiva, fôra sondado por BEDELL SMITH, chefe do EM de EISENHOWER. Respondera negativamente e como o chefe do EM instasse, apresentara-lhe o seguinte argumento:

"Bedell, é difícil objetar para mim, respondi-lhe. Certamente, se MONTY fosse americano estaria totalmente de acordo com você. Seria o procedimento mais lógico.

Neste momento de tomar uma decisão não podia dizer-lhe que o que mais temia era a probabilidade de que esta mudança de comando forçada resultasse em descrédito do comando norte-americano."

E prossegue expedindo uma série de considerações, tôdas elas apresentando a decisão do Comando Supremo sobre, acertada, muito equilibrada, até que chega a declarar textualmente:

"Fôsse o comandante inglês outro qualquer, provavelmente a mudança de comando teria se processado sem incidentes, tensão e discussões. E, por certo, jamais teria afetado as relações aliadas, como ocorreu posteriormente. Porém, infelizmente, MONTGOMERY não podia resistir à tentação que esta oportunidade lhe oferecia, de torcer o nariz dos "yankees."

E mais adiante: — "Tão logo terminou o momento de perigo começou o período de recriminações ... Pois uma vez tendo rechaçado o inimigo, MONTGOMERY foi tido como São Jorge baixado à terra para salvar o comando norte-americano de um desastre completo."

Depois relata a entrevista e diz textualmente que ao tomar conhecimento dela, o EM do *EAGLE TAC* (12º Grupo) "explodiu de indignação". A imprensa norte-americana começou também a inquirir o que realmente haveria de verdade em tudo. E diz-nos o General BRADLEY: "resolvi então dar publicidade a uma nota à revelia do SHAEF, para que IKE não se visse envolvido nos acontecimentos." E desta nota, o trecho abaixo:

"O ataque alemão cortou as ligações telefônicas diretas com o I Exército e também as estradas diretas, através das quais os contatos pessoais eram normalmente mantidos. As condições atmosféricas impediam uma freqüente ligação pessoal com o I Exército via aérea. Por conseguinte, resolveu-se que o 21º Grupo-de-Exércitos assumiria o comando temporário de tôdas as tropas aliadas ao norte da penetração alemã. Era esta uma medida apenas temporária e quando as linhas fôssem restabelecidas, o 12º Grupo-de-Exércitos voltaria a reassumir o controle de tôdas as tropas norte-americanas naquela área."

Para a mais completa inteligência do assunto, vamos transcrever a frase com que BRADLEY situou, em instância final, o problema da nomeação de MONTY para o comando das FTTO:

"Se êle fôr designado comandante-Chefe das fôrças terrestres, mande-me para casa, pois se ficar subordinado a MONTGOMERY, terei perdido a confiança das minhas tropas."

E vale a pena também sabermos o que disse PATTON, o impetuoso comandante do III Exército, pivô freqüente dos desacertos entre ingleses e norte-americanos. Conta BRADLEY:

"George segurou-me pelo braço e falou:

— Se você fôr, BRAD, eu irei com você."

No dia 18 de janeiro de 1945, pronunciou CHURCHILL na Câmara dos Comuns, mais um dos seus imemoriais discursos, no qual com rara felicidade situou a pendenga e que assim se concluía:

"Que ninguém se deixe arrastar à gritaria dos agitadores, quando questões como estas da momentosa consequiênciia, então sendo decididas com pleno êxito pela espada."

Eis afi pois, os mesmos fatos em duas versões; ambas apaixonadas, é evidente, mas desprovidas de qualquer má-fé, pois esta é uma erva daninha, que não medra no coração dos velhos e legítimos soldados.

Os memorialistas jamais olvidaram que eram lutadores do ideal democrático, na busca de um mundo melhor para a humanidade; mas é evidente que sempre mantiveram grandemente arraigada no coração a imagem da Pátria e na mente os interesses nacionais.

Isto será, sempre, uma constante na guerra do futuro, guerra cada vez mais de coligação, e na qual, por fôrça da posição que ainda não temos, mas que muito almejamos possuir no cenário internacional, teremos certamente de participar e permita Deus que o façamos no bloco da democracia.

É certo que não necessitamos buscar na História dos outros países os aspectos que se impõem à nossa meditação. Na nossa própria História encontraremos, no comando das chamadas Fôrças da Tríplice Aliança, um vasto repositório de experiência a espera de quem o analise.

Esta é uma tarefa que se impõe. Quanto mais não fôsse nos obrigaria a uma incursão num passado glorioso, e aí está, quem sabe, a oportunidade de aprendermos que o nacionalismo não chega a um país trazido pelos ventos gelados da SIBÉRIA, mas sim, que nasce na História dêste país, cresce e se alenta no culto da Pátria.

B I B L I O G R A F I A

- 1 — Síntese de Três Séculos de História Militar Brasileira de F. DE PAULA CIDADE.
 - 2 — A Estratégia dos Aliados na Segunda Guerra Mundial: HEITOR DE ALMEIDA HERRERA
 - 3 — Memórias do Marechal Montgomery, tradução de LUIS MOURA BARBOSA.
 - 4 — Memórias de um soldado do General OMAR NELSON BRADLEY, tradução de NYLSON BOITEUX e LUIZ PAULO CARVALHO.
 - 5 — Cruzada na Europa de DWIGHT EISENHOWER.
 - 6 — Decisões Fatais, tradução de MIRANDA CARVALHO e AMERINO RAPOSO.
 - 7 — Exercício CH2 — 11 — 1956 — ECHEME
 - 8 — Exercício CH1 — 2 — 1957 — ECHEME
 - 9 — Exercício CH1 — 3 — 1957 — ECHEME
 - 10 — Exercício CH3 — 5 — 1957 — ECHEME
 - 11 — Exercício 2225 — 1957 — ECHEME
 - 12 — Exercício 2217 — 1958 — ECHEME
-

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

Cel Cav MOACYR RIBEIRO COELHO

Oficial de Estado-Maior

SUMÁRIO

1^a PARTE — ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1. Término do período medieval
2. O Mundo Mediterrâneo e o intercâmbio com o Extremo Oriente
3. As "Rotas das especiarias" e o bloqueio turcomano
4. A navegação de alto mar
5. Os dois ciclos de navegação
 - a. Ciclo oriental
 - b. Ciclo ocidental
6. A divisão do mundo pela Santa Sé
7. As bulas de Alexandre VI
8. O Tratado de Tordesilhas
9. O conquistador ibérico
10. Linhas gerais dos dois expansionismos

2^a PARTE — CONQUISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

I — Expansionismo meridional luso-brasileiro

A. Quadro geral da evolução histórica

1. Primeiras expedições
2. Expedição colonizadora — Fundação de São Vicente
3. Capitanias hereditárias
4. Governo geral — Dualidade e reintegração administrativa
5. Situação da colônia portuguesa em 1580
6. Consequências da dominação espanhola no Brasil

B. Os focos paulistas: São Vicente e São Paulo

1. Expansão litorânea
2. Povoamento do Planalto
3. Caracterização geo-económica dos focos vicentino e paulista

II — Conquista e colonização do Rio da Prata

A. Fase dos Adelantados

1. Descobrimento e primeiras explorações
2. A expedição de Pedro de Mendoza — primeira fundação de Buenos Aires
3. Fundação de Assunção do Paraguai
4. Expansão territorial dos Adelantados — segunda fundação de Buenos Aires
5. Regime de governo — Adelantados e governantes interiores

B. A obra da catequese

1. Quadro geral das atividades jesuíticas
 - a. A obra de catequese
 - b. As reduções jesuíticas do Paraguai
 - c. Organização social e econômica das reduções inacinas
 - d. Importância político-militar
2. As quatro grandes províncias jesuíticas — Guaranis da primeira fase
 - a. Província de Guairá — As reduções jesuíticas de Guairá
 - b. Os redutos Itatins
 - c. Reduções do "Uruguai e Tapes"

3. O Estado Teocrático dos 23 Povos
 - a. Configuração do território
 - b. Localização dos Povos
 - c. Movimento demográfico nas reduções
 - d. Síntese histórica sobre os Sete Povos e Reduções em território oriental

III — O ciclo da caça ao índio

- A. Escravidão do indígena como imperativo econômico
- B. As rotas das bandeiras
 1. Bandeiras em Guairá
 2. Bandeiras nas reduções itatins
 3. Bandeiras no Rio Grande do Sul

IV — O povoamento do extremo sul

- A. Fundação da Colônia do Sacramento
- B. Sorocaba, Laguna e a irradiação para o sul
- C. Ocupação da margem norte do canal
- D. Fundação do Presídio do Rio Grande
- E. O ciclo açoriano
- F. O elemento humano

3ª PARTE — LUTAS PELA MANUTENÇÃO DA POSSE

I — Lutas em torno da Colônia do Sacramento

- A. Primeiro ataque à Colônia
- B. Segundo ataque
- C. Acidente de 1735-1737 — Fundação do Presídio do Rio Grande

II — O Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica

III — Dominação espanhola no Rio Grande

- A. O Distrito de El Pardo e suas consequências — Pedro Cevallos
- B. Campanha de 1762-1763
 1. Conquista da Colônia do Sacramento
 2. Invasão do Continente de São Pedro
 3. Situação das forças lusas e espanholas na região do Canal
- C. Campanha de 1773
 1. Operações militares
 2. O combate de Tabatingaf
- D. Tentativas de restauração territorial
 1. Movimentação de tropas
 2. Reconquista da vila de Rio Grande
 3. Conquista do Forte de Santa Tecla
- E. Campanha de 1777
 1. Movimentação das forças
 2. Ocupação de Santa Catarina
 3. Ocupação da Colônia do Sacramento
 4. Nova ameaça sobre o Rio Grande

IV — O tratado de Santo Ildefonso e suas consequências para o Brasil

1^a PARTE

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1 — TÉRMINO DO PERÍODO MEDIEVAL

A partir do século XII, entra em decadência o sistema Feudal que se instalara na Europa após a derrocada do Império Romano. Empecilhos e enfraquecidos pelas lutas constantes, os senhores feudais — aristocracias militarizadas que dominavam despóticamente uma sociedade rural constituída de camponeses — tornam-se presa fácil das monarquias nacionais, cujo poder nascente vinha sendo favorecido pelo desenvolvimento incessante do comércio e ampliado pelo incremento das riquezas.

No decorrer do século XV um novo evento, fator político-econômico de transcendental importância, vem acelerar o processo de esboçoamento da sociedade feudal e assinalar o início dos tempos modernos: são os grandes descobrimentos cuja significação social, geográfica, política e econômica revolucionou pelas bases o pequeno mundo medieval, estruturando-o em novas e grandiosas proporções.

2 — O MUNDO MEDITERRÂNEO E O INTERCÂMBIO COM O EXTREMO ORIENTE

O insulamento forçado em que viviam as populações até o limiar do século XV, a par da absoluta carência de conhecimentos geográficos sobre o planeta, restringia o mundo ocidental a uma pequena porção do globo que abrangia a Europa, o norte da África e a Ásia anterior.

Fora disso não tinham, os europeus, conhecimento positivo de mais país algum. A própria Europa não era de todo conhecida pois que as regiões austral e ocidental do continente permaneciam, em grande parte, ignoradas. Tudo o mais que se sabia do planeta não passava de notícias muito vagas, meras hipóteses baseadas em concepções errôneas nas quais predominavam a lenda e a fantasia.

O Cabo Bojador marcava o limite extremo da África até então identificado; o hemisfério ocidental era totalmente ignorado e a esfericidade do globo terráqueo constituía para os sábios, geógrafos e cosmógrafos da época, motivo de apaixonadas controvérsias.

Sobre os países do Extremo Oriente, cuja existência era notória, corriam notícias confusas veiculadas pelos raros viajantes que se aventuravam a tão longínquas paragens. Predominavam as referências a regiões vagamente identificadas pelas denominações de Catay (China), Cipango (Japão), Tartária, Indostão e Pérsia. De seguro, porém, sabia-se apenas que o Levante era sede de adiantadas civilizações de onde procediam as especiarias. Marco Polo, mercador veneziano que viveu vinte e dois anos na corte de Kublai-Khan, foi o grande divulgador das

magnificações orientais. O relato de suas viagens, publicado no século XV, tornou-o famoso tão grande era o interesse do medievo europeu pelo Oriente, matriz fecunda de civilizações milenárias e produtor exclusivo de canela, pimenta, cravo, chá, porcelanas e vistosas tapeçarias a que tanto se havia afeiçoado o gôsto dos potentados feudais.

Testemunhando o constante interesse dos mercadores ocidentais, a História Medieval consigna diversas embaixadas aos países asiáticos e assinala o intenso e lucrativo comércio que tinha sede no Mar Mediterrâneo.

3 — AS "ROTAS DAS ESPECIARIAS" E O BLOQUEIO TURCOMANO

Veneza, Gênova, Barcelona, Valência e Marselha competiam no transporte das mercadorias asiáticas, especialmente as duas primeiras que monopolizavam o comércio dos dois maiores empórios de intercâmbio com o Levante: Alexandria e Constantinopla.

As trocas se faziam através das célebres "rotas das especiarias", três longos caminhos que vindos do Extremo Oriente confluíam no Mediterrâneo.

O primeiro era o famoso caminho das caravanas, a celebrada "Estrada da Seda" que vindo de Pequim via Samarcanda, atravessava todo o continente asiático para atingir o norte do Mar Cáspio. Daí as mercadorias atravessavam a Rússia e alcançavam o Mar Negro.

O segundo itinerário iniciava-se na costa ocidental da Índia e seguia o curso do Tigre até Bagdá, de onde as caravanas levavam as mercadorias aos pontos asiáticos do Mediterrâneo.

O terceiro partia das costas do Japão, seguia pelo Mar da China, Estreito de Málaca, Mar de Oman, Gôlfo de Aden e Mar Vermelho, de cujos portos eram as mercadorias transportadas para o Cairo e, depois, para Alexandria.

Desde o alvorecer do século XV, porém, os turcos otomanos, que na centúria anterior haviam lançado as bases de um poderoso império na Ásia Menor, começaram a afrontar a Europa com uma nova potência. Sua expansão através da Península Arábica, alastrou-se até a orla asiática do Mediterrâneo e foi jugulando, progressivamente, os pequenos portos que serviam de escoadouro ao centro comercial de Bagdá. Ao mesmo tempo que ameaçavam a "Estrada da Seda", os turcos interceptavam a rota marítima que conduzia do Japão para Alexandria através do Gôlfo de Aden, Mar Vermelho e Cairo.

Com a queda de Alexandria em poder dos invasores, concretizou-se a segregação imposta às feitorias venezianas e a penúria e a escassez começaram a assolar a Europa; a queda de Constantinopla em 1453, cedendo aos turcos o controle dos portos do Mar Negro, fechou a rota de Samarcanda.

Estava assim ultimado o bloqueio da Europa e, gravemente, comprometidas as suas relações comerciais com o Oriente. Não sendo praticável qualquer acôrdo com os poderosos e ferrenhos inimigos — estranhos pela raça, pela religião e pelos costumes — restava aos ocidentais a via marítima como único recurso para a restauração do tradicional intercâmbio.

Eis aí a idéia que, naqueles tempos, passou a constituir verdadeira obsessão: encontrar pelo oceano um caminho por onde se pudesse prosseguir comerciando com o Oriente.

4 — A NAVEGAÇÃO DE ALTO MAR

Tal propósito implicaria necessariamente em alargar o âmbito da navegação até então praticada, incursionando em alto mar.

Possibilitando esse desiderato, as invasões mongólicas haviam introduzido a bússola na Europa. Por outro lado, a descoberta da imprensa e do papel — permitindo a difusão do livro de Marco Polo — estimulou a ambição dos mercadores e aventureiros.

Este conjunto de circunstâncias, aliado à séria crise social e econômica que assolava o continente europeu, animou o espírito de empreesa e estimulou a aventura oceânica, criando a navegação a vela e a astronáutica. Dessa forma, tecnicamente aparelhada e psicológicamente amadurecida para o grande empreendimento, não tardaria que a Europa se fizesse ao "mar oceânico".

Coube a primazia da iniciativa a Portugal, que havendo tomado com a Escola de Sagres a dianteira na arte de navegar, antecipou-se às demais nações, mesmo à espanhola que viria a ser a sua maior concorrente nos empreendimentos marítimos.

Portugal e Castela monopolizaram, na primeira arrancada, as rotas marítimas, mercê de sua situação geográfica e do progresso que ostentavam. Suas frotas ativas, suas indústrias florescentes (quase todas de origem muçulmana), possibilitavam-lhes um comércio que rivalizava no Mediterrâneo com os das repúblicas italianas ao mesmo tempo que, para o Norte, alongava-se até a França, Inglaterra e Flandres.

No afã de descobrir o novo caminho para as Índias, Portugal, já senhor de uma tradição naval e de técnica muito superior, procurou e alcançou a solução científica do problema, ao passo que Espanha, muito inferior em técnica de navegação e astronáutica, confiou o seu sucesso à intuição de Colombo.

5 — OS DOIS CICLOS DE NAVEGAÇÃO

a — Ciclo oriental

O acesso às Índias pela via oceânica apresentava dois caminhos igualmente incertos, desconhecidos e perigosos: o do ocidente, mar afora e o do oriente, deslizando de início para o Sul ao longo da costa africana até contornar-lhe o perímetro geográfico.

Portugal, pioneiro do "mar oceano", desde que se fizera ao mar guiado pelo espírito clarividente do Infante Dom Henrique, lançara-se para o Oriente bordejando o continente africano. Segundo alguns autores a preferência dos lusos pelo rumo oriental, no início do seu expansionismo, teve por objetivo a escravização dos negros à qual logo se veio acrescentar a atração pelo ouro da costa. Para outros, a razão disso está na guerra religiosa movida pelos portuguêses aos muçulmanos, e que levou-os à conquista de Ceuta em 1415.

Qualquer que seja a interpretação, porém, o certo é que a arrançada lusa através dos mares teve como objetivo inicial reconhecer o périplo africano. Dom Henrique participou da conquista de Ceuta e é lícito supor que tenha recolhido aí, da tradição oral, elementos que o capacitaram a julgar praticável à viagem às Índias contornando o Continente Negro.

A materialização da idéia está na imediata criação, ainda em 1415, da famosa Escola de Náutica que passou a congregar os principais pilotos, geógrafos e cartógrafos da época e que se tornaria na fecunda matriz das mais arrojadas iniciativas.

As primeiras caravelas enviadas a explorar o oceano descobriram as Ilhas da Madeira e dos Açores (1419); em 1441, Antão Gonçalves chega à Costa do Ouro; Gil Eannes, em 1434, alcança o Bojador que, segundo a lenda marcava o avanço praticável ao homem, e seguiu adiante; Diniz Diaz descobriu a Guiné e as Ilhas do Cabo Verde (1446). Segue-se a descoberta de Gâmbia e, ao ocorrer em 1460 a morte do Infante Navegador, Portugal havia já em grande parte desvendado os contornos do Continente Negro.

Dom João II, cognominado o Príncipe Perfeito, foi o continuador da obra de Dom Henrique. Já agora sob o impacto econômico decorrente do bloqueio Turcomano, voltam as galeras a deslizar ao longo do contorno africano: João de Santarém e Pedro Escobar cruzam o Equador (1472); Diogo Cão alcança o Congo (1474) e, em fevereiro de 1488, Bartolomeu Dias ultrapassando o Cabo das Tormentas pôde, finalmente, comprovar que a África tinha um fim.

Estava aberto o caminho para Calicut que Vasco da Gama percorreria em 1498 encerrando, dessa forma, o ciclo oriental de navegação, porfia quase secular que exigira do pequenino Portugal não apenas tenacidade e esforço mas, principalmente, arrôjo, abnegação e coragem.

Campeão absoluto das rotas oceânicas, a hememonia comercial e marítima saltou das cidades mediterrâneas para Lisboa que se tornou a metrópole cosmopolita, centro convergente da ciência, do comércio e da melhor técnica de navegação daquele tempo.

b — Ciclo ocidental

Antes porém que Portugal, correspondendo amplamente ao momento histórico, conseguisse ultimar o périplo africano, surge no cenário europeu um homem de gênio como arauta de uma idéia que,

sem ser totalmente nova, era para a época de certo modo revolucionária: atingir o Oriente navegando sempre para o Ocidente.

A nova tese — "el levante por el poniente" — constitui o ciclo ocidental e teve em Colombo o seu idealizador e grande agente. Tal concepção, necessariamente baseada na esfericidade da terra, assinala um retorno às tradições já definidas na Antiguidade por Estrabão, Plínio Senior e Pompônio Mela, e, embora não conduzisse diretamente às Índias como esperava Colombo e se supôs de início, revestiu-se todavia de transcendental importância pois veio precipitar o descobrimento da América, acontecimento totalmente imprevisto e cujas verdadeiras proporções só muito mais tarde poderiam ser devidamente apreciadas.

O erro geográfico em que incorreu Colombo consistiu em atribuir ao planeta um diâmetro muito inferior ao que ele realmente possui; faltava, então, a noção, mesmo aproximada, da amplitude do meridiano terrestre, em cuja estimativa os geógrafos do século XV erravam muito mais que os matemáticos da Era Clássica.

O cálculo destes avaliava em dez mil léguas a distância, pelo Ocidente entre a Índia e a Espanha, ao passo que Colombo estimava o mesmo percurso em apenas 1.200 léguas. O equívoco está presente nos ensinamentos de Toscanelli, sábio florentino, e na "Imago Mundi", obra em que o Cardeal Pedro d'Ailly resumiu os conhecimentos e crenças que empolgavam a pequena elite cujo saber permitia admitir para a terra a forma esférica.

No globo de Martins Behaim, surgido precisamente no ano de 1492, o continente asiático está representado no espaço ocupado, em realidade, pelas Américas e figura como uma massa de terra designada por Tartária, Cathay e Índia. Servindo-lhes de cobertura, vem consignado um imenso arquipélago em que Cipango (Japão), aparece como a ilha principal e de grande extensão.

Mas se faltavam a Colombo conhecimentos geográficos exatos, sojavam-lhe decisão e arrôjo de sorte que, tendo partido de Palos a 3 de agosto de 1492, já a 12 de outubro ancorava numa das Lucayas, na América Central, sua pequena frota de 3 caravelas. O desembarque teve lugar na ilha denominada de Guanahani, pelos nativos, e que Colombo chamou de São Salvador. Sua obstinada intuição descobriu a América; mas a glória de desvendar o Atlântico e mostrar ao mundo o caminho marítimo para as Índias basta para glorificar o Reino Lusitano.

6 — A DIVISÃO DO MUNDO PELA SANTA SÉ

O quadro geral da colonização ibérica no continente americano deverá ser apreciado à luz do papel político da Santa Sé, cuja autoridade era reconhecida como legítima para distribuir entre os príncipes católicos a prerrogativa de cristianizar os infiéis.

Esse poder conferia aos papas a faculdade de atribuir, a esta ou àquela nação, o direito de soberania sobre terras descobertas ou que viessem a ser conquistadas.

Quando Portugal, liderado pelo Infante Dom Henrique lançou-se ao mar, o fêz com o apoio político da Igreja Romana cujos papas, a partir do século XIV, são unâimes em reconhecer aos soberanos lusos o direito às terras "descobertas e por descobrir no mar oceano".

Nesse terreno a interferência de Roma vem dos tempos do Papa Clemente, a quem Dom Afonso IV recorreu a fim de reivindicar direitos português sobre as Ilhas Canárias. Com a conquista de Ceuta — que assinala o madrugar da ação lusa no ultramar — obteve Dom João I, do Papa Martinho, a bula "Sane Charissimus" (1418), que outorga ao empreendimento monárquico o caráter de cruzada, com todas as prerrogativas peculiares às expedições deste gênero.

Ao tempo do Infante Dom Henrique, Mestre da "Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo", a bula "Etsi Suscepti" (1442) concedia àquela entidade o direito de reter, administrar e legar terras — portuguêsas ou não — que lhe fôssem doadas bem como as ilhas do "mar oceano". De acordo com essa autorização coube à Ordem de Cristo promover o povoamento e a exploração econômica das Ilhas da Madeira, Pôrto Santo, Açores e Cabo Verde, sendo que esse tipo de colonização seria mais tarde aproveitado para o Brasil, quer quanto ao sistema administrativo em capitaniias hereditárias, quer quanto à natureza das culturas (cana-de-açúcar) e quanto ao regime de trabalho (escravo).

Novos privilégios foram concedidos à Ordem de Cristo pela bula "Romanis Pontifex" (1554) ato pelo qual o Papa Nicolau V outorgou-lhe a jurisdição espiritual das terras que se estendessem do Cabo "Não" até as Índias. Esta bula foi confirmada e ampliada dois anos mais tarde pelo Papa Calixto III que, na primeira "Inter Coetera", menciona expressamente não só as ilhas do oceano mas também "as zonas desde os Cabos Bojador e "Não" por toda a Guiné e além até as Índias.

Pela bula "Orthodoxae Fidei" de 1486, o Papa Inocêncio III aplaudiu e incentivou Dom João II a prosseguir nos descobrimentos portuguêsas.

É, assim, bem compreensível que este soberano ao ser informado por Colombo, de regresso da América, quanto à recente descoberta das novas terras lhe houvesse contestado serem todas pertencentes à sua coroa.

7 — AS BULAS DE ALEXANDRE VI

Com o insperado êxito de Colombo, perdeu Portugal da noite para o dia a liderança dos descobrimentos marítimos e, como se isso não bastasse, o Papa Alexandre VI — espanhol de nascimento — através de suas famosas "Inter Coetera", tratou de arbitrar um meridiano que servisse de raia divisória entre as conquistas lusitanas e as espanholas.

A primeira bula de Alexandre VI, datada de 3 de maio de 1493 — muito embora tivesse sido expedida ainda em abril — concedia aos Reis Católicos, seus herdeiros e sucessores, amplos direitos sobre todas as terras descobertas e por descobrir que não estivessem sob domínio temporal de outros Príncipes Cristãos.

Por demasiado vago e impreciso, este documento foi substituído por uma nova "Inter Coetera" datada de 4 de maio, mas expedida em junho e na qual o papa arbitrava como divisa o meridiano que passava a 100 léguas ao ocidente das Ilhas dos Açores e Cabo Verde. Dessa linha para o Ocidente tudo seria castelhano, e lusitano tudo que demorasse a Oriente.

Ainda por uma nova bula — "Eximiae Devotiones" — de 3 de maio do mesmo ano, mas expedida em julho, foram estendidos aos reis espanhóis os mesmos privilégios concedidos aos monarcas portugueses.

É fácil compreender o desagrado de Dom João II que via, dessa forma, comprometidos os direitos já conferidos pela Santa Sé a Portugal através de atos dos Papas Martim V, Eugênio IV, Nicolau V e Calixto III e nos quais a Igreja reconhecia, amplamente, a soberania portuguêsa sobre as terras descobertas e por descobrir, bem como o direito luso à exclusividade da navegação para o Sul.

Além das diversas bulas existiam ainda o Tratado de Alcaçovas (1479), confirmado pelo Papa Xisto IV e, segundo o qual, os soberanos espanhóis renunciavam em favor de Portugal a qualquer expansão marítima "para além ou aquém Canárias, em frente da Guiné", ou seja, exatamente na região do Atlântico onde Colombo e seus sucessores vieram a realizar os seus descobrimentos.

8 — O TRATADO DE TORDESILHAS

Ante os protestos de Portugal que, repelindo a proposta linha de demarcação, não hesitou em preparar-se para a guerra, aquiesceram os Reis Católicos em negociar o Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494), confirmado em 1506, por uma bula de Júlio II.

Conforme este novo ajuste o meridiano de demarcação foi deslocado para Oeste, e passou a ser considerado a 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde. A nova linha, se contada da ponta do Tarrafal, na Ilha de Santo Antão — a mais ocidental das componentes do Arquipélago de Cabo Verde — riscaria o atual território brasileiro de Belém do Pará à cidade de Laguna, no litoral Catarinense.

Houvesse pois, prevalecido a raia divisória sugerida pelo malicioso Rodrigo Bórgia, e Portugal teria ficado deserdado na partilha do continente americano. Mesmo, porém, após o deslocamento da linha convencional 270 léguas para Oeste, ainda era mesquinho o quinhão português, estreita faixa litorânea que representava pouco mais de um terço do Brasil de hoje.

Dificuldades, na época insuperáveis, agravadas pela imprecisão dos termos do Tratado, impediram a demarcação geográfica da divisa

segundo a qual pretendia-se repartir o planeta entre os dois Reinos Católicos como se él fôsse uma maçã, no dizer de Réclus.

Dessa incerteza decorreram as inevitáveis penetrações indevidas, procurando cada um dos rivais forçar a raia divisória para Leste ou para Oeste, segundo os seus interesses.

No Oriente, posse simbólica de Portugal, coube à Espanha infringir os termos do convênio, arrogando-se o direito às Ilhas Molucas; no Ocidente, onde Castela teve a parte de leão, foi a vez de Portugal extravasar da linha demarcadora.

Rio Branco que, como ninguém versou de forma objetiva e magistral os tratados de 1493, 1750 e 1777, demonstra a injustiça de ser atribuído a Portugal o papel de usurpador, pois tanto lusos como espanhóis ultrapassaram os respectivos limites.

Poucos protocolos diplomáticos terão tido na vida dos povos a larga repercussão que teve o Tratado de Tordesilhas que influiu, e até certo ponto condicionou, a expansão ibérica no continente americano. Por força desse Convênio o Brasil, mais de um lustro antes do seu descobrimento oficial, já tinha fixada a sua fronteira ocidental. Dizemos descobrimento oficial porque, não só o vivo interesse de Portugal no sentido de deslocar o meridiano proposto por Alexandre VI, como vários outros indícios muito significativos, sugerem a crença de que o conhecimento de terras no hemisfério ocidental já fôsse do domínio das côntes lusitanas, antes do descobrimento ser feito por Colombo. E, o que é mais significativo: sabiam que essas terras não seriam as Índias.

Com a chegada de Cabral ao Brasil, em 1500, Portugal e Espanha, rivais na Europa, nas Índias e nas boas graças da Santa Sé, dão inicio à ingente tarefa de apossar as novas terras, e tem inicio uma pugna tenaz e cruenta que durará 3 séculos, luta esta que os seus descendentes — depois de politicamente emancipados — ainda prolongarão por mais meio século.

E como os portuguêses jamais se conformaram com a linha de demarcação consagrada em Tordesilhas, segue-se que êste Tratado veio a representar a causa remota de tôdas as contendas de limites na América do Sul.

9 — O CONQUISTADOR IBÉRICO

Quando, em 711 os árabes invadiram a Península Ibérica, conquistaram-na quase integralmente. Apenas ao norte, nos montes Cantábrios, refugiou-se uma parcela da população que, constituída em comunidade, repudiou a dominação islâmica.

Governado por Pelágio, êsse núcleo foi crescendo e em sua expansão belicosa começou a repelir os infiéis para o sul, iniciando o movimento irresistível da Reconquista, verdadeira guerra santa que congregou não apenas a população ibérica, como também contingentes cristãos de todo o continente.

Essa gloriosa epopéia representa um fato histórico da mais alta significação, e ajuda a compreender a mentalidade do povo ibérico

contemporânea dos descobrimentos cujas características de extremo arrôjo, tenacidade e vigor têm-se constituído em objeto de admiração universal.

Caldeados na luta secular, autêntica cruzada contra os mouros duplamente inimigos — por infiéis e invasores — os povos peninsulares apresentam características idênticas, em que predominam o espirito de luta e o zélo religioso.

Animo belicoso e misticismo são os traços que a tal ponto impregnaram a ativa população ibérica, que as duas figuras típicas e decisivas da conquista e colonização do Nôvo Mundo são o Soldado e o Missionário, um e outro dotados de excepcionais qualidades de energia e sobriedade a par de inexcedível ambição.

10 — LINHAS GERAIS DOS DOIS EXPANSIONISMOS

A partir das primeiras horas do século XVI lusos e castelhanos começam a desenvolver, em correntes paralelas, atividades conquistadoras na América do Sul.

Tais correntes, no entanto, embora paralelas assinalam intensidades muito diferentes visto como Portugal, obcecado pela miragem do Oriente, durante três longos decênios, descurou quase por completo o seu domínio americano, enquanto que a Espanha desde o descobrimento empunhou-se ao máximo na tarefa ingente de conquistar e apossear as novas terras.

Esta primeira fase, na qual os espanhóis se avantajaram enormemente na conquista territorial, cessa por volta de 1580 quando, mercê de fatores vários — entre os quais avulta o bandeirismo paulista e a incorporação de Portugal à Coroa dos Felipes — inverte-se o ritmo das atividades nesta parte da América.

São agora os castelhanos que, tendo esbarrado ainda nos albores da conquista com os impérios Asteca e Incaico, concentram os seus recursos na exploração e apropriação de seus imensos tesouros; ao passo que os luso-brasileiros, que esperariam ainda um século pelo ouro das Gerais, investem freneticamente nos sertões em busca de escravos índios e de minerais preciosos.

Até 1530 muito pouco Portugal realiza na sua colônia: em 1501 é o "trato do Brasil" arrendado por Dom Manuel I; nova locação é feita em 1506, desta vez a um consórcio de comerciantes lisboetas que liderados pelo "cristão nôvo" Fernando de Noronha propunham-se explorar o comércio de pau-brasil. Terminado este segundo contrato fica o território livre para quem nêle quisesse comerciar, desde que pagasse à Coroa o "quinto" das mercadorias exportadas. Durante essa fase aqui aportam a nau Bretoa (1511) e uma frota de dois navios (1513) que devassou cerca de 700 léguas de costa tendo, possivelmente, atingido o Rio da Prata.

Note-se que a essa altura Balboa já descobrira o Pacífico, sendo que Cortez seis anos mais tarde daria início à conquista do México.

No Brasil, no entanto, continuavam existindo apenas raras e simples feitorias perdidas ao longo do litoral, malgrado começassem os

entreloplos franceses, ingleses e flamengos a exercer intenso tráfico com os naturais e praticar atos de pirataria.

Coube a Dom João III tomar as medidas imprescindíveis à defesa do território pois que os intrusos, cada vez mais numerosos, foram levantando redutos em vários pontos da costa onde tentavam fixar-se.

É a fase das expedições guarda-costas iniciada em 1526 com a armada de Cristovão Jacques, logo seguida da de Antonio Ribeiro e Martim Afonso de Souza (1530).

Esta constitui a primeira expedição colonizadora e consignou alguns resultados positivos: explorou o litoral da foz do rio Gurupi até o Rio da Prata em cuja margem esquerda Pero Lopes de Souza implantou marcos da posse portuguêsa; bateu e afugentou os piratas estrangeiros que comerciavam na costa; realizou duas entradas no sertão; regularizou a situação do arraial já criado por João Ramalho e seus mamelecos e fundou, em São Vicente (1532), o primeiro núcleo de colonização portuguêsa no Brasil e que seria, até o ano de 1710, a dinâmica matriz de todo o Brasil meridional.

Ao tempo, portanto, em que Pízarro a golpes de espada preparava-se para abalarrotar de ouro as arcas castelhanas, na América portuguêsa a expedição de Martim Afonso de Souza realizava uma primeira e tímida tentativa de colonização.

Com a expedição de Mendoza, que levou ao Rio da Prata a conquista castelhana (1536), configuraram-se no Atlântico leste, as duas primeiras áreas de influência: o foco português de São Vicente e a colônia castelhana do Rio da Prata.

A partir daí intensificam-se as iniciativas lusas de modo que em 1580, quando Portugal perde a sua autonomia política, o litoral brasileiro apresenta diversos núcleos em desenvolvimento.

Uma vez anexado à Coroa dos Felipes, Portugal perde a iniciativa político-militar e o seu vasto império asiático sucumbe aos assaltos da Holanda que, mercê da indiferença da Espanha, apodera-se das colônias portuguêses e se transforma na primeira potência colonial da Ásia.

Com esse insucesso voltam-se, então, para a América as atenções lusitanas e, enquanto cai o ritmo expansionista dos espanhóis que se concentram na faina de exaurir os tesouros asteca e incaico, aliviando a pressão nos demais pontos, a pobreza dos portuguêses, na insofrida busca do ouro, leva as legiões luso-brasileiras a galgarem o paredão costeiro e varejar resolutamente o sertão.

Tão madrugadora foi essa iniciativa, que as hostes luso-brasileiras conseguiram projetar o saliente ocidental do país a mais de 4.000 Km da costa, antes que os castelhanos tivessem descido das cordilheiras peruanas e dos altiplanos da Bolívia.

E se, ao Sul e a Sudoeste, tivesse faltado ao espanhol a eficiente colaboração do Estado Teocrático, é difícil imaginar onde estariam hoje as fronteiras do Brasil.

(Continua no próximo número)

ONDE CHE GUEVARA ERROU

Ten-Cel E. J. Dollard (ARMY, EE.UU., abril, 1964). Tradução condensada do Capitão Roberval de Guimarães Carvalho.

A ação foi diversificada nas Caraíbas em 1959. Este foi um ano interessante. O primeiro sinal de quanto fôra bom Fidel Castro ter derribado o ditador cubano Batista, começava a surgir. Havia lutas e rumores de guerra em toda a América Central e nas Caraíbas.

Quando chegou o calor sufocante do verão tropical, Cuba e a República Dominicana trocaram invasões fracassadas, que chegaram a incluir lançamento de pára-quedistas e desembarques anfíbios. Logo após, Castro realizou investidas no Panamá e na Nicarágua.

O Haiti, durante meses, viveu sob lei marcial, enquanto o exército dava caça a um bando de guerrilheiros castristas que tinha tentado estabelecer uma base de operações, numa zona montanhosa distante.

John A. McCone, que está familiarizado com o atual treinamento de guerrilhas e sabotagens, ministrado aos latino-americanos em Cuba, por mestres experientes do bloco soviético, assim se referiu àquela época: "O empenho cubano, no momento, é muito mais sério do que os raides apressados e mal organizados, que os veteranos barbudos de Sierra Maestra lideraram contra os países da América Central, tais como o Panamá, Haiti, Nicarágua e a República Dominicana, durante os primeiros oito ou nove meses de Castro no poder".

Qual a finalidade daqueles raides mal organizados? do ponto de vista tático não foram bem executados, mas tiveram um propósito.

Na animação do sucesso inicial, Castro acreditou que os povos das nações vizinhas levantar-se-iam quando sua bandeira fôsse desfraldada "in loco". Com esta finalidade, começou os reconhecimentos do tipo guerrilha.

A doutrina para tal ação foi estabelecida por Che Guevara: "A área para a luta armada na América subdesenvolvida é a região rural... Os guerrilheiros alcançarão sua eficácia com o apoio das massas... Eles contam com o apoio de toda a população de uma localidade".

De certo modo, as incursões de guerrilheiros, no Panamá, Nicarágua, Haiti e República Dominicana fracassaram em obter o necessário apoio do povo. Qual a razão?

O Haiti é a segunda república mais antiga do hemisfério ocidental. É também um exemplo contemporâneo clássico, de uma nação feita

sob medida para a subversão e ação de guerrilha. É um país populoso e onde grassa a miséria, com um índice de analfabetismo de 90%. Sua economia agrícola é sómente uma — a lavoura do café. Cultiva também cana de açúcar e agave, num índice regular. As comunicações são primitivas, e algumas áreas não possuem comunicação alguma.

Assim era o Haiti em 1959, um país no qual o embaixador do governo de Castro foi bem recebido, e as relações diplomáticas foram estabelecidas. Os laços de amizade não duraram muito.

Além do embaixador e dos funcionários normais, Castro designou adidos militares — cinco dos quais para a embaixada na capital, Pôrto Príncipe. Eles começaram viajando pelo interior do país, estudando o "modus vivendi" do povo, e fazendo discursos pró-Castro sempre que uma oportunidade se oferecia. Não usavam de nenhum subterfúgio em seus atos. Eram "verdadeiros barbudos", e habitualmente vestiam uniforme verde, com cinto de guarnição e pistola. O derradeiro objetivo era estabelecer uma base no Haiti, da qual os partidários de Castro pudessem cruzar a fronteira, e hostilizar o governo anticomunista da República Dominicana.

O governo haitiano tolerou os oficiais de Castro por pouco tempo. Realmente existiam simpatizantes comunistas no Gabinete do Haiti, mas êstes eram esquerdistas do tipo daqueles dos salões de festas parisienses. A aproximação com os barbudos sem gravata não lhes interessava.

Como era de esperar, os pistoleiros cubanos entraram em tiroteios noturnos, em Pôrto Príncipe.

Como primeira providência, o governo haitiano expulsou os adidos militares cubanos.

Logo após — isto foi em junho de 1959 — o Haiti cortou relações diplomáticas com o governo de Fidel Castro.

Foram feitas então observações para as guerrilhas de Castro no Haiti. Baseado nos relatórios dos adidos militares, Castro acreditou que o governo haitiano seria facilmente derrotado, se os camponeses fôssem grupados e organizados. Com esta finalidade, a 12 de agosto, um barco repleto de soldados castristas da Província de Oriente aportou na extremidade sudoeste do Haiti, num vilarejo de pescadores, até aquela época uma cidade sem importância, chamada Les Irois. A área escolhida para zona de desembarque mostrou a sagacidade de Castro em subversão, pois, naquela época, a península sul do Haiti estava em franca oposição ao presidente François Duvalier. Se alguma parte da população estivesse em estado insurrecional, seria naquela região. A época também estava certa, porque o mês de agosto no Haiti assinala o auge do desespero, quando o desemprego apresenta seu mais alto índice, e quando os mais exaltados estão aptos a aceitar um movimento insurrecional.

A ordem e a lei no vilarejo eram representadas por três homens, que constituíam um posto avançado do exército haitiano. Tendo observado o desembarque, o trio alcançou a estrada sem perda de tempo — a pé — na direção do quartel de seu pelotão, em outra vila dez quilômetros ao norte.

Não há comunicação telefônica na zona rural do Haiti, e até na capital ela é muito precária. O cabo e os dois soldados abandonaram o posto em Les Irois apressadamente, mas sem pânico. Eles estavam simplesmente tomando uma linha de ação direta, para cientificar aos seus superiores que o Haiti tinha sido invadido. Na pressa, ao partir, exageraram a estimativa sobre o efetivo da força invasora. "Eram dois navios conduzindo cem homens cada um", disse o cabo, ainda ofegante da caminhada, ao seu tenente, três horas mais tarde.



O tenente, na mesma situação, sem contato telefônico e tendo um efetivo de 15 homens, elaborou um relatório sobre o incidente, levando-o de maneira mais rápida, porque dispunha de um jipe. Quatro horas mais tarde, após percorrer 60 quilômetros numa estrada pedregosa, alcançou a sede de sua Companhia, em Jeremie. Era quase meia-noite, naquela cidade costeira de 15.000 habitantes. O velho gerador da cidade, que fornecia três horas noturnas de luz aos seus moradores, tinha sido desligado há uma hora. A noite estava um breu quando o tenente chegou ao quartelamento da Companhia. O comandante, despertado em seu sono, após soltar alguns impropérios comuns em tais circunstâncias, berrou ásperamente: "O que você quer"?

O tenente, sabendo que sua resposta teria que justificar seu ato, respondeu com exagero: "trezentos cubanos desembarcaram em Les Irois".

O comandante possuía um rádio de campanha em sua cabana, que se comunicava com o Quartel-General em Pôrto Príncipe, mas não era fácil mandar uma mensagem. O operador teria que ser acordado, o gerador tinha que ser ligado, e então teriam que torcer para que o operador do aparelho, em Pôrto Príncipe, não estivesse dormindo em seu pôsto, o que felizmente aconteceu. A 01.30 da madrugada de 13 de agosto de 1959, o oficial de serviço no Quartel-General da capital recebia a mensagem de que uma força de 300 cubanos desembarcara no país.

Naquela época, as relações oficiais entre o Haiti e os Estados Unidos não eram más. Em uma hora, a informação tinha sido entregue na embaixada americana. Deste modo, às 3 horas da madrugada, o alarme "os barbudos estão vindo", que se originara na véspera com a saída apressada de um cabo de Les Irois, foi levado a residência do embaixador dos Estados Unidos, por um membro da Marinha americana. Quando este tentou se ligar com o pessoal da embaixada, durante a madrugada, a recepção do embaixador não foi das melhores. Comparativamente, o comportamento do sonolento comandante haitiano de Jeremie pode ser considerado cortês e complacente.

A embaixada fez o que pôde para avaliar a situação, e, três horas mais tarde, o oficial de serviço no Departamento de Estado, em Washington, recebeu a mensagem: "o Haiti foi invadido".

Os fatos, que haviam transpirado até aquêle momento, revelaram as vantagens iniciais que aumentam o poder das ações de guerrilha em nações subdesenvolvidas:

- A morosidade das comunicações, no âmbito nacional, dá aos guerrilheiros o tempo necessário para se organizarem;
- As guarnições militares estão, em sua maioria, nas principais cidades, deixando as áreas longínquas livres para a ação;
- A inclinação para o exagero, por pessoas supersticiosas, aumentando o estado de pânico.

Fatos posteriores (semanas depois) mostraram que o destacamento de desembarque cubano tinha realmente 36 homens. Foram liderados por Henri Fuertes, um aventureiro argelino que se juntara a Castro em Sierra Maestra, e estava familiarizado com o Haiti, devido a suas andanças políticas anteriores. Também falava o dialeto dos camponeses haitianos. Como seu mais valioso auxiliar, veio um homem especializado em propaganda castrista, cujo trabalho era supervisionar a formação de grupos de camponeses insurretos. O resto da expedição consistia de soldados uniformizados. Cada um possuía

um cartão de identidade militar, constando de uma fotografia, número, nome, posto e lugar de alistamento (Província de Oriente). Estavam armados com fuzis americanos M1, e traziam uma cartucheira de munição.

Tendo desembarcado com sucesso, Fuertes não perdeu tempo na Costa, dirigindo-se para o interior do país, para onde havia planejado organizar os simpatizantes locais.

Sob o sol tropical de 13 de agosto, o Quartel-General do Exército haitiano em Pôrto Príncipe tornou-se movimentado. O Estado-Maior das Forças Armadas do Haiti estava sob comando unificado. Além do exército, possuía uma força aérea de três C-47, quatro P-51 e cinco aviões de reconhecimento, tendo ainda uma guarda costeira de 4 barcos patrulheiros que foram empregados corretamente.

Tudo começou com um reconhecimento aéreo imediato da zona costeira atingida. Dois barcos patrulheiros foram mandados para o local, com a missão de patrulhar a costa sudoeste da península. Durante a tarde, 200 soldados armados com fuzil, foram transportados por via aérea, de Pôrto Príncipe para Jeremie.

Além disso, foi decretada a lei marcial, estabelecido o toque de recolher, e blocos de pedra foram colocados barrando a estrada, na fronteira. O deslocamento de civis pelas estradas foi praticamente paralisado, exceto o trânsito de produtos agrícolas das fazendas para os mercados, transportados, sobre a cabeça, pelos camponeses.

Em outro setor da capital, nos círculos diplomáticos, havia grande curiosidade. Haveria guerra entre o Haiti e Cuba? Embora as comunicações internas, no país, fossem precárias, o mesmo não acontecia entre Washington e a embaixada americana. Naturalmente, havia intranquilidade, devido à notícia matutina de que o Haiti havia sido invadido. Indagações eram feitas sobre quem, o que, quando e onde havia ocorrido o desembarque em grande escala.

Os desmentidos destes desembarques em grande escala foram feitos, baseados nos vôos de reconhecimentos haitianos ao longo do litoral. Era somente uma ação limitada. Na verdade, qualquer que fosse a natureza da agressão, não estava sendo bem sucedida. As forças haitianas estavam resistindo.

A localização dos invasores, no interior, não era conhecida. No dia seguinte, mais 100 homens armados voaram para Jeremie, e patrulhas foram lançadas para determinar essa localização e o efetivo do grupo de "barbudos".

Passaram-se 3 dias sem qualquer notícia dos invasores. O primeiro contato foi estabelecido, quando um camponês haitiano que guiava uma patrulha para o local em que se encontravam os invasores, foi morto por um franco-atirador. Nas 3 semanas seguintes, houve busca fatigante pelas montanhas do sudoeste, tendo-se a impressão de que o líder barbudo Fuertes trocara sua base de opera-

ções, aparentemente ainda sem o esperado apoio de simpatizantes locais. Nesse interim, 4 guerrilheiros foram mortos pelas patrulhas, e identificados como soldados cubanos de Fidel Castro.

As perspectivas melhoraram quando os haitianos começaram a fechar o círculo.

Após 4 semanas, tentando recrutar adeptos no interior, os "barbudos" cometem um erro fatal: pararam para fazer uma refeição numa ravina, e, quando estavam assando um cabrito, foram surpreendidos e aniquilados pela Infantaria haitiana. Foram feitos 5 prisioneiros, e os mortos, inclusive Fuertes, foram enterrados numa cova comum.

Algumas observações devem ser feitas sobre o que aconteceu no Haiti em 1959:

— Embora as nações subdesenvolvidas tenham denominadores comuns (doença, fome e analfabetismo), cada uma tem feição própria, um caráter nacional, que deve ser considerado. No caso do Haiti, o povo humilde não se sublevou nem apoiou os invasores. Por quê? Mesmo sabendo que seu governo estava errado, teve o amor próprio de reconhecer que aquela era uma questão que cabia apenas a ele, povo haitiano, resolver.



Você não acha que a biblioteca da sua unidade lucraria com uma assinatura de A DEFESA NACIONAL? Dê essa idéia ao responsável por aquela dependência.

DISCIPLINA

Major-General E. B. SEBRES (ARMY, USA, Maio, 1964)
Tradução do Capitão Roberval de GUIMARAES CARVALHO

No portão de saída do velho alojamento, na parte sul de West Point, há uma inscrição de autoria do General Schofield sobre a disciplina. Quando a li ainda era cadete, mas havia tanta coisa por aprender que aquêles dizeres não me deixaram uma impressão duradoura. Quisera tê-los assimilado desde aquela época, porque os princípios ali expressos sobre a maneira de lidar com homens não serão alterados nem com o advento do campo de batalha nuclear.

"A disciplina que torna o soldado de uma nação livre digno de confiança no combate, não é obtida com brutalidade ou tratamento tirânico. Ao contrário, este modo de agir é mais apropriado para destruir do que para construir um Exército. É possível ministrar a instrução e dar as ordens de uma maneira e tom de voz tais que não inspirem mágoa ao soldado, mas sim um desejo intenso de obedecer; um tratamento oposto fará surgir um forte ressentimento e o desejo de desobedecer. Uma ou outra destas fórmulas no trato com o subordinado resultam de um correspondente estado de espírito do Comandante. Aquêle que não respeita os outros, não pode inspirar respeito por si; aquêles que sentem e manifestam desrespeito para com seus semelhantes, em particular com os subordinados, não deixarão de inspirar o ódio contra si".

Muitos oficiais, como aconteceu comigo, começam suas carreiras com a falsa idéia de que o tratamento comum que se dá aos calouros em nossas escolas militares, pode ser usado no trato com o soldado. Isto está bem longe da verdade. O domínio dos calouros pelos veteranos, se usado inteligente e objetivamente, pode ser eficaz. Quando aplicado sem objetivo ou por capricho para satisfazer um ego ou compensar um complexo de inferioridade, demonstra ser o indivíduo mais capacitado para ser pedreiro do que para usar estrelas sobre os ombros. Todos nós recordamos com estima os veteranos que foram capazes de fazer respeitar a sua autoridade sem terem sido grosseiros, e lembran-

mos com desprezo (freqüentemente durante anos) aquêles que nos maltrataram quer como cadetes ou jovens oficiais.

Um Exército, por sua própria natureza, é uma autocracia: quando rejeitamos esta concepção, estamos rejeitando a própria concepção de Exército. A idéia de liderança autoritária não significa entretanto que o chefe use a coação como um meio para fazer os subordinados trabalharem corretamente, exceto, ocasionalmente, quando se torne indispensável. Devemos, é certo, admitir que existem também seres humanos que são incapazes de agir pela persuasão, e que só têm respeito por aquêle que possa dominá-los pela força; lembrar-se-ão eles sómente do homem que lhes tenha aplicado um corretivo.

A disciplina é a base da liderança. É alfa e ômega, é o coração e a alma, o começo e o fim daquilo que constitui um Exército. Uma unidade militar assemelha-se a um corpo com vida; não podemos associar um grupo de braços, pernas e olhos, e dizermos que temos um corpo. Eles devem trabalhar juntos e coordenadamente, conhecendo-se uns aos outros. É aí que surge a disciplina. O General Schofield sugere, sem maiores considerações, que a aplicação da disciplina depende do temperamento das pessoas que a ela são submetidas. Se ele tivesse estudado o assunto em profundidade, poderia ter acentuado que os americanos não são homogêneos, como os povos de muitas outras nações. Onde outras nações desenvolveram laços comuns de grupo racial, cultural ou de lealdade ao regime (Pelo rei e pela Pátria), nós americanos deliberadamente cultivamos a individualidade de pensamento e ação; somos inclinados a criticar livremente tudo aquilo por que não somos responsáveis, e encaramos a autocracia com restrições ainda que a aceitemos como uma necessidade militar. Não estou bem certo se não seremos mais cônscios dos nossos direitos do que de nossas responsabilidades e obrigações.

Estou porém seguro de que: o líder do soldado americano deve compreender que é responsável pelo controle e o destino de concidadãos seus, iguais a ele perante a lei e com idênticas oportunidades; que se respeitam a si mesmos; que são, por importantes decisões e ações, responsáveis em conjunto no campo civil; e que responderão à liderança militar sómente se seus líderes tiverem conquistado sua confiança e respeito. Os americanos poderão corresponder à disciplina militar aplicada negativamente; mas, se controlados ou dominados pela força, não se submeterão a ela conscientemente, e sim apenas porque não se sentirão bastante fortes para resistir.

Devido ao grande número de nossos manuais de instrução (que já chegaram ao ponto de terem a utilidade diminuída tal sua quantidade), nós associamos e introduzimos algumas idéias erradas sobre disciplina. Quero dizer que nos afastamos das idéias básicas e indispensáveis, e que devemos estar fazendo mais mal do que bem. No ano passado, perguntei a diversos oficiais jovens o que êles consideravam serem os "elementos essenciais" para determinar se uma Unidade é bem disciplinada. A maioria respondeu que a cortesia militar, o asseio da roupa, do alojamento e do equipamento, a boa aparência e outras coisas semelhantes estavam entre as indicações. Eu devo ter dado as mesmas respostas nessa fase da minha carreira.

Pelo que pude apurar, a origem destas idéias surgiu numa circular do Ministério da Guerra datada de 4 de março de 1918, a qual publicou que "cortesia e asseio são ABSOLUTAMENTE essenciais à disciplina". Este pensamento tem prevalecido até nossos dias.

O Manual AR 600-20 (Disciplina Militar) vai mais longe, prescrevendo o seguinte:

"A autoridade se imporá mais pela competência profissional dos líderes em todos os escalões, do que pelos métodos arbitrários ou despóticos de rígidos disciplinadores. O bem-estar da tropa, após o cumprimento de suas missões militares, é da responsabilidade do Chefe. Oficiais e Graduados farão aumentar o desejo de lutar pela Pátria em seus subordinados, incutindo-lhes um senso de responsabilidade como cidadãos dos Estados Unidos, conduzindo-se e se comportando como membros do Exército, e um espírito de lealdade para com os princípios democráticos, nos quais a maneira americana de viver é baseada".

Belas palavras! Mas o que significam e o que tem a maneira americana de viver com a disciplina? Afinal a conduta militar, o asseio, a cortesia e outros predicados desejados não são todos êles superficialidades que devam ser distinguidos da coisa real?

A disciplina, e a verdadeira compreensão que êste térmo significa, é muito importante para ser confundida com algo de pouco valor. A conduta militar, a polidez e o resto, são partes componentes do exemplo e nascem do orgulho natural e do respeito próprio. Seus valores militares estão nos seus significados, como atributos de uma nobre profissão, mas êstes valores, como a subida de um balão ou uma conferência sobre cidadania, nada têm de correlato com a disciplina.

Os civis também se preocupam com a elegância nas maneiras e no vestir. Aquêles que não o fazem, perdem a admiração dos que o cercam. Porém, se êstes atributos superficiais são mostras de disciplina, como explicar que o golpista se farde com esmôro para passar a ausente? Por que o melhor recruta de um curso básico de treinamento, apontado como o melhor soldado em apresentação individual num grupo de mil, deserta, às vésperas de receber sua primeira missão, por lhe ter sido recusada uma permissão para sair por três dias?

É perigoso confundir disciplina com opiniões superficiais e apressadas a respeito, causadoras de complexos de infabilidade. Recordo-me de um comandante de Regimento, cujo semblante agradável e sorriso nervoso, davam a idéia de que élê tinha senso de humor. (Pelos seus antecedentes, élê não o tinha). Num momento de confidência, disse-me certa vez que adotava um método infalível para determinar a disciplina e o valor de uma pessoa: pelo grau de polimento dos sapatos. Quando via um oficial com as botas e cinto muito bem polidos, não precisava olhar mais nada. Sabia que sob o gorro estava uma inteligência poderosa, e dentro da camisa batia um coração do mais puro ouro.

Naquela época, dei grande importância a essa idéia, e chegamos a realizar competições entre as botas mais polidas do Regimento. Quando a idéia do Comandante se espalhou, fiz questão, a exemplo dos outros, de seguir as regras da competição. Mas eu perdi a confiança nesta teoria geral, quando, certa vez o mais bem fardado Comandante de Companhia (a quem o coronel se referia como o melhor capitão do Regimento) embriagou-se e faltou ao quartel por vários dias. Ao apresentar-se de volta da punição consequente, fêz referências tão rudes, diretamente ao ajudante e indiretamente ao Coronel, que melhor será não entrar em pormenores.

É em campanha que se tem provas de verdadeira disciplina. Aí, o homem precisa ser disciplinado para avançar sob o fogo sem sucumbir à tentação de abandonar tudo e voltar para casa. Nós tivemos disciplina em Valley Forge e em Wilderness? Foi ela revelada pelas aparências? Durante a Guerra Civil, os observadores europeus, referiram-se a ambos os exércitos como turbas armadas, perambulando através do campo sem chegar a lugar algum. Apesar disto, as táticas e estratégias dêsse grande conflito são ainda as maiores fontes de recurso para sérios estudos militares. Talvez o conceito europeu

sobre disciplina, mesmo naquela época, fosse firmemente apegado a uniformes fantasiados e a passo de ganso, no sentido de que o homem não poderia combater sem uma pluma no gorro, e que era mais importante enfeitar o campo da luta do que vencer a batalha.

A disciplina é conseguida pela motivação. A motivação negativa é induzida pelo medo das consequências; a motivação positiva abrange um apelo ao orgulho próprio dos homens. O comportamento humano é influenciado em grau considerável para melhor ou pior, reconhecendo-se que o soldado é um ser e não o recruta número tal, e criando-se um senso de segurança pessoal. O fato de que o reconhecimento e o tratamento justo são essenciais para a motivação positiva, tem sido tão freqüentemente provado, que se torna difícil conceber pessoas que pensem de outra maneira, e acreditem que o cidadão americano comum, se fôr deixado à sua vontade, fuja ao trabalho, perca a iniciativa e deva ser fiscalizado; como se êle fôsse influenciado sómente por coisas materiais, tais como o pagamento e o conforto pessoal, real ou imaginário. Nossa trabalho e experiência no Centro de Treinamento Militar, no Centro de Oficiais da Reserva e no Centro de Treinamento de Recrutas, onde a autoridade para recompensar ou punir pode ser considerada como mínima, deveria ter-nos ensinado que os americanos têm respeito pela autoridade, e anseiam cumprir ordens, desde que saibam o que se espera dêles. A aproximação é através do "ego" e não através do castigo.

Individualmente, isto é tão importante para o oficial, quanto para o recruta. Talvez seja esta a razão por que um Major-General reformado, que tenha passado 35 anos "a serviço de si mesmo" torna-se tagarela quando passa para a inatividade. Alguns dizem que o maior problema com que se defronta um General da reserva, é o fato das pessoas não mais acharem graça em suas piadas. O ator Joe E. Brown, estimado e respeitado por todos que o conhecem, disse-me, certa feita, que tinha por hábito tratar todos os homens que conhecia como pessoas de certa importância, mesmo que fôssem de nível social mais baixo. Penso que é uma boa regra a seguir.

O senso de segurança a que me referi mais atrás, é obtido quando uma pessoa aceita o fato de que pode construir uma carreira sobre os fundamentos sólidos de um tratamento justo e imparcial; que as trocas efetuadas no Comando não lhe sejam pessoalmente prejudiciais; que seu compromisso com o Exército — escrito, moral ou oral — seja reconhecido, e não esteja em perigo, por arbitrariedades.

Webster define a disciplina positiva como "um exercício que corrige, molda, robustece ou aperfeiçoa"; a negativa como "punição; castigo; contrôle obtido impondo-se a obediência".

Acredito que o conceito da disciplina pelo terror originou-se quando os exércitos mercenários começaram a recrutar seus homens em maltas desordeiras, ou pelo rapto, e neste caso, o recruta era da pior classe social e freqüentemente prestava o serviço militar contra a sua vontade. É uma maneira rápida de se obter a submissão superficial, e por isto tem prevalecido desnecessariamente. É mais fácil para um chefe sem imaginação usar linguagem e tratamento brutos para realizar seu propósito imediato, do que agir objetivamente e dispensar a devida consideração aos sentimentos dos subordinados. Isto lembra a velha história do tenente que, ao encontrar o coronel, observou em conversa: "nós nos suportaremos, não é coronel?" O tenente estava certo de que isto aconteceria, mas que ele, tenente, é quem iria "suportar". Porquanto seja um gracejo banal e inocuo, apresenta uma faceta da ação administrativa que não precisa ser realizada. Sobrepuja perfeitamente este truismo: é vitalmente mais importante ao superior tratar o subordinado com cortesia do que vice-versa. Os subordinados têm uma boa visão do caminho para "a promoção e a recompensa", que não precisa ser destacada.

Em suma, a disciplina que se espera de um homem de uniforme é a obediência até a morte. Ela é motivada pelo reconhecimento pessoal e um desejo de ser corretamente tratado, tanto pelos superiores quanto pelo Exército como instituição. Ela é manifestada não apenas pela competição dos sapatos polidos, mas por um alegre e intenso desejo de obedecer.

O Comandante subjetivo perde o controle sobre seus homens no momento em que sua subjetividade tornar-se evidente. "Noblesse oblige" é importante tanto na manutenção da disciplina, como no desenvolvimento do resultado por ela alcançado: a liderança.

A vontade, o caráter, a aplicação e a audácia fizeram-me o que sou.

Napoleão

REVISTAS

Recebemos e agradecemos as seguintes revistas:

- "Revue de Défense Nationale" — França — (junho).
- "Revue de Défense Nationale" — França — (junho).
- "Revista Militar" — Equador — (Ns. 1, janeiro — Fevereiro, e 2, abril — maio).
- "Revista Militar" — Portugal — (N. 6, junho).
- "Revista Militare" — Itália — (N. 5, maio).
- "Guión" — Espanha — (Ns. 264, maio, e 265, junho).
- "Revue Militaire D'Information" — França — (Ns. 358, março, e 359, abril).
- "TAM (Terre — Air — Mer)" — França — (Ns. 44, maio, e 45, junho).
- "Revista del Círculo Militar" — Argentina — (N. 671, janeiro — fevereiro).

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIENDE LO SCAMBIO

Não é um gênio que me revela em segredo o que devo fazer, em uma circunstância inesperada; é a reflexão, a meditação.

Napoleão



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- Planejamento Combinado das Fôrças Armadas — Dois documentos Históricos

Gen-Div A. de Lyra Tavares

- O Espírito da Revolução e sua contribuição para uma renovação da Mentalidade Nacional

Maj Washington Bermúdez

- Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro

Cel Moacyr Ribeiro Coelho

- Parâmetros da Administração

Maj José Murillo Beurem Ramalho

- Guerra da Cisplatina

Maj Walfrido J. Alvares de Azevedo





Preço dêste exemplar

Cr\$ 150,00

S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1964